Diário de Lisboa

Abril 1978
Quarta-feira

ANO 57.º
N.º 19 623
7$50

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

"Eurogreve" hoje em 18 países

Cerca de cinquenta milhões de trabalhadores de 18 países participarão hoje numa «jornada de luta contra o desemprego», que a agência espanhola EVA classfica de a «primeira eurogreve» da história.

A jornada foi convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e tem o apoio de outras organizações de trabalhadores, nomeadamente da CISL e da CMT. O secretário-geral da CES, Mathias Hiterscheid, recordou ontem em Bruxelas que a decisão daquela confederação internacional (tomada em Novembro passado) se deve à gravidade da situação económica da Europa capitalista e do desemprego, que afecta sete milhões de trabalhadores.

A jornada incluirá, para além de paralisações (de uma ou duas horas), debates públicos, diligências junto de governos e parlamentos, manifestações e comícios. Os sindicalistas entendem necessário que esta jornada se traduza numa vasta manifestação de solidariedade, a fim de incentivar a expansão económica europeia, o aumento do nível de vida e a melhoria das condições de existência dos trabalhadores.

Em Espanha cerca de 5 milhões de trabalhadores paralisarão durante uma hora, em adesão à jornada. Na Itália a paralisação será de duas horas. Na RFA não haverá paralisações mas os trabalhadores participarão em comícios e manifestações. Na França, e na Bélgica estão também anunciadas paralisações. Nos restantes países haverá comícios e desfiles.

Função Pública pára amanhã pelo direito à negociação

(Pág. 11)

Arnaut divulga bases do Serviço Nacional de Saúde

Salário mínimo nacional vai subir

(Pág. 24)

DISCURSANDO NA POSSE DO NOVO CEME, PEDRO CARDOSO

Eanes insurge-se contra "profetas da desgraça"

«Existe ainda uma relação demasiada equívoca entre a vida política e a força militar» — afirmou ontem o general Ramalho Eanes, no discurso proferido na posse do novo chefe do Estado-Maior do Exército, general Pedro Cardoso.

O Presidente da República, falando sobre as ligações entre a instituição militar e a vida política, denunciou ainda o facto de a alteração de comandos nas cúpulas do Exército ser usada «como motivo de perturbação política para alguns que, se são verdadeiros democratas, mais deveriam atender à separação entre a força militar e o poder político legítimo, que gradualmente se tem vindo a realizar e que definitivamente se institucionalizará, de acordo com os preceitos constitucionais».

Mais adiante Ramalho Eanes condenou os que, «exacerbados pela ambição do mando e movidos pela impaciência de o conseguir, estão dispostos a sacrificar as vias que a democracia oferece e impõe, procurando impressionar a instituição militar com profecias de desgraça e apelos a novos Messias».

O Presidente da República e chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas fora recebido no Estado-Maior do Exército pelo respectivo vice-chefe, general Melo Egídio, que hoje foi colocado no EMGFA como coordenador, após o que passou revista à guarda de honra formada por um batalhão de «comandos» a duas companhias. Realizou-se depois a cerimónia de posse, à qual estiveram presentes todos os membros do Conselho da Revolução, incluindo o general Vasco Lourenço, e ainda o almirante Leonel Cardoso, irmão do empossado, o general Altino de Magalhães, que será nomeado vice-chefe do EME, os comandantes das quatro Regiões Militares, os chefes dos departamentos do Estado-Maior do Exército e o ministro da Defesa, coronel Firmino Miguel.

Pedro Cardoso: «Temos o maior respeito pelos partidos políticos e desejamos ardentemente que eles se estruturem em bases sólidas para melhor consolidar a democracia no nosso país»

Após o discurso de Ramalho Eanes, usou da palavra o novo chefe do Estado-Maior do Exército, que sublinhou a necessidade de o Exército ser rigorosamente apartidário, realçando ainda que «temos, como não podia deixar de ser, o maior respeito pelos partidos políticos, acompanhamos com o maior interesse a sua actividade partidária e desejamos ardentemente que eles se estruturem em bases sólidas, para melhor consolidar a democracia no nosso país».

Mais adiante o general Pedro Cardoso referiu a necessidade de o Exército ser esclarecido politicamente, «mas com os seus elementos afastados da competição partidária», afirmando que só ao chefe do Estado-Maior do Exército compete falar em nome do Exército, já que é o único elemento daquele ramo das Forças Armadas a exercer funções político-militares.

(Discurso do PR — integral na pág. 13)

OS "CONTRATOS" PARA O IRAQUE E A ARÁBIA SAUDITA

Ilegalidades, roubos, fome

Por exemplo, a um operário analfabeto nem deixaram assinar de cruz — alguém assinou por ele!

Com contratos ilegais e sem o aval da Secretaria de Estado da Emigração seguem todas as semanas para a Arábia Saudita e o Iraque mais de duas dezenas de operários portugueses que, como foi denunciado por três recém-regressados, vivem nas condições mais desumanas, sem direitos alguns, «roubados» no que ganham, sujeitos a fazerem horas que lhes não são pagas, tendo como alimentação diária arroz com conservas de quando em quando algumas batatas com casca, também sem assistência médica e podendo ser despedidos por doença, além de estarem impossibilitados de rescindir o contrato seja por justa ou injusta causa.

Os trabalhadores portugueses são contratados pela empresa, «engajadora» neste caso, Sociedade Construtora Luso-Suiça, SARL, subempreiteira das empresas alemãs MTP na Arábia Saudita e Polensky & Zollner's no Iraque.

Se em Portugal, pela legislação em vigor, o trabalhador tem um ordenado mensal correspondente a trabalho efectuado durante 195 horas, no contrato da Luso-Suiça é obrigado a trabalhar 208 horas, mais duas diárias para a «alimentação». O trabalho aos sábados e aos domingos é remunerado com o acréscimo de 50 por cento e não os 100 estipulados pela lei portuguesa.

Pelo contrato o operário português, que a Luso-Suiça não deseja sindicalizado e prefere do Norte e Madeira (nunca do Alentejo), ganha o que ganharia aqui mais os 450$00 diários de deslocação.

É uma triste epopeia a chegada e estadia do trabalhador português no deserto, longe de quaisquer cidades. Os contratos, mal os conhecem. Pode acontecer que apareçam assinados pelo próprio, como ocorreu com Pompeu da Fonseca, ainda que o próprio não saiba nem ler nem escrever... Os passaportes são entregues à empresa e só lhes são devolvidos quando regressam a Portugal.

A alimentação é baseada numa ração de arroz com sardinhas de conserva, acompanhada de uma garrafa de «Coca-cola». Um operário que exigiu pão foi castigado em três dias (foram-lhe cortados os salários e as deslocações desses dias). Além das duas horas diárias que pagam para alimentação, os trabalhadores vêem ao fim ao fim do mês serem-lhes descontadas quantias entre três e quatro contos para pagarem a alimentação.

Na cláusula 12.ª do contrato da Luso-Suiça, que ganha 81/85 contos mensais por cada trabalhador «engajado», lê-se: «No caso de rescisão do contrato com justa causa ou de rescisão sem justa causa, por iniciativa do segundo contraente-trabalhador, este não terá direito ao pagamento por parte da entidade patronal da viagem de regresso, não lhe competindo indemnização alguma seja a que título for». Na prática isto significa que o trabalhador não pode regressar, já que uma passagem custa 17.300$00. Mesmo assim, até ao presente momento são raríssimos os trabalhadores que conseguem aguentar os seis meses de contrato.

Mas a exploração continua: trabalhadores há que têm cá a receber dinheiro do ordenado e dos subsídios de férias e do Natal, mas que nada têm visto. A Luso-Suiça diz que não tem dinheiro.

Aconteceu com Abílio de Sousa, da Póvoa de Lanhoso, que, regressado da Arábia Saudita, tinha direito a receber os ordenados de Fevereiro e

Continua na pág. 24

O ministro dos Negócios Estrangeiros admitiu que o Português possa tornar-se língua oficial da UNESCO

Destruição do património cultural abordado em reunião da UNESCO

O director geral da Unesco, G. Bolla, inaugurou, ontem, na Gulbenkian, a primeira reunião intergovernamental convocada por aquele organismo em território português.

A reunião visa a elaboração de um projecto da recomendação sobre a prevenção do património cultural, nomeadamente a delapidação e os roubos de obras de arte e objectos arqueológicos praticados em todos os países e sobretudo nos que se encontram em vias de desenvolvimento.

O secretário de Estado da Cultura, dr. António Reis, citou a destruição da Faculdade de Ciências de Lisboa e a destruição da Igreja de Joane como dois factos ocorridos em Portugal que tornam especialmente actual e significativa esta reunião em que estavam presentes cerca de 150 delegados de 25 países.

Por sua vez o ministro dos Negócios Estrangeiros ao inaugurar a conferência sublinhou o facto dela se integrar no quadro «das excelentes relações existentes entre Portugal e a organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura», e ainda no reconhecimento de que o nosso país tem um papel efectivo a desempenhar na comunidade internacional através de sua cultura multisecular.

Contrução de petroleiro rende a Setenave dois milhões de contos

Dois milhões de contos custou o navio «Nogueira» já lançado à água no rio Sado e que passa a ser a maior unidade fabricada pelos estaleiros navais da Setenave, em Setúbal.

O navio que se destina ao transporte de ramas para a refinaria de Sines foi comprado pela Soponata. Mede 350 metros de comprimento e 47,5 de altura máxima e deve entrar ao serviço no mês de Outubro.

O novo petroleiro, que custou cerca de dois milhões de contos, será visitado na próxima sexta-feira pelo ministro dos Transportes e pelos secretários de Estado da Marinha Mercante, do Comércio Externo, da Energia e Indústria de Base, do Planeamento e do Tesouro, que para isso se deslocarão aos estaleiros da empresa construtora.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Constituição está com o futuro

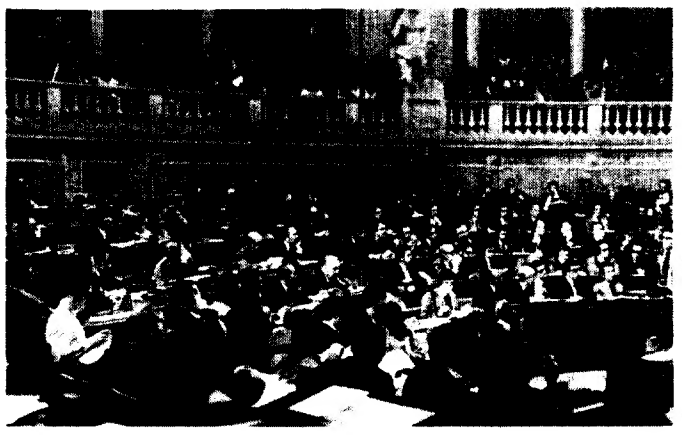
«Se não fosse a Constituição — lembrou ontem Vasco da Gama Fernandes, presidente da Assembleia, no discurso com que encerrou a série de intervenções sobre a passagem do segundo aniversário da promulgação da Lei Fundamental do povo português — não estaríamos aqui reunidos, a comemorar esta hora transcendente da vida nacional.»

«Isto representa o esforço de um povo humilde e sacrificado — continuou VGF — que soube bater-se em todas as frentes pela liberdade do nosso país, e deve-se aos nossos mortos no Tarrafal e nas prisões, à perseverança e à persistência dos que nunca desistiram através de tantas amarguras. Não é um acto banal.»

«A Constituição da República Portuguesa é uma das mais progressistas do mundo. E sempre que contra as Constituições, que são os repositórios dos anseios dos povos, se erguem as vozes da reacção — quero avisar esses maus profetas que quando isso acontece (estamos a lembrar-nos da contestação constitucional que anteceu o 28 de Maio) é sempre o prenúncio de golpes que visam liquidar a democracia e aniquilar as liberdades fundamentais.»

O «Viva Portugal, Viva a República!» com que Vasco da Gama Fernandes encerrou o seu breve improviso, ostentando numa das mãos o livro da Constituição da República Portuguesa e na outra um cravo vermelho, símbolo da gloriosa Revolução de Abril, seria correspondido por toda a Câmara.

O ciclo das intervenções, aprazadas por horário, dos representantes dos partidos constitucionais que têm assento na Assembleia da República, começou com uma oração de Acácio Barreiros (UDP): «Para nós, comemorar a Constituição é comemorar com alegria a queda da ditadura fascista e o fim da criminosa guerra colonial que cobria de vergonha o nome de Portugal. Aqui saudamos calorosamente os capitães do 25 de Abril que, com o seu acto corajoso, deram um passo fundamental na luta do povo português pela sua libertação.»



«Dizem-nos — prosseguiu Acácio Barreiros — que esta Constituição não se adapta à chamada integração europeia. Para além de ao afirmar isto a própria direita reconhecer que a adesão de Portugal ao Mercado Comum é anticonstitucional, isto apenas confirma o que sempre dissemos, que na Europa dos monopólios não cabe o Portugal da Reforma Agrária, das nacionalizações e das amplas liberdades dos trabalhadores. Aliás por detrás disto esconde-se a total submissão às exigências do imperialismo, que quer na Europa não o Portugal feito à dimensão da vontade dos portugueses, mas antes feito à vontade dos senhores estrangeiros.»

OBSCUROS DESÍGNIOS

«Dois anos de vida da Constituição — consideraria Jorge Leite (PCP) — são tempo suficiente para ajuizarmos da completa falência da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, bem como das práticas governativas e parlamentares que a têm servido. A situação económica e financeira agravou-se; acumularam-se as violações dos direitos e interesses dos trabalhadores e das mais largas camadas da população; o crescente endividamento externo compromete dia a dia a independência nacional; crescem os perigos e ameaças em torno das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo de gestão; acentua-se a actuação de forças e organizações fascistas e separatistas».

Foi este o caldo de cultura, segundo o deputado do PCP, que permitiu à coligação Sá Carneiro/Kaúlza de Arriaga desferir, no último fim-de-semana, «o mais brutal ataque contra o regime constitucional». No prosseguimento dos seus «obscuros desígnios», Sá Carneiro, recordou Jorge Leite, voltaria a avançar a ideia do referendo, «que tem sido, aliás, uma constante da sua escalada golpista e reaccionária».

Para o deputado comunista, eles «procuram por todos os meios semear o descontentamento e a desestabilização no campo civil e no campo militar, na desesperada tentativa de impor em Portugal um regime ditatorial. A Constituição surge-lhes como um obstáculo para estes seus obscuros e reaccionários desígnios, e por isso tudo farão para a não respeitar e para a destruir».

Ribeiro e Castro (CDS), na sua intervenção, também abordou com insistência o problema da revisão constitucional: «A Constituição só ganha em se aperfeiçoar e se prolongar no tempo e não em ser uma folha de papel selado, rígida e imutável, monolítica e intolerante para a divergência.»

Para o deputado «centrista», a revisão constitucional é «a melhor forma de preservar a Constituição», e de fazer com que a Lei Fundamental «não seja mais um pomo de discórdia agreste, mas sim um polo de convivência». Criticou depois abertamente o PSD, por «pretender colocar-se na vanguarda dos revisores constitucionais», depois de ter declarado que a Constituição, que aprovaram, recolhia o fundamental do seu programa.

Numa referência ao contexto em que se desenrolaram estas comemorações do segundo aniversário da Constituição, Ribeiro e Castro mencionou a existência, «por um lado, de um Governo maioritário que é um novo factor de estabilidade política», e, por outro, de «algumas forças contestando com redobrada violência o Presidente da República que elegeram, constituindo-se assim em novos factores de perturbação social».

O LIMPA-NÓDOAS

Vilhena de Carvalho (PSD) centrou a sua intervenção naquilo em que exactamente se esperava que o fizesse: a revisão da Constituição.

O deputado social-democrata começou por obervar que a preparação, votação e aprovação do texto constitucional se fez «durante a revolução», daí o seu «vanguardismo ideológico, espécie de limpa-nódoas de um passado perverso, mas de duvidosa capacidade para permitir a reconstituição da pureza do tecido social».

«Como para cada fruto seu paladar — prosseguiu Vilhena de Carvalho — a Constituição não é, nem o poderia ser, a integração dos paladares ideológicos de todos os portugueses, nem sequer a expressão positiva e real da identidade de um povo à procura de si mesmo e ainda não seguro dos verdadeiros caminhos do futuro».

Depois de recordar que a Constituição conseguida, «não corresponde, com rigor, à Constituição por nós desejada», Vilhena de Carvalho enumerou as aspirações do seu partido em matéria de revisão constitucional: «a caducidade definitiva do Conselho da Revolução, como órgão aberrante da democracia; a aclaração do sistema de Governo e das funções do Presidente da República; uma mais nítida definição do regime de autonomia das regiões insulares; uma mais clara distinção entre os sectores público e privado da actividade económica que faça renascer uma maior confiança e estímulo ao sector privado da economia.»

Sobre a coligação governamental PS/CDS, Vilhena de Carvalho, sublinhando a oposição dos projectos dos dois partidos, «ao ponto de um deles ter sido o mais influente na elaboração da Constituição e tendo o outro votado contra ela», acentuou que tal contradição era, pelo menos, «claramente reveladora de uma certa paragem num primeiro esforço de síntese do princípio democrático com o princípio socialista».

RESPOSTA ADEQUADA

Referindo-se ao Conselho da Revolução, cuja «caducidade» como órgão da democracia fora apontada pelo deputado social-democrata, Salgado Zenha (PS), em resposta adequada, sublinhou tratar-se de «um órgão constitucional e legítimo de soberania cuja indiscutível legitimidade constitucional assenta no facto de, com toda a justiça, ter sido reconhecido pela Constituição como órgão estabilizador da democracia de competência limitada e específica por um período transitório que, por via democrática e constitucional, for determinado».

«Enquanto a Constituição o previr — concluiu — a sua autoridade específica tem de ser acatada e respeitada.»

Antes, Salgado Zenha, cuja intervenção mereceu no final os aplausos das bancadas socialistas, comunista a centrista, afirmara ser incorreto dizer-se que existem em Portugal dois poderes, um civil e outro militar: «só há um poder em Portugal; é o poder democrático do povo português, exercido através das instituições constitucionais por ele escolhidas.»

Iniciando o seu discurso com uma saudação ao Presidente da República, «pela suprema isenção e patriotismo com que tem desempenhado o seu cargo» (palavras aplaudidas de pé pelos deputados comunistas, socialistas e centristas), Salgado Zenha prestou depois homenagem à figura de Vasco Lourenço, que disse ter sido, em 25 de Abril e em 25 de Novembro, «um herói da democracia no qual todos os democratas e patriotas se reconhecem como um dos seus».

Aludindo às circunstâncias que levaram à exoneração do governador Militar de Lisboa, Zenha acentuou ser necessário distinguir entre «hierarquia da democracia e hierarquia da função».

«A primeira — disse — é a designada pelo povo, à qual todos devem obediência (...) A hierarquia da função tem de ser acatada mas não poderá ser extrapolada para fora do seu âmbito próprio. A hierarquia da função é um instrumento do Estado democrático, serve-o, mas não se lhe poderá nunca opor ou contrapor.»

Na 2.ª parte da sessão, prosseguiu até terem usado da palavra todos os oradores inscritos — Carmelinda Pereira (independente), Gonçalves Sapinho (PSD) e Zita Seabra (PCP) — o debate do projecto de lei, apresentado pelo PSD, sobre liberdade no ensino. Tratou-se de cumprir formalmente o regimento, porquanto, como os nossos leitores devem estar recordados, a requerimento do PS e do CDS aprovado por maioria, aliás fortemente contestado por infringir os preceitos regimentais, o referido projecto regressou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, onde já se encontram dois diplomas no mesmo sentido, da autoria de socialistas e centristas.

Ia passar-se à votação final global da ratificação do Decreto-Lei n.º 491/77, de 23 de Novembro, que institui, a nível nacional, a partir do presente ano lectivo, o Ano Propedêutico, após a leitura do relatório da respectiva comissão, quando aconteceu um curioso e inesperado episódio.

Foi o caso do deputado independente Aires Rodrigues se ter levantado para dizer que, em consciência, não podia votar o diploma em causa, já que, por não lhe ter sido enviado, certamente por lapso dos serviços da Assembleia, o projecto, nem o relatório com as alterações propostas, ignorava em absoluto o seu conteúdo.

Acto contínuo levantou-se Amaro da Costa (CDS) a solicitar, nos termos regimentais, para dar remédio a tão grave inconveniente, um intervalo de meia hora.

O intervalo foi concedido e, como eram exactamente 7 e meia e o termo da sessão estava marcado para as oito, a votação foi adiada para hoje. Se se tivesse feito ontem, PCP e PSD derrotariam a coligação PS/CDS, segundo as nossas contas, por 79 contra 77 votos.

Assim se fazem as coisas...

E.S.

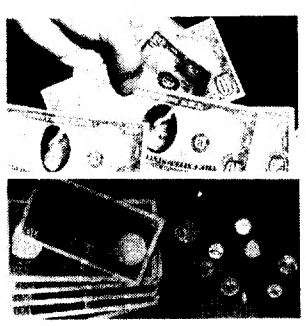
ponto a ponto

Regressou a Lisboa uma delegação de mulheres comunistas portuguesas, que se deslocou à União Soviética em visita de estudo. A visita, dirigida por Helena Medina, membro suplente do CC do PCP, foi feita a convite do CC do PCUS. Em Moscovo a delegação teve reuniões com organismos partidários e sindicais soviéticos.

Álvaro Monjardino, presidente da Assembleia Regional dos Açores, que se encontra nos EUA, disse, durante uma homenagem que lhe foi prestada pela Associação para o Desenvolvimento dos Açorianos (ADA) que o Presidente da República, general Eanes, visitará os Estados Unidos em fins de Maio próximo e que o actual Governo central está interessado em apoiar o estudo de uma zona franca nos Açores.

Pedro Pires, primeiro-ministro de Cabo Verde, passa depois de amanhã em Lisboa, em trânsito. Durante a sua breve estada realizará um encontro com jornalistas em hora e local a anunciar. Entretanto, o embaixador da Guiné-Bissau em Lisboa entregou ontem a Mário Soares uma mensagem pessoal de Francisco Mendes com vista à intensificação das relações entre os dois países.

O ex-ministro português da Administração Interna, Costa Brás, desloca-se sexta-feira a Madrid a convite do ministro espanhol do Interior, Martin Villa. O convite havia sido formulado durante o seu mandato ministerial, concretizando-se agora a nível particular. Costa Brás é actualmente segundo comandante da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas.



Para suster a alta do franco suíço o Governo e o Banco Nacional da Suíça tomaram medidas contra o afluxo de notas de banco estrangeiras para aquele país. Assim ficou proibida a importação por qualquer pessoa residente na Suíça de notas estrangeiras num valor total superior a 20 mil francos em cada período de três meses.

Celebra-se em Madrid de 10 a 15 deste mês a semana «Portugal 78» a cuja inauguração assistirá o secretário de Estado do Turismo, Baltasar Gonçalves. Nesta «semana» serão incluídas actividades artísticas, e iniciativas de ordem económica.

VAMOS DISCUTIR PORTUGAL

AUGUSTO ABELAIRA

Isto de discursos, nem fazê-los, nem ouvi-los — costuma dizer o meu amigo João José Cochofel. Enfim! Aí vai o que se pode arranjar e que dura treze minutos, número aziago.

O 25 de Abril, é sabido, provocou uma grave crise na APE. Porque se antes, a necessidade desta associação não se punha em dúvida, a APE era, pelo menos, uma bandeira, um símbolo de resistência, com o 25 de Abril a questão alterou-se. A APE já não poderia contentar-se com ser bandeira desfraldada, símbolo, tinha de cumprir um papel, o que era muito mais complicado. Ser símbolo é fácil, ser coisa simbolizável é bem mais difícil.

Exagero um pouco porque, toda a gente o sabe, já antes do 25 de Abril a APE desenvolvera actividade no sentido, por exemplo, de obter certas regalias para os escritores, actividade que, prosseguida após a Revolução, não pôde alcançar resultados felizes, dado que os órgãos estatais que deveriam preocupar-se com a cultura, se recusaram ao diálogo e portanto a apoiá-la. E em tão áridas circunstâncias, a nossa anterior direcção teve pouca sorte. Resta-nos a quase certeza de que com o novo secretário de Estado da Cultura as coisas se irão modificar, mas deve esclarecer-se que para isso já a anterior direcção nos abriu o caminho pois que, rapidamente, tentou e obteve um prometedor encontro com António Reis. E aqui quero portanto prestar à direcção que nos precedeu as nossas bem merecidas homenagens.

Mas dizia eu que estava a exagerar porque depois do 25 de Abril alguma coisa se fez, incluindo um congresso que foi teatro de importantes discussões. Todavia, para além do exagero de que peço desculpa, o fundamental fica. E o fundamental é o desinteresse, a desmobilização de que os associados da APE dão provas e que recentemente manifestaram aquando da tentativa de se estudar o problema da constituição dos novos corpos gerentes. De facto, e embora convocados, poucos foram os que vieram às reuniões que para esse efeito aqui se realizaram há cerca de um mês. Refira-se até, sejamos sinceros, que nós, aqueles que aceitámos constituir uma lista, significativamente única, acabámos por embarcar em tal aventura mais por resignação do que por entusiasmo. Contra mim, contra nós falo, portanto.

E porquê?

Precisamente, insisto, porque a APE está em crise, espero que de crescimento, e uma das muitas perguntas que tenho ouvido (que eu próprio formulo) é esta: «Para que serve a APE?» E quando se responde, algo timidamente, que ela pode contribuir para alcançar certos legítimos benefícios de ordem profissional — assistência, por exemplo — para os escritores, esta resposta não é suficientemente mobilizadora visto que, na grande maioria, não somos profissionalmente escritores, somos escritores nas horas vagas e aqueles benefícios, melhores ou piores, já os conquistámos através das caixas das nossas profissões reais. Exceptuam-se A, B ou C.

Se, portanto, tal objectivo tem de prosseguir e vai prosseguir, agora com outras facilidades, ao que esperamos, não é por essa banda que verdadeiramente obteremos resposta à grande questão: para que serve a APE? A pergunta que nos obrigue a uma resposta mobilizadora, que nos entusiasme, que nos dê o sentimento de que a APE é uma necessidade neste Portugal que desejamos renovado. Neste Portugal para cuja renovação a APE tem de desempenhar um papel sob pena de ser socialmente inútil. Grande ou pequeno não importa — um papel. Não uma simples bandeira. Ou, se quiserem, porque as bandeiras são importantes, os símbolos são imprescindíveis — os escritores sabem-no melhor do que ninguém, o símbolo é o seu campo privilegiado —, não apenas uma bandeira, dizia, mas uma actividade significativa: o desempenho de uma função social, quer dizer, uma contribuição à sociedade portuguesa, ao funcionamento dessa sociedade, às suas necessidades culturais e portanto às suas necessidades totais.

Para que serve a APE? Repito-me: é a esta pergunta que temos de responder — e com a consciência de que para lhe responder precisamos de arranjar meios necessários — dinheiro, por exemplo. Mas é evidente que só conseguiremos os meios necessários se soubermos mostrar a importância da APE, se soubermos impor essa importância aos cépticos, impô-la às instituições sem o apoio das quais nada poderemos fazer — e num País em que as instituições tendem, tradicionalmente, a ignorar o significado social da cultura, a ignorar que não há democracia sem cultura, que não há liberdade sem cultura, que democracia e liberdade sem cultura são uma enganadora e perigosa aparência. E por cultura não se entende aqui a mera soma de conhecimentos úteis nas diversas especialidades, mas espírito crítico, consciência.

Ora bem. Provavelmente nunca como hoje, nós, portugueses destas últimas gerações, nos sentimos tão inquietos acerca do nosso futuro, agora que o futuro já deixou de ser uma liberdade sonhada para se transformar finalmente numa liberdade conquistada que, todavia, pressentimos frágil, um tanto ilusória, e que só terá valor se soubermos o que fazer com ela, dando-lhe um conteúdo concreto. E, provavelmente, nunca como hoje, nos sentimos — homens de cultura — tão desejosos de conhecer esse passado que ainda hoje nos condiciona e do qual ignoramos, em boa parte, aquilo que importa aproveitar, aquilo que importa rejeitar. Esse passado que se chama cultura.

E se, durante o fascismo, o passado nos repugnava em muito porque podia confundir-se com nacionalismo, no sentido pior da palavra, e se confundia com todo um discurso mistificatório, joje já não há razões para ter medo. Conhecer o passado para nos libertarmos dele — a frase julgo que não é de António Sérgio, mas foi em António Sérgio que a li. Libertarmo-nos do que nele paralisou a cultura portuguesa, as inquisições estranguladoras da inteligência e da vida, aproveitando o que nele há de fecundo — essa largueza de espírito que caracterizou a grande maioria dos intelectuais portugueses quinhentistas, abertos ao vasto Mundo.

Mas isto são palavras vagas. O que importa é repensar Portugal. Repensar Portugal. Eduardo Lourenço, um desses espíritos que apaixonadamente têm procurado compreender este País (pouco importa que concordemos ou não com ele), alguém que vivendo embora no estrangeiro não quis deixar de participar nas nossas eleições de quarta-feira passada, acaba de publicar um ensaio que precisamente se chama «Repensar Portugal». E Joel Serrão, que só por motivos de todo insuperáveis não pôde aceitar, e foi pena, o lugar que hoje ocupo, também escreveu na semana passada: «Compreender este País para tentar transformá-lo». E muitas outras vezes recentes poderiam aqui ser trazidas, invocando idênticas preocupações.

E então: para que serve a APE? Eis uma pergunta a que se responde com outra pergunta: serve para inquirir quem somos nós, portugueses, para inquirir que cultura é a nossa.

Ora a APE pode empenhar-se nessa tarefa, encontrar aí a sua legitimidade, a sua responsabilidade perante o povo português, a sua função social. Quem somos nós, portugueses, o que faz de nós uma cultura diversificada que não se confunde com as culturas dos outros povos, uma cultura que através da História procurou responder aos nossos problemas. E que por isso, foi é, terá de ser, diferente das outras culturas que aos problemas de outras pátrias procuraram responder. Uma cultura que não é unicamente a cultura escrita, mas aquela que tem sido vivida desde o Norte ao Algarve.

Como realizar este objectivo? Questão a estudar. Mas uma primeira ideia pode ser a de realizarmos um encontro em que estejam presentes os nossos especialistas, não somente os pertencentes a esta associação — etnólogos, historiadores, sociólogos, geógrafos, críticos de todas as artes. Estrangeiros também se for possível — há-de sê-lo. Encontro esse que terá como complemento essencial (porque as palavras dos encontros leva-as o vento) o livro. E um livro destes, balanço do nosso saber actual acerca do que somos, ponto de referência fundamental, não terá problemas de edição.

Isto mesmo, amigos, eis o que vos prometemos — com a certeza de que para tais objectivos não nos faltarão os apoios fecundos.

Termino. Para que serve a APE? Para discutir Portugal porque, ao contrário do que disse um pobre pateta que para nossa suprema humilhação o espírito sádico de Salazar colocou na Presidência da República, a Pátria discute-se — e é dessa discussão que poderemos encontrar os caminhos que não se esgotam com as contingências imediatas da política.

E assim nos legitimaremos contribuindo para o essencial objectivo de renovar este País, de consolidar essa frágil democracia que, insisto, não é possível sem cultura e é obra de todos nós, portugueses. Democracia de que a própria APE terá de ser imagem cristalina. Local, como aqui há poucos dias o disse Sophia de Mello Breyner Andresen, de confronto e de diálogo.

Texto lido anteontem pelo autor no acto de posse dos novos corpos gerentes da Associação Portuguesa de Escritores, de que é presidente da Direcção

Pub

SINDICATO DOS TELEFONISTAS E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO NORTE

PROPOSTA

CONSIDERANDO:

Que os trabalhadores associados deste Sindicato em duas Assembleias Gerais rejeitaram os Orçamentos, respectivamente para o exercício de 76 e 77, estando por isto a Direcção a exercer ilegalmente a sua actividade.

Que a Direcção não incluiu nas contas agora em discussão nesta Assembleia, as despesas efectuadas com a participação no movimento divisionista "Carta Aberta – Madisca" por recear a condenação dos trabalhadores que representa.

Que foi negado aos Delegados Sindicais a consulta aos livros de lançamentos das despesas efectuadas e documentos comprovativos das mesmas, retirando-lhes desta forma a possibilidade de uma apreciação correcta e julgamento consciente das contas apresentadas.

Que a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal colaboraram na incorrecta informação aos associados que representam.

Que os trabalhadores associados deste Sindicato desde há muito vêm sentindo a necessidade de uma profunda alteração na vida do mesmo e por se encontrar praticamente inactivo devido à falta de dinamismo e capacidade do actual elenco directivo.

Que a defesa dos nossos direitos e conquistas, nomeadamente a luta contra o aumento do custo de vida, despedimentos, repressão e retiradas de liberdades sindicais, passa pela nossa unidade, pelo reforço do movimento sindical unitário, questões fundamentais que o nosso elenco directivo tem ignorado.

Que os trabalhadores ao verificarem tantas e tamanhas incorrecções e desrespeito pelos estatutos do nosso Sindicato, não podem continuar a confiar no actual elenco directivo.

Os trabalhadores associados do Sindicato dos Telefonistas e Ofícios Correlativos do Norte reunidos em Assembleia Geral no dia 28/3/78 na A.C.M. decidem:

— Rejeitar na sua totalidade o Relatório de Contas do exercício da actividade da actual direcção durante o ano de 1977.
— Dar um voto de desconfiança aos actuais Corpos Gerentes;
— Apelar à unidade de todos os trabalhadores associados deste Sindicato para defesa das suas legítimas aspirações.

ADITAMENTO À PROPOSTA

Que a mesma, se aprovada, seja publicada nos órgãos de informação diária "Jornal de Notícias", "Diário", "Comércio do Porto", "Primeiro de Janeiro" e "Diário de Lisboa".

Esta proposta e seu aditamento foram aprovados por 68 votos a favor, 18 contra e 1 abstenção.

Porto, 28 de Março de 1978

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Manuel António Rodrigues Ferreira)

Pub

GREVE NA FUNÇÃO PÚBLICA
AVISO

Os Trabalhadores da Função Pública da Administração Central, Regional e Local farão greve no dia 6 de Abril de 1978, como forma de luta pela garantia do reconhecimento do exercício do seu direito constitucional inalienável, que o Governo pretende retirar-lhes, à NEGOCIAÇÃO das suas condições de prestação de trabalho, nas quais se incluem obviamente os salários.

As Direcções Sindicais entregaram, em tempo, ao Primeiro-Ministro, ministro da Reforma Administrativa e ministro do Trabalho o pré-aviso de greve no cumprimento do estabelecido pelo artigo 5.º da Lei 65/77.

Lisboa, 3 de Abril de 1978.

Pel'As Direcções Sindicais
A Comissão Negociadora Sindical (CNS)

VÁ Á...

RUA MORAIS SOARES, 54

COMPRAR BARATO

VÁ AOS

NOVOS ARMAZÉNS DO MINHO

PREÇOS
DE TARAR !

ENSINO

INCÊNDIO EM CIÊNCIAS

Manifestação contra fascismo e terrorismo nas escolas

Cinco elementos de direcções associativas entregaram ontem ao chefe de gabinete do secretário de Estado do Ensino Superior, as propostas aprovadas na Assembleia Geral de Escola e foram informadas de que ainda hoje poderia ser dada uma resposta global às suas reivindicações, no decorrer de uma reunião entre a Direcção-Geral do Ensino Superior e Membros do Conselho Directivo da Faculdade de Ciências.

O encontro teve lugar no final da manifestação da Academia de Lisboa contra o incêndio na Faculdade de Ciências, reivindicado por um grupo fascista e de solidariedade para com os estudantes, professores e trabalhadores daquele estabelecimento de ensino. Cerca de dois mil estudantes e docentes concentraram-se na Cidade Universitária e desfilaram até junto ao Ministério da Educação. Segundo um dirigente da Associação de Ciências foi-lhes dada «uma quase confirmação da construção de futuras instalações da Faculdade de modo a funcionarem em 1980. Não foi contudo — prosseguiu — dada uma resposta concreta relativamente à exigência de manutenção da unidade da Faculdade de Ciências, admitindo-se a possibilidade de uma divisão, numa fase transitória».

«Solidariedade com Ciências — fim ao terrorismo fascista» era a palavra de ordem da manifestação. Vários oradores sublinharam a necessidade de «punição exemplar aos incendiários fascistas». «Os acontecimentos que levaram à destruição da Faculdade de Ciências, demonstram que o fascismo — declarou um porta-voz da Faculdade de Ciências — goza de uma grande liberdade de movimentos no nosso País, o qual denunciou ainda a acção da Juventude Centrista e seus aliados nas escolas, qualificando-a como uma organização parafascista com maior campo de manobra nas escolas». Foram ainda lidas várias moções de apoio como a da Lisnave ou do Sindicato dos Ferroviários.

Entretanto, serão debatidas ainda hoje durante uma reunião do Conselho Directivo da Faculdade com as diversas comissões de curso, problemas de organização interna, de elaboração de horários, a fim de que, de acordo com as propostas aprovadas na AGE, se possam iniciar as aulas não-laboratoriais a 10 do corrente, no edifício da Av. 24 de Julho, cedido pelo MEC.

Os membros do Conselho Directivo fizeram um levantamento geral da situação durante a reunião de ontem na Reitoria, tendo lido ainda um relatório sobre os recentes contactos com organismos oficiais, reuniões, com o ministro da Educação e com o presidente da Assembleia da República.

Por último, a Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia, emitiu um comunicado em que anuncia não ter participado na manifestação por discordarem do «aproveitamento partidário». «Coloca-se, porém, à disposição dos alunos da Faculdade de Ciências, de maneira a poderem fazer frente aos condicionalismos actuais».

CONVERSAÇÕES INTERROMPIDAS

Professores de Messines há um mês em greve

Ao fim de dois dias de negociações entre os professores e o proprietário do Externato João de Deus, de S. Bartolomeu de Messines, tudo voltou ao princípio, isto é, foram suspensos todos os contactos e mantêm-se a greve iniciada no dia 6 de Março.

As negociações estavam a decorrer na delegação do Ministério do Trabalho, em Faro, e nelas participavam também representantes do sindicato e dos encarregados de educação dos alunos.

A entidade patronal, a certa altura das conversações, aceitava pagar, a partir de Abril, o vencimento com base na interpretação sindical, que considera que o ordenado base corresponde a 22 horas semanais, pagando-se como normais as que excederem aquele quantitativo e até às 25.

Contudo, condicionava tal prática ao parecer da comissão técnica paritária, não estando no seu espírito a adopção de critério semelhante para o pagamento dos rectroactivos.

Rejeitando aquela proposta, os trabalhadores apresentaram duas outras, em alternativa. Estas apontavam para a aceitação quanto a retroactivos do horário normal de 25 horas semanais, desde que as restantes fossem pagas com o acréscimo legal de cem por cento, ou para a condição de o trabalho suplementar ser pago como normal, desde que o patrão admitisse o horário das 22 horas semanais.

Nada disto, que, segundo os professores em greve, constitui apreciável transigência da sua parte, viria, porém, a ser aceite pelo proprietário.

Este rompeu as negociações com a declaração categórica de que não valeria a pena chegar a acordo porque, em qualquer caso, ele iria proceder à suspensão de cinco trabalhadores, sabendo, embora, que isso iria implicar na continuação da greve.

Face áquela atitude, que consideram de intransigência, os professores e os encarregados de educação encetaram diligências no sentido de garantirem a continuação dos trabalhos escolares.

Para tanto, preparam já reuniões com o governador civil de Faro e com o inspector-geral do Ensino Particular, ao mesmo tempo que o assunto vai ser debatido nas Assembleias da Freguesia de S. Bartolomeu de Messines e Municipal de Silves.

SENSACIONAL
CAMPANHA
DA MAIÚSCULA

grandes descontos durante 30 dias

Do fabricante directamente para o público
mobílias em todos os estilos,
estofos e móveis avulso

SEDE: Praça Paiva Couceiro, 1 Lisboa 1 Telefone 846839
SALÃO DE EXPOSIÇÃO: Rua Neves Ferreira, 4-A Telefone 824840

PROGRAMA DO GOVERNO EM CAUSA

Seminário do MDP sobre educação e cultura

«Pensamos que o nosso sistema de ensino desobjectivado, formal e repressivo não serve nem o País, do ponto de vista económico, nem o homem do ponto de vista humanitário. O programa do Governo que será matéria de reflexão, mantêm estas características do nosso ensino. Há, agora, como houve no fascismo, o medo de ratificar alteração dos valores sociais, de que resulta que o nosso ensino seja repressivo, ao mesmo tempo que anárquico» — afirma o departamento de Ensino e Acção Cultural do MDP, que anuncia a realização de um Seminário de Reflexão sobre o Programa do Governo que se realizará em Lisboa, na sede da FEPU, no dia 15 de Abril, das 15 às 24 horas.

«A nossa política de educação — acusa o MDP — é assim formada por sedimentação de estados de aflição, a que se pretendem dar soluções através dum decreto ou dum despacho, que no seu conjunto não definem nem sequer uma estratégia». «Nós consideramos grave para a formação dos nossos jovens a insegurança que lhes é ministrada pelas escolas, consideramos grave para a dignificação da carreira docente a falta de inserção da actividade dos professores num objectivo gloal nacional». Depois de sublinhar a gravidade da «situação do analfabetismo», o departamento do MDP analisa a parte dedicada à cultura no Programa do Governo. «No campo específico da cultura — sublinha o comunicado — o programa é sem conteúdo, parecendo o responsável pela Secretaria de Estado respectiva, bastante mais positivamente objectivado do que o programa saído para dar satisfação ao povo português. Neste campo, mais ainda do que no ensino, o MDP considera que uma acção consciente, para além das estruturas governamentais, poderá criar uma maior dinâmica de base, indispensável à formulação duma política correcta».

Licenciatura em Sociologia

Um decreto regulamentar do Ministério da Educação e Cultura, hoje publicado no «Diário da República», cria o Curso de Licenciatura em Sociologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

O plano de estudos foi aprovado por despacho da Secretaria de Estado do Ensino Superior, prevendo o diploma a concessão do grau de doutor em Sociologia.

O decreto regulamentar vem institucionalizar o Curso de Sociologia que já funciona naquele estabelecimento de ensino em regime de experiência pedagógica, cuja validade é reconhecida pelo Ministério da Educação.

Assim, os estudantes que actualmente frequentam aquele Curso no ISCTE em regime de experiência pedagógica ficam já abrangidos pelo plano de estudos a definir.

NAS COMEMORAÇÕES DA REVOLTA DE 4 DE ABRIL

Evocadas as tradições democráticas da população da ilha da Madeira

As tradições liberais e democráticas da população da ilha da Madeira foram ontem evocadas ao comemorar-se o 47.º aniversário da revolta antifascista que ali eclodiu contra a ditadura militar em 4 de Abril de 1931, e que durantante 28 dias proclamou as liberdades e batalhou pelo regresso à normalidade constitucional republicana.

A iniciativa das comemorações pertenceu à Casa da Madeira, em Lisboa, que para o efeito organizou uma sessão pública, na sua sede. Parte substancial do programa consistiu numa conferência do dr. Fernando Piteira Santos, director adjunto do «Diário de Lisboa». Presidiu o dr. Sargo Junior, madeirense que é, democrata como se reafirmou e como autoridade revolucionária que foi durante a insurreição. Sentaram-se, também, na mesa que dirigiu a sessão e o colóquio o coronel Asse Ferreira (um dos participantes, como tenente, no movimento militar da Madeira ao lado do general Sousa Dias), o major Sousa Dias (neto do general que chefiou a revolta e exerceu as funções de presidente da Junta Governativa) e Luís Aveiro, secretário da Direcção da Casa da Madeira.

O dr. Piteira Santos traçou para a centena de ouvintes uma perspectiva histórica do movimento da Madeira, os seus antecedentes e as consequências que dele resultaram, nomeadamente a violentíssima repressão que se lhe seguiu e durante a qual foram fuzilados dezenas e dezenas de antifascistas. Nessa sinistra actividade, disse, salientou-se o então capitão Botelho Moniz que fuzilou muita gente junto ao Jardim Zoológico em Lisboa.

Foi evocada a memória do tenente Sílvio Félix, morto há três semanas e que embora não seja muito conhecido como um dos chefes da revolta teve nela um papel preponderante. A assistência guardou um minuto de silêncio em sua homenagem.

Durante o colóquio que se seguiu à conferência do nosso director adjunto foi salientada a adesão popular à insurreição, e que alguns dos que então viviam no Funchal compararam à alegria popular no 25 de Abril e no 1.º de Maio de 1974, assim como foram acentuadas as «longas tradições liberais e democráticas dos madeirenses ainda que o não pareça», como insistiu o dr. Sargo Júnior.

O conhecido advogado lembraria, a propósito, que o primeiro deputado republicano às Cortes monárquicas foi eleito exactamente pelo Funchal e isto em 1882.

Bomba de grande potência esta noite no Funchal

FUNCHAL, 5 — **Pouco depois da meia-noite de hoje, uma bomba de grande potência rebentou numa viatura da Polícia Judiciária no Funchal, uma Peugeot 504 station, que ia em andamento e foi, pela violência do petardo, voltada ao contrário.**

Foram atingidos o subinspector João Martins e o agente Eduardo do Rio que seguiam no carro e estavam colocados há ainda pouco tempo nos serviços da Judiciária na Madeira. Foi atingido também um casal de estrangeiros que passava perto do local, à Rua Imperatriz D. Amélia.

Os prejuízos são elevados ficando a viatura praticamente destruída. O agente Rio com ferida extensa na coxa foi sujeito a intervenção cirrgica.

Ainda não está apurada a natureza do explosivo empregado, mas supõe-se ser de material plástico.

Por outro lado, embora ainda não tenha sido reivindicado este atentado terrorista, ele é atribuído à FLAMA com base num comunicado, numerado de 39 e datado de três de Abril, surgido ontem e no qual, acerca de uma carta de 22 reclusos não publicada na Imprensa local, e a que o «DL» já se referiu, comenta e ameaça: «Não acreditamos que as **nossas autoridades procurem esclarecer o assunto e punir devidamente os responsáveis** pela prática de tais atrocidades. Essa será mais uma missão de que nos ocuparemos».

..E outra (bomba) na Messe de Oficiais de Lagos

LAGOS, 5 — Uma bomba rebentou em frente à Messe de Oficiais desta cidade —, debaixo da carrinha que transporta os abastecimentos para o Destacamento Militar, à uma e 50 de hoje.

A bomba destruiu a carrinha, rebentou vidros de várias janelas da área, meteu dentro uma janela da Messe e deixou uma cratera no solo.

O rebentamento ocorreu perto de uma cervejaria que àquela hora se encontrava encerrada e alarmou os habitantes das proximidades, em especial os de um estabelecimento hoteleiro onde se encontram alojados turistas estrangeiros.

REFORMA AGRÁRIA

Rurais de Almeirim paralisaram o trabalho

Os trabalhadores agrícolas do concelho de Almeirim, que há cerca de dois anos lutam pela publicação da nova legislação de trabalho e pela revisão das tabelas salariais, fizeram, durante todo o dia de ontem, uma paralisação de trabalho como forma de protesto contra a atitude dos órgãos do Poder.

Perto de 400 trabalhadores concentraram-se junto ao edifício da Câmara Municipal de Almeirim onde aprovaram uma moção na qual são explicados os objectivos da paralisação. O documento foi enviado ao Ministério do Trabalho, ao Governo Civil de Santarém e a outros órgãos de soberania.

Os trabalhadores resolveram retomar o trabalho, embora estejam dispostos a recorrer a outras formas de luta se as suas reivindicações não forem satisfeitas.

Resineiros protestam contra despedimentos

Cerca de uma centena de resineiros, manifestaram-se, no domingo, em frente dos escritórios da firma «Gameiro e Sisudo», na Figueira da Foz, contra o despedimento colectivo dos trabalhadores que tinham contratos com esta empresa.

Como já noticiámos a administração da firma pretendia convencer os resineiros a trabalharem por «conta própria» a fim de se furtar aos encargos sociais. Os trabalhadores, que têm o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Resineiros de Coimbra, recusaram-se a aceitar a situação proposta pela empresa.

A administração da empresa recusou-se a receber os dirigentes sindicais dos resineiros alegando que não lhes reconhecia representatividade.

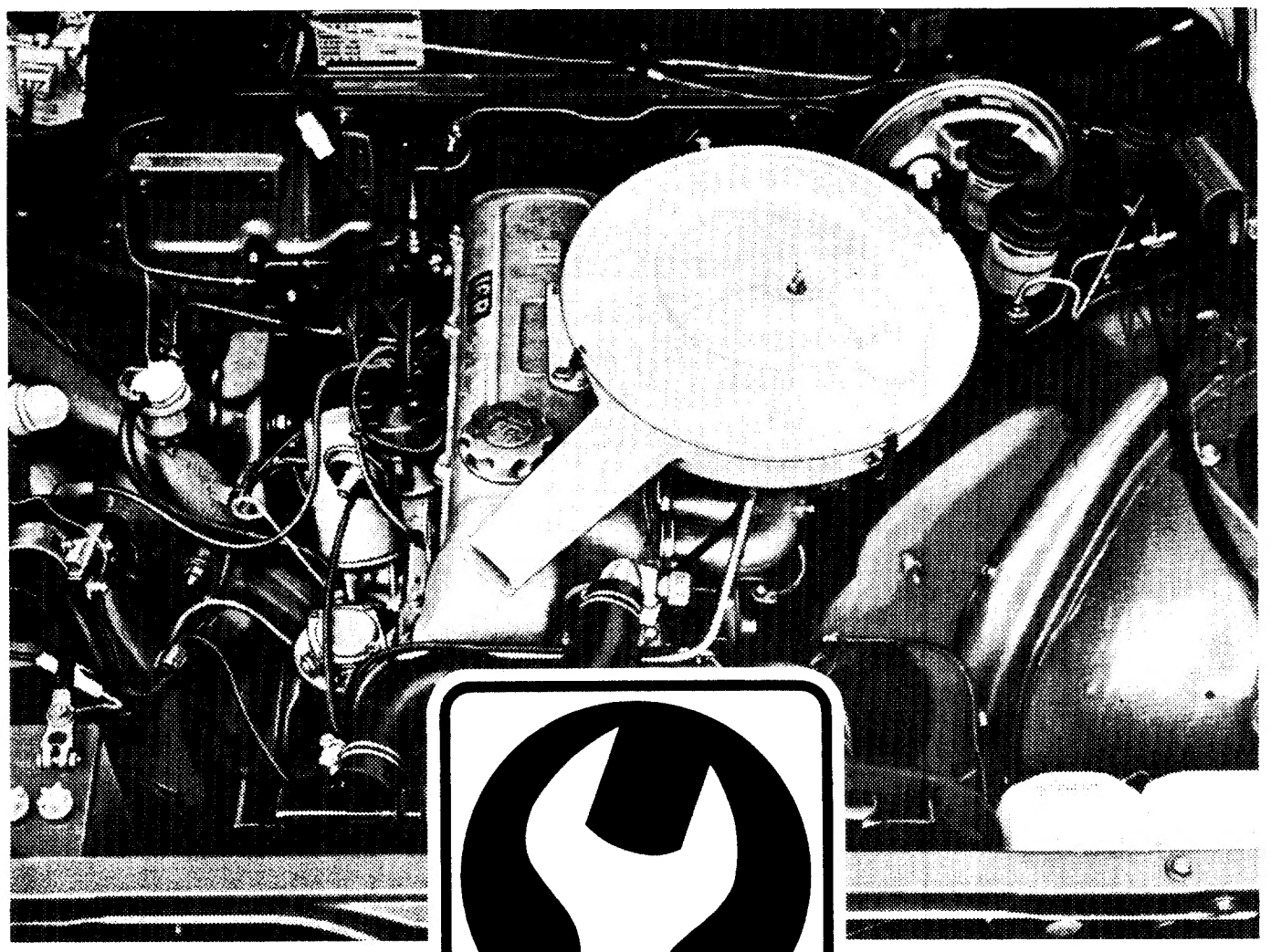
JÁ ALGUMA VEZ COMEU INHAME?

Um tubérculo faz entrar seis mil contos nos Açores

O inhame, tubérculo de origem sub-tropical quase desconhecido na Europa, faz entrar nos cofres do Governo Regional dos Açores qualquer coisa como cerca de seis mil contos por ano. O território produz entre 400 a 450 toneladas de inhame anualmente, em especial em S. Miguel, no Pico e na Terceira. O índice de produtividade é de 15 a 20 toneladas por hectare. A exportação do tubérculo é feita para as colónias de emigrantes na costa leste dos Estados Unidos e do Canadá, por via aérea e como artigo de luxo.

De acordo com Fernando Monteiro, adjunto do secretário regional do Comércio e Indústria e especialista em agronomia, que a propósito falou à ANOP, aguns dos produtores de inhame desejam constituir associações do tipo cooperativo, designadamente na freguesia da Bretanha, no noroeste de S. Miguel, pelo que os responsáveis pensam organizar o sector de produção.

Um outro artigo semelhante e do mesmo grupo, a batata, continua a ser um problema para produtores e autoridades, dado a sua recolha ter excedido em cerca de 7000 toneladas os números previstos no fino, coincidindo com colheitas igualmente excedentárias no Continente e na Europa.



ASSISTÊNCIA TOYOTA

mais vale prevenir que remediar

Um carro não é um objecto de consumo. Há que tratá-lo periódica e cuidadosamente.
E tal como você vai ao médico e não à bruxa,
também não deve entregar o seu Toyota a qualquer curioso.
A rede de assistência Toyota está apta a responder às suas necessidades
— mantém-lhe o carro afinado, impecável!
Para que possa tirar do seu Toyota o máximo rendimento, em segurança,
utilize sempre os serviços de assistência e peças Toyota.

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS: SALVADOR CAETANO, S.A.R.L. • CONCESSIONARIOS EM TODO O PAIS COM SERVICO DE ASSISTÊNCIA E PEÇAS

sonarte TOT-A2

Nós resolvemos o seu problema habitacional.

Visite-nos e comprará o seu andar.

MARVACO
R. Arco do Cego 75-2º Esq. Tel. 778445 - 766849
LISBOA

SINDICATO DOS OFICIAIS MAQUINISTAS DA MARINHA MERCANTE

CONVOCATÓRIA

Nos termos do estatuto convoco a Assembleia Geral do Sindicato dos Oficiais e Engenheiros Maquinistas da Marinha Mercante, a reunir em primeira convocação e em sessão extraordinária no próximo dia 20 de Abril, quinta-feira, pelas 21 horas na sede do Sindicato, à Av. D. Carlos I, n.º 101 — 1.º Esq. com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Apreciação, discussão e aprovação do relatório e contas do ano de 1977.

2 — Análise e deliberação, ao abrigo do novo estatuto do assunto relacionado com a Vice-Presidência da Mesa da Assembleia Geral.

3 — Apreciação e escolha do novo emblema do Sindicato.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convocò desde já a mesma Assembleia Geral Extraordinária para reunir no mesmo local, no mesmo dia e com a mesma ordem de trabalhos, pelas 21,30 horas, deliberando com qualquer número de sócios presentes.

O Presidente da Assembleia Geral
a) Alberto Eugênio da Costa
Pel'O Conselho Executivo
a) M. Albano Nunes
(Secretário)

SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DO SUL

MOÇÃO

Trabalhadores ferroviários, da Base 34, Beja, reunidos em plenário em 29 de Março de 1978, aprovaram por unanimidade a moção que a seguir se transcreve:

1.º – Voto de total confiança à Comissão Negociadora Sindical e aos dirigentes sindicais ferroviários;
2.º – Apelo para uma unidade mais forte dos trabalhadores ferroviários;
3.º – Não desejamos sindicatos paralelos (chamados da «Carta Aberta») na honrada e honesta classe ferroviária.

Beja, 29 de Março de 1978

Pelos Trabalhadores da base 34
Luciano Raimundo

REDE BOMBISTA

Uma história para aprofundar

Fim de tarde no 5.º Juízo do Tribunal Militar Territorial, situado na Rua Jardim do Tabaco. É o dia 31 de Março de 1978. Estamos a meio da 44.ª audiência, que marca os cerca de três meses e meio do julgamento da rede bombista. A defesa do grupo terrorista, por intermédio do dr. Rómulo Ribeiro (ex-membro da extinta ANP de Marcelo Caetano), interroga a testemunha, dr. Mouro Pinto, da Polícia Judiciária do Porto. Aquele causídico (ao contrário do que seria de esperar) tenta recolher *elementos de culpa* da testemunha (ó espanto dos deuses) e não a normalíssima conjuntura de dados que permita supor a sua falibilidade como testemunha. Rómulo Ribeiro faz tudo, menos um interrogatório formal (embora ao revés e quando lhe interessa, jogue com o formalismo burocrático a seu favor). Insinua, alega fora de tempo as alegações, procura levar a testemunha a confirmar que nunca afirmou, recorre a comentários que nada têm a ver com o que está em tribunal, busca desesperadamente a «casca de laranja».

Mouro Pinto, porém, pisa seguro, escolhe ele próprio o caminho, cinge-se à verdade que conhece como ninguém e não se deixa levar pela verborreia aleatória e manipuladora. Ao chegar-se a determinado ponto do interrogatório, quando se falava da busca a casa do arguido Rangel, o inspector Mouro Pinto contou como foram encontradas nas paredes as *cruzes suásticas* da predilecção do locatário.

Intervém aí Rómulo Ribeiro:

— Cruzes suásticas? E em que é que o sr. inspector considera as cruzes suásticas uma coisa comprometedora?

Resposta de Moura Pinto:

— Bem... um dos artigos da Constituição diz que não é permitida qualquer propaganda a partidos desse género...

Rómulo Ribeiro (recordado certamente dos seus tempos da Acção Nacional Popular de Inspiração fascista):

— Ora! Hoje até se fazem cruzes suásticas com foices e martelos.

Hitler e o nacional-socialismo foram criados (pelo capitalismo internacional, e não só pelo capitalismo alemão), para combater o verdadeiro socialismo, isto é, para travar o imediato passo da história, a ascensão das classes trabalhadoras, a caminhada para o futuro. Hitler e o nacional-socialismo usavam estes e outros «slogans» e por aí foram, não só *à caça* dos que pensando contra eles logo eram considerados inimigos terríveis da *civilizaç* migos terríveis da *civilização ariana*, como também dos judeus, dos *resistentes* com o mais variado cariz democrático, dos etíopes, dos gregos, dos polacos, dos russos, dos búlgaros, dos romenos, dos checoslovacos, dos franceses, dos ingleses e da própria mãe — visto que o povo alemão acabou por ser igualmente sacrificado. Nos nossos dias temos a versão hitleriana com os mesmíssimos argumentos do dr. Rómulo Ribeiro na defesa da rede bombista, não apenas num Chile afogado em sangue e em lágrimas como em muitos países da America Latina.

UM JULGAMENTO A EXIGIR DUAS FASES

Queremos acrescentar (pelo respeito que nos merece o que é justo), que neste ponto do interrogatório, o juiz-presidente do tribunal, coronel Paiva Ribeiro, servindo-se tão-somente do articulado ao seu dispor, decidiu, na ordem jurídica que lhe compete, atalhar o comentário verrinoso e cuja finalidade, bem o sabemos, não será, unicamente, a de confundir a testemunha. E que o dr. Rómulo Ribeiro tem, pela primeira vez desde que é advogado, uma Imprensa livre a escutá-lo. E sabe que, *pluralisticamente*, as suas palavras têm um eco diferente, consoante na bancada dos órgãos da informação se sentem profissionais do passado ou do presente-futuro.

Porque, bem vistas as coisas e o julgamento da rede bombista é, em princípio, um julgamento político. Que os advogados da defesa e consoante os seus interesses (quer dizer, os interesses de *todos* os implicados), procuram, ora que seja político, ora que o não seja. Mas também nós partimos do princípio que se o julgamento tem bastante matéria para ser julgado político — e tem-na —, não é menos verdade que possua e em abundância, matéria de foro comum. Isto pretende afirmar que, na nossa óptica, exactamente como acontece no caso dos implicados em julgamentos de foro comum atingidos pelo foro militar, deveria haver dois julgamentos: um da competência militar sobre os crimes contra a segurança do Estado democrático e o outro, natural, por crimes de homicídio e, como tal, referentes ao clausulado do Código do Processo Penal Civil. De outra maneira, dificilmente se compreenderá este longo processo. Dado que a competência do tribunal militar atinge claramente os crimes contra a segurança do Estado, parece-nos óbvio que se corre o risco de deixarmos em aberto o local do processo que fala de crimes contra a segurança do indivíduo. Por mais adendas que o Código de Processo Penal traga ao Código de Processo Militar. Não vimos que a plenitude do julgamento a decorrer seja atingida sem o inventário de um segundo processo. A não ser que a justiça militar, contemplando o articulado civil, se sirva de ambos os casos para nos oferecer uma sentença que não permita fugas de responsabilidade colectiva (grupo bombista) e individual, por cada crime de morte e danos cometido, aos seus autores morais e aos autores materiais. E a este pormenor há que prestar a devida atenção, posto que cada um dos, aos seus autores morais e tando escapar pela tangente do «não comprometimento», sugerindo que só os autores materiais (na realidade autores, mas talvez os menos responsáveis), se encontram ao alcance duma sentença que, a ser justa, terá de contemplar devidamente os vários graus de responsabilidade. E nem resta dúvida de que eles existem.

AO PONTO DE MANDAR PÔR BOMBA EM CASA DO VIZINHO

Como crime político, a actividade da rede bombista foi mais do que evidente. Surgindo com a capa da «luta contra o totalitarismo de esquerda» (engodo em que de muito boa gente caiu) não tardou que os agrupamentos terroristas mostrassem a sua verdadeira face: o ódio às instituições democráticas, o «revanchismo» ao medo sentido na madrugada do 25 de Abril, a tentativa de, por meio de subversão e do caos, fazer regressar o país ao pidesco inferno de outrora. E como aconteceu com os grupos nazis da ascensão hitleriana, não se escolheu «a fruta». Nem interessava. Quantos mais indivíduos sem consciência individual e colectiva, melhor. É assim que Ramiro Moreira, num dos interrogatórios feitos na Judiciária do Porto, esclarece este ponto:

— «É uma chatice. Tudo por causa do problema das *donas marias* (notas de mil escudos). Tinha falta de dinheiro e tive de me meter nisto. E depois os chefes só queriam bombas (...) Inclusivamente, o Ferreira Torres era capaz de mandar pôr uma bomba na casa do vizinho, só porque ele era mais rico. Ou fazia-o por mera vingança pessoal. Havia de tudo». (Depoimento do dr. Mouro Pinto, sobre interrogatório daquele réu, durante o decorrer da 37.ª audiência, em 5 de Março último).

Assim, o marginal que quisesse «tomar parte», integralmente, não era repudiado pela «ética»

Bomba na Av. da Liberdade, frente à sede do Partido Comunista: um morto

dos chefes da facção terrorista. Bastava que fosse capaz de pôr uma bombas lá no sítio ou de dar uns tirinhos. Todavia, a opção, mesmo para um marginal, era perigosa. Também na PJ do Porto, afirmou o «cérebro» do assalto à »Standard Eléctric», José Cruz Ribeiro da Silva:

«Trata-se duma organização poderosa. E é um problema, porque depois de metidos nisto, às tantas *eles* liquidam-nos.»

Referia-se Ribeiro da Silva ao MDLP e ao ELP com a CODECO a judar. O movimento fantoche angolano, FNLA, várias vezes citado pelo Ribeiro da Silva e outros testemunhos, procurava impor-se através da sua filial CODECO. Alpoim Calvão — também citado e confesso dirigente do MDLP, ver «De Konacry ao MDLP», cento e tantas páginas de violência reaccionária e de prosa sanguinolenta —, buscava, juntamente com Abílio de oliveira, *reforços* em Espanha — armas, equipamento, dinheiro e homens entre os antigos membros da legião Portuguesa e PIDE-DGS ali refugiados depois do 25 de Abril Vê-se claramente a *cor* destes agrupamentos que, no entanto, chegaram, segundo declarações dos implicados, a abater um ex-«pide» em território espanhol. Aprofunde-se a história dos movimentos terroristas desde 75 no nosso país e encontraremos matéria para um libelo impressionante.

«ATÉ ME CUSTAVA A ACREDITAR»

No dia 5 de Junho de 1975, é lançado um «cocktail» Molotov contra o Mercado do Povo em Lisboa. Dias antes (a 26 de maio) tinha sido atacada e destruída a sede do MDP-CDE em Bragança onde os assaltantes deixaram a sua «marca»: inscrições do ELP.

Tinha começado a onda de terrorismo fascista. Aproveitando a fragilidade duma democracia acabada de nascer, usando «slogans» confusionistas e métodos também (não esquecer que viriam a atacar um edifício onde se encontrava instalada uma comissão do PPD-PSD), espalhando o pânico e a morte, a vaga cresceu e parecia imparável.

Até que um dia, em Janeiro de 76, uma operação «stop» montada pela Polícia Judiciária , permitiria a esta corporação intervir e de algum modo travar, o grande surto terrorista de 1976 — que apesar disso, continuaria a sua obra, ao ponto de em Abril de 77 se terem contado cerca de quatro centenas de acções (de bomba na mão a sua grande maioria), contra o povo português e o que por ele fora conquistado após o 25 de Abril.

Mero acaso, certamente, o facto de José Cruz Ribeiro da Silva haver sido detido em seguida ao assalto à «Standard Electric», abriu perspectivas para um largo conhecimento das actividades terroristas e seus agentes. Ribeiro da Silva, homem que adora demonstrar os seus métodos de «machote ibérico» ao serviço (bem pago, naturalmente) de ancilosadas, perventivas e ridículas ideias de «salvação nacional» (viu-se o que foi a «salvação nacional» em 48 anos de fascismo). Ribeiro da Silva, dizíamos, convencido de que a cobertura aos movimentos terroristas o tornariam imune a qualquer espécie de justiça, *abriu-se* como a porta de Sésamo, mostrando aos boquiabertos agentes e inspectores da PJ do Porto e, mais tarde, aos investigadores da própria Polícia Judiciária Militar, os antros e labirintos da rede terrorista. «Até me custava a acreditar» — diria o subinspector Lopes Duarte, num dos seus depoimentos em tribunal e citando a «conversa» que o Ribeiro da Silva tivera consigo logo após a sua detenção.

Mas apesar dos factos (iniludíveis) em processo, apesar do dom probatório das testemunhas na barra do tribunal, procura-se a todo o transe demonstrar *apenas* isto: ou não existiu a rede bombista ou se existiu, nada tem a ver com os inocentes, hoje réus, porque não passou duma negra cabala das forças progressistas portuguesas. Quer dizer: ou os juízes hão-de acreditar que as bombas e as mortes (Embaixada de Cuba, S. Martinho do Campo, Av. da Liberdade), não passam de uma alucinação colectiva, ou então, que se busque outros autores que não aqueles *santos* dos Abílio de Oliveira, Joaquim Ferreira Torres, Mota Freitas, Caimoto Duarte, Gonçalo, Regadas e por aí além. Ou seja: que se peça ao povo português que esqueça o vasto e violento atentado de que foi vítima e que indemnize ou melhor, condecore, os *heróis* fascista que o cometeram.

Mas há mais. E quando um destes dias viermos a lume com factos que ainda não foram tornados públicos (embora constem dos autos e das informaçês que colhemos), ver-se-á como estamos muito, muito longe de haver esgotado o «caso da rede bombista» ora em julgamento, e como são vazios de conteúdo todos os argumentos que pretendem alienar este processo.

JOSUÉ DA SILVA

ONTEM NO TRIBUNAL

Simpatias do demónio

. Tribunal Militar, 45.ª audiência do julgamento da rede bombista, dia 4 de Abril de 1978.

Foram ouvidas três testemunhas. A primeira, um tal Manuel Evangelista Júnior, mais conhecido nos «bas-fonds» do Norte pelo «Teddy-Boy», homem que já cumpriu pena por delito comum, não disse coisa que se visse. Que não sei quê, que o capitão Ferreira da Silva da PJM o levou a assinar certas afirmações constantes dos autos com promessas de liberdade, na boca do «Teddy-Boy» (foi a segunda vez que o vimos depor em tribunal) é já uma balela velha. O que terá sido novo (novo e de espantar) foi o à-vontade com que, a uma pergunta habilidosamente formulada pelo dr. Carqueijeiro (até parecia estudada) sobre as suas apetências partidárias, ouvimos o «Teddy-Boy» responder com o ar mais inocente:

. «Sou simpatizante do PCP.»

. Bom, simpatizante (sublinhado) não admira. Neste mundo há, como se sabe, quem, por simpatia, funcione pró e contra. Na mesma linha de pensamento os bombistas colocaram bombas nos Centros de Trabalho do Partido Comunista, bombas que deflagraram por simpatia algumas vezes. O que quer dizer que há simpatias autênticas e simpatias do demónio. E para simpatizante de um partido de esquerda, o «Teddy-Boy» dá-se demasiado bem com pessoas ligadas ao grupo de Mota Freitas: vimo-lo numa tasca em frente do tribunal, a tomar o seu copo com um dos indivíduos que, entre a assistência, se conta no número dos adeptos dos réus. Naturalmente sobre a declaração (de voto?) da testemunha toda a sala (ou quase toda) embandeirou um sorriso de... complacência. Coitado, o rapaz não tem culpa. Levaram-no para ali, o que é que se há-de fazer?

. As restantes testemunhas da tarde de ontem, um agente e um subinspector da Polícia Judiciária do Porto, respectivamente José da Fonseca Alves e António Gonçalves Moreira, permitiram ao tribunal uma consolidação de prova bem substantiva. Ambos mantiveram aquela segurança só possível em homens e profissionais a quem, à barra do tribunal, apenas uma coisa interessa — deixar a sua verdade perfeitamente vincada. E como a verdade que trazem é a verdade conseguida num ror de meses de investigações e muitas noites de insónia, torna-se difícil, mesmo a uma defesa com muita imaginação (o que não nos parece ser o caso), enredar a meada a seu bel-prazer. E neste ponto, decerto porque também esteve bastante mais embrenhado nas investigações, o subinspector António Gonçalves Moreira foi de uma limpidez e coerência totais, se o confrontarmos não apenas com as declarações de outros colegas como com as suas próprias declarações anteriores.

Depois, o resto da tarde passámo-la em requerimentos.

Temos, porém, uma nota final com alguma piada: de há uns tempos a esta parte surgiu naquele Tribunal um indivíduo muito bem posto, que cumprimenta os réus com afabilidade e, embora não soubéssemos porquê, goza de um estatuto especial em relação aos outros assistentes à audiência: serve-se do bar — onde só entram os advogados, os jornalistas, os militares em serviço ou alguma pessoa da assistência devidamente autorizada e só por razões de primeira ordem —, movimenta-se no interior do edifício do 5.º Tribunal como se estivesse em sua casa. Claro, a curiosidade do jornalista leva sempre a indagar: quem é?

. Hoje soubemo-lo. Trata-se do irmão de um dos implicados — precisamente o irmão do réu Veríssimo — e que se diz jornalista. De que jornal?, indagámos. De uma daquelas folhas reaccionárias que se publicam em Ponte de Lima. E este irmão de um réu entra no Tribunal com um passe a que só os profissionais da Informação têm direito. Inquirimos — alguém já se lembrou de investigar se este senhor Veríssimo, de Ponte de Lima, tem direito ao referido passe? Arranjar um cartão de um jornaleco que ninguém conhece é fácil. Provar que se é, na verdade, profissional da Informação, é mais difícil. Vamos saber como é que estas coisas se fazem ou ninguém está interessado?

A audiência prossegue hoje à tarde.

JOSUÉ DA SILVA

Jovem operário condenado por agressão a um polícia

Em sentença proferida ontem à tarde pelo Tribunal da Polícia de Lisboa foram absolvidas duas mulheres e condenado a 30 dias de prisão, com pena suspensa, um jovem, detido na sequência de uma manifestação promovida ontem pelas 19 horas, no Calvário, pela União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias.

O jovem operário, de 19 anos, foi considerado culpado, com atenuantes, de agressão a um agente da autoridade, pelo que foi condenado.

Na referida manifestação, em que as mulheres protestavam contra o aumento do custo de vida, a Polícia interveio evocando uma ilegalidade cometida pelos promotores que não fizeram participação prévia ao Governo Civil.

A UMAR, num comunicado a propósito, declara que dezenas de polícias quiseram impedir que um dos manifestantes falasse, tendo prendido duas mulheres. Um jovem operário tentou impedi-los tendo sido também detido.

Em OLHÃO o Diário de Lisboa vende-se na TABACARIA MODERNA

OCUPANTES DE CASAS DEVOLUTAS

Sempre à espera da Polícia de Choque

«Em 1970 havia cerca de 350 mil casas devolutas. Por isso muitos de nós vivíamos nas piores condições, o que nos levou depois do 25 de Abril, a ocupar alguns milhares de casas. Três anos depois continuamos sem ver a nossa situação regularizada, sempre à espera que nos apareça à porta o oficial de diligências e a Polícia de Choque para nos pôr na rua», lê-se num manifesto divulgado pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL), organismo que já tem preparado neste momento um projecto de decreto-lei, a apresentar, brevemente, à Assembleia da República, a propósito do problema habitacional e de um outro, com ele directamente relacionado, ou seja, sobre as ocupações e os despejos.

«Contrariamente ao que está estabelecido na Constituição, a insegurança quanto à habitação é cada vez maior, e não vemos tomar medidas para resolver este problema dos trabalhadores», prossegue o manifesto da AIL que acrescenta que «não basta a falta de casas, a falta de obras nas casas quase em ruínas», como ainda «pretenderam vender as casas em que muitos inquilinos vivem e que já pagaram várias vezes».

No longo articulado do projecto de decreto-lei da AIL refere-se que «as ocupações de casas devolutas não foram um mero ataque à propriedade privada, mas sim um movimento social espontâneo, com razões económicas justas», salientando-se, por outro lado, o «não cumprimento por parte dos proprietários das disposições do Decreto-Lei n.º 445/74, de 12 de Setembro, mantendo, ilegalmente, fora do mercado da habitação, milhares de casas devolutas com os mais variados pretextos».

PJ do Porto faz balanço de um mês

A directoria desta cidade da Polícia Judiciária deu-nos conta da sua actividade durante o período de 27 de Março a 1 de Abril, na parte que diz respeito a furtos por estroncamento, arrombamento e chave falsa.

Por estes processos foram furtados artigos vários, dinheiro e jóias, no valor superior a 800 contos. Aquela polícia conseguiu, no entanto, recuperar artigos no valor de 350 contos, aproximadamente.

Entretanto, a brigada encarregada da repressão ao furto e tráfico ilegal de veículos automóveis, apreendeu, no mesmo período, três veículos no valor total de 1800 contos, um dos quais furtado em Paris e já entregue ao seu legítimo dono.

O novo direito de família

Lamentáveis gralhas adulteraram completamente o sentido de parte do depoimento que nos foi dado pela nossa colaboradora dr.ª Laura Lopes, a propósito da entrada em vigor das novas disposições do Direito de Família, e que publicamos no passado sábado.

Com os pedidos de desculpa àquela advogada e aos nossos leitores, reproduzimos a versão real da parte do depoimento que saiu gralhada e que corresponde ao quinto parágrafo da pág. 4.:

«Deste modo, a adaptação do Direito de Família à Constituição não poderia ter-se limitado a substituir os «direitos do marido» pelos «direitos dos cônjuges». Essa alteração deveria ter ido forçosamente mais longe, modificando todo o regime das relações patrimoniais da família, tendo em vista os princípios constitucionais de modificação das relações patrimoniais da família, tendo em vista os princípios constitucionais de modificação das relações de produção, que apontam para o socialismo. Não o fizeram os legisladores, mantendo os regimes de bens vindos do fascismo, apesar de reconhecerem que a «aplicação do princípio de igualdade dos cônjuges no domínio da administração e alienação dos bens traz necessariamente dificuldades, sempre que o regime matrimonial é um regime de comunhão. Há que tentar reduzir ao mínimo tais dificuldades, sem poder alimentar a esperança de conseguir superá-las por completo».

«E não foram superadas porque o legislador não quis, ou não pode, devido à sua formação ideológica, porque pôs acima dos princípios constitucionais os seus interesses de classe. De facto o regime de comunhão de bens, seja qual a forma como for regulamentado, é um regime tipicamente capitalista, que permite a acumulação de riqueza numa só família e que possibilita sempre a discriminações em relação à mulher».

Aires e Carmelinda contra o Orçamento

O Movimento para a Unidade para o Governo PS-PCP, pelas vozes dos independentes (ex-PS), Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira, deputados, tornou pública a sua frontal oposição ao Orçamento a ser votado na AR.

Afirmaram aqueles deputados, hoje, em conferência de Imprensa: «Quatro anos depois de os trabalhadores e de os soldados portugueses terem acabado com a guerra colonial, o Governo propõe um Orçamento-Geral do Estado à Assembleia da República onde as verbas para as Forças Armadas, para a PSP e para a GNR são aumentadas de 23 para 29 milhões de contos, enquanto os sectores essenciais sofrem cortes drásticos.»

. O Movimento para a Unidade para o Governo PS-PCP conclui que «o Governo com o CDS quer impor miséria, doença, despedimentos em massa ao povo trabalhador português. Mas todos os trabalhadores portugueses estão unidos numa mesma vontade: Não às medidas do CDS; Não ao CDS no Governo.

Exoneração de Edmundo Pedro

O «Diário da República» insere hoje a resolução do Conselho de Ministros de 22 de Março que ratifica «a aceitação do pedido de exoneração do presidente da comissão administrativa da Radiotelevisão Portuguesa, Edmundo Pedro».

Eanes partiu para o Norte

O general Ramalho Eanes partiu hoje de manhã para o Norte do País onde vai assistir a parte dos exercícios militares «Mercúrio-78» que decorrem em diversas áreas a Norte do rio Douro.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas seguiu de helicóptero, estando previsto para esta noite o seu regresso a Lisboa.

O general Ramalho Eanes participará em dois «briefings» na área de Amarante no âmbito das actividades militares (áreas e terrestres) em curso.

ESCOLAS DE CONDUÇÃO

Alvarás a concurso

Por despacho do secretário de Estado dos Transportes encontram-se abertos concursos públicos para a concessão de alvarás a escolas de condução de veículos automóveis, podendo os interessados contactar a Direcção-Geral de Viação (Rua Ferreira Lapa, 4, em Lisboa) bem como os serviços das direcções e secções de viação regionais para todos e quaisquer esclarecimentos.

Cobrança automática em autocarros do Porto

PORTO, 5 — Vão entrar em circulação, neste fim-de-semana, alguns autocarros com cobrador automático. O serviço de Transportes Colectivos prevê, para breve, a entrada em funcionamento de mais 66 autocarros assim apetrechados e, a curto prazo, mais 34. As novas máquinas de cobrança fixadas numa barra, à entrada do veículo, destinam-se à perfuração de bilhetes especiais vendidos em quatro postos da cidade pelo STCP.

um andar nosso onde dá prazer viver

QUELUZ (ocidental), PAREDE, BENFICA.

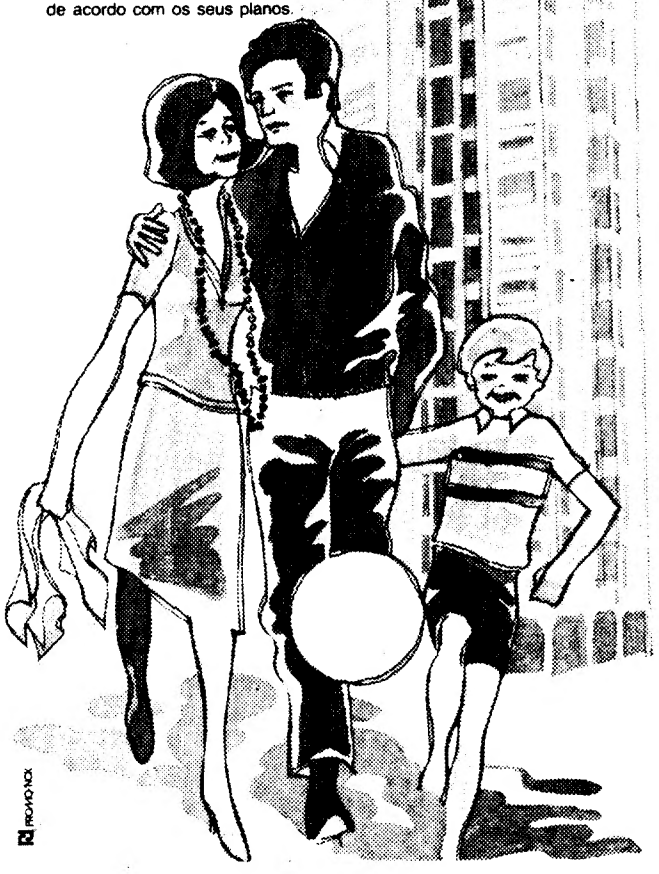
Em zonas residênciais onde é cómodo e fácil viver um dia a dia perto de tudo, você dispõe de andares de 2 a 5 assoalhadas concebidos com muito espaço. Se preferir pode comprar um andar para alugar e receber um bom rendimento.

Construções António Guerreiro, Lda.

Para viver e conviver

Av. José Elias Garcia, 226 — QUELUZ Telefone 95 25 38

Informe-se para combinarmos uma solução pessoal, de acordo com os seus planos.



PROMONOX

ANDARES NA AMADORA
2, 3 e 4 assoalhadas, desde 820 contos

MORADIAS LINHA DE SINTRA
2 Pisos, Jardim, desde 1350 contos

ANDARES EM LISBOA
Em todas as zonas aos melhores preços

LINHA DE CASCAIS
Apartamentos com Piscina desde 1000 contos

MARGEM SUL
3 assoalhadas desde 600 contos

TELEFONE 578231

Pub

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34
LISBOA — T. 770066-763276

MOÇÃO

Neste período difícil que a nossa democracia atravessa, com o CDS no Governo, as condições de vida dos trabalhadores degradam-se cada vez mais, pondo em risco a subsistência de muitas famílias. O desemprego aumenta, o custo de vida sobre vertiginosamente e os direitos dos trabalhadores sofrem os maiores ataques por parte do capital reaccionário. É necessário portanto, aumentar em cada dia a nossa resistência activa. Muitas lutas se têm desencadeado em que os trabalhadores, mercê da sua organização e capacidade de resposta firme e consciente saem vitoriosos.

Neste momento o exemplo dado pelos trabalhadores da Sociedade Nacional de Sabões é um marco importante na luta do movimento operário que merece a admiração e o respeito de todos os trabalhadores deste país.

Os trabalhadores rodoviários reunidos em Assembleia Geral no dia 31/3/78, pelas 21 horas, na sede do seu Sindicato, saudam calorosamente os trabalhadores da S.N.S. pela sua atitude heróica que constitui para todos nós um estímulo e um incentivo e também a certeza de que o caminho trilhado pelos trabalhadores é aquele que conduzirá à vitória final

PELO DIREITO AO TRABALHO!
PELA DEFESA DA DEMOCRACIA!

Lisboa, 31 de Março de 1978

(Aprovada por maioria e aclamação com uma abstenção).

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

SECRETARIA

AVISO

Chama-se a atenção dos munícipes deste Concelho, bem como a todos os comerciantes e industriais, que foi aprovado o seguinte **HORÁRIO PARA O DEPOSITO DE LIXOS:**

De domingo a sexta-feira — das 19 horas até às 7 horas da manhã seguinte.

Entre as 7 horas de sábado e as 19 horas de domingo, é expressamente proibido o depósito de lixos.

As infracções ao horário estabelecido são punidas com a multa de 500$00, em conformidade com a Postura Municipal sobre lixos.

Almada, 17 de Março de 1978

O Presidente da Câmara
a) **José Martins Vieira**

SAÚDE

HOSPITAL DE S. JOÃO

Um esclarecimento do director sobre o dr. Eurico de Figueiredo

Ao abrigo da Lei de Imprensa, o director do Hospital de São João solicita-nos a publicação de um esclarecimento sobre um «Tome Nota» publicado por nós a 13 de Março.

A invocação da Lei de Imprensa num caso destes parece-nos claramente despropositada, até porque não temos qualquer dúvida em dar o direito de defesa a quem, com razão ou sem ela, se julgue injustamente referido por nós. Eis o esclarecimento:

O Conselho de Gerência do Hospital de São João vem, muito respeitosamente, pedir a V.Ex.ª, ao abrigo da Lei de Imprensa, a publicação do presente esclarecimento motivado pela nota intitulada «E a seguir» publicada na secção «Tome Nota», do «Diário de Lisboa» de 13 de Março do corrente, pois tal nota lança graves dúvidas sobre a isenção dos responsáveis pela administração deste hospital, particularmente de ordem política.

O Conselho de Gerência do Hospital de São João porque nunca pautou a sua actuação por critérios de natureza política e porque sempre tem procurado seguir a legislação em vigor neste País, nomeadamente a referente às carreiras do pessoal de Saúde, vem esclarecer o seguinte:

Os concursos para chefes de Clínica, agora em efectivação neste hospital, são os previstos no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 764/75 de 27 de Novembro. Trata-se de concursos internos, abertos ao pessoal do novo quadro médico, constituído por elementos provenientes quer da carreira médica do Hospital de São João, quer das carreiras docente e técnica da Faculdade de Medicina do Porto. O novo quadro foi organizado de acordo com o preceituado nos artigos 8.º, 9.º e 10.º do citado decreto, através de concursos curriculares de integração realizados em 1976. Nessa altura o doutor Eurico de Figueiredo não se habilitou a tal integração por não pertencer nem à Faculdade de Medicina, nem ao Hospital de São João, e consequentemente não foi integrado. Por isso, o doutor Eurico de Figueiredo e outros candidatos ao concurso para chefes de clínica, foram excluídos por este Conselho de Gerência da lista definitiva dos admitidos, por não preencherem a condição básica de admissibilidade pertencerem ao pessoal médico deste hospital, independentemente de possuirem as qualificações técnicas exigidas ou no caso de ainda não as terem, ser-lhes dada equivalência de habilitações pelo senhor secretário de Estado da Saúde, ouvida a Direcção-Geral dos Hospitais (caso do doutor Eurico de Figueiredo citado na referida nota). Por outro lado, este Conselho de Gerência tem de acautelar, também, os legítimos direitos de outros candidatos, de modo a que estes não se sintam lesados quando da aplicação das disposições legais que regulam a carreira médica hospitalar.

O facto de alguns destes médicos excluídos, como é o caso do doutor Eurico de Fgueiredo, terem sido contratados como docentes da Faculdade de Medicina do Porto após a saída do Decreto-Lei n.º 674/75 e de se ter iniciado o processo de integração e de preenchimento das primeiras vagas no novo quadro, não quer dizer que não possam vir a ser incluídos neste quadro. Não se pode ignorar que o citado decreto-lei prevê numa fase final de todo este processo (Artigo 14.º), concursos a nível nacional para a admissão, no quadro médico dos hospitais centrais, de qualquer candidato desde que preencha as qualificações exigidas para os lugares de especialista e chefe de clínica da carreira hospitalar. Estes concursos, no caso do Hospital de São João, serão abertos em breve, de acordo com o preceituado legalmente, dentro de um mês após o final dos actuais concursos. Este Conselho de Gerência não tem dúvidas que o senhor doutor Eurico de Figueiredo, bem como os outros elementos médicos nas mesmas condições, poderão ocupar, em breve, lugares do quadro deste hospital após os concursos atrás referidos.

Por último, este Conselho de Gerência vem reafirmar a sua independência em relação a critérios políticos, que nunca utilizou nem utilizará, e acentuar que tem procurado cumprir as leis que nos regulam, leis que todos devem cumprir, mesmo quando venham a colidir com desejos e aspirações de ordem pessoal.

O esclarecimento é longo, mas não podia ser feito de outro modo dada a natureza do assunto e a suspeição que a Nota levantou.

Com os melhores cumprimentos.

O DIRECTOR DO HOSPITAL
(Dr. José A. Manso Preto Rodrigues)

LEIRIA

União dos Sindicatos contra radiologistas

A União dos Sindicatos do Distrito de Leiria veio a público chamar a atenção para «o caso dos radiologistas» que, por decisão unilateral, suspenderam a execução de radiografias marcadas pelos beneficiários da Previdência de 1 de Fevereiro.

E, em comunicado, aquela União afirma:

«Perante este estado de coisas, em que o trabalhador, a quem os descontos são sempre feitos a tempo e horas, acaba por ser o único prejudicado, denunciamos: — A meia dúzia de exploradores proprietários de consultórios de Radiologia que, ganhando rios de dinheiro à custa do sofrimento alheio, e na perspectiva da criação dum Serviço Nacional de Saúde que acaba com esta situação, utilizam os seus conhecimentos como forma de pressão para manterem a sua situação de privilégio sem o mínimo respeito pela saúde do povo;

— A vergonhosa política conduzida pelo Governo no campo da saúde, que permitiu que se tenha chegado a esta situação, olvidando o preceito constitucional que obriga o Estado a «orientar a sua acção para a socialização da medicina e dos sectores médico-medicamentosos».

A propósito, a União dos Sindicatos de Leiria afirma a sua disposição de desenvolver todos os esforços para minorar os prejuízos resultantes para os trabalhadores da decisão tomada pelos radiologistas.

Danny Mirror vítima de colapso cardíaco

Danny Mirror, cuja chegada a Lisboa estava prevista para hoje (a fim de actuar num programa musical da RTP), acaba de sofrer um colapso cardíaco encontrando-se, por tal motivo, impossibilitado de se exibir no programa já mencionado.

Co efeito, Danny Mirror (também conhecido por Eddy Ouwens) acaba de anular, através dos seus representantes, a vinda ao nosso país esperando-se, no entanto, que o público português venha mais tarde a usufruir de uma nova oportunidade de vêr e ouvir o criador de «I Remember Elvis Presley», disco que obteve invulgar sucesso nos «Top-ten» mundiais.

Ex-membro do célebre conjunto musical escandinavo «Eddysons», por si próprio criado, Danny Mirror ou Eddy Ouwens, como se queira, é também, lembre-se, o autor de «Ding-a-Dong», a canção que ganhou em Estocolmo, em 1976, o Concurso Eurovisão da Canção.

"ORA BEM!"

A última crónica na RDP

A convite do programa «Diapositivo», da RDP 3, o jornalista Manuel de Azevedo iniciou ali, em Fevereiro deste ano, a leitura de uma crónica semanal com a duração de três minutos e o título genérico e coloquial de «Ora bem!». A crónica transmitida a 29 de Março era do seguinte teor:

«Ora bem!

Há por aí muitas pessoas que se queixaram de que, precisamente num período particularmente difícil, o País ficou desamparado, à mercê das ambições e dos malefícios do inimigo, porque o sr. Primeiro-Ministro foi tratar de uns negócios urgentes da Internacional Socialista para a América Latina. Ora há nestas críticas manifesto exagero e talvez, até, certa má vontade.

Fazer a prospecção das possibilidades da social-democracia na América Latina, com apoio na política norte-americana de Carter, tal como fez a Internacional Socialista, não é propriamente um grande negócio. Pode até ser um negócio furado, se nos reportarmos a certas palavras do próprio Mário Soares. Eis uma afirmação sua proferida ainda na Venezuela: «A América Latina tem possibilidades imensas, mas também desníveis e desigualdades sociais muito grandes, que entorpecem um entendimento democrático real».

Isto significa que o próprio Mário Soares não acredita muito na viabilidade de uma solução que a social-democracia europeia pretendia exportar para a América Latina. Portanto não foi grande negócio, como dissémos. O nosso Primeiro-Ministro, cujo amor pelas viagens é sobejamente conhecido, deve ter sido impelido a integrar-se nesta excursão da Internacional Socialista por um sentimento muito português, um sentimento muito nacional: a saudade!

A saudade por uma fraseologia muito do seu agrado, que inclua com abundância as palavras «liberdade», «democracia» e «socialismo», mas que entre nós já há um certo tempo se sentia embaraçado em utilizar. Deu assim um certo gosto ao dedo, como se costuma dizer, o que é compreensível. Mais, é enternecedor!

Por outro lado, mesmo na ausência do sr. Primeiro-Ministro, foi anunciado um substancial agravamento das tarifas da energia eléctrica, a partir de Abril, o que marca o início da tal austeridade que vem salvar as finanças do País, mas pôr os portugueses a pão e laranja. Aliás tudo tem seguido, por cá, como estava previsto. As condições postas pelo tal FMI (o Fundo Monetário Internacional), para obtermos um certo número de empréstimos, são de tal modo pesadas e catastróficas que até certos jornais americanos, nomeadamente o «New York Times», se apiedaram de nós. «Não sejam tão maus para os portugueses!», pedia o «New York Times».

Mas agora, que já cá temos de novo o nosso Primeiro-Ministro, mantenhamos a esperança de que a Terra continue a girar em torno do Sol. Nós por cá, felizmente, todos bem...»

Esta crónica (ao fim de nove semanas, 27 minutos em dois meses) seria a última. Efectivamente, 24 horas depois de ser transmitida, já a colaboração de Manuel de Azevedo havia sido suspensa por quem de direito (?), facto que lhe foi mais tarde comunicado secamente pelo telefone. Apesar daquele nossos camarada de Redacção ter solicitado por telegrama a confirmação e explicações da decisão, por escrito, até agora nada lhe foi explicado.

Hoje, de manhã, portanto, já não houve na RDP 3, a habitual crónica de Manuel de Azevedo, «despedido» como já se não ousa fazer a uma mulher a dias...Sem pretendermos empolar a questão, sempre diremos, para já, que ela poderá servir de elemento significativo para uma história da liberdade de expressão ou do pluralismo na RDP.

Ginecologia terá congresso em Junho

Vai decorrer na Reitoria da Universidade de Coimbra, de 4 a 8 de Junho próximo, o I Congresso Português de Ginecologia.

Organizado pela Sociedade Portuguesa de Ginecologia, participarão naquele congresso, além de médicos portugueses e de Macau, especialistas dos países de expressão portuguesa, tais como do Brasil, das Repúblicas Populares de Angola e de Moçambique, da República da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe.

Segundo o mesmo jornal, estarão ainda presentes os especialistas estrangeiros: profs. Heuson, de Bruxelas, Hinseman, de Basileia, A. Netter, J. de Brux, J. Reynier, J.P. Wolff e F. Coupez, de Paris, U. Veronesi, de Milão e Dexeus e J. M. Carrera, de Barcelona.

No decorrer do Congresso, de acordo com declarações prestadas ao jornal «Notícias Médicas» pelo prof. Carlos Oliveira, secretário-geral da Sociedade Portuguesa de Ginecologia, vai ser proposta a criação de uma Federação de Língua Portuguesa das Sociedades de Ginecologia, Obstetrícia e Medicina da Reprodução, a qual englobará as sociedades destes ramos existentes nos vários países onde o português é a língua oficial.

PELA SOCIALIZAÇÃO DA MEDICINA

Proposta da lista B nas eleições (sábado) da Secção Regional do Sul

A lista «B» da Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos, que se candidata às eleições para os corpos sociais, previstas para o próximo sábado, consubstancia em cinco pontos a sua proposta programática. Os elementos que integram o seu elenco referiram-nos ontem, no decorrer de uma conferência de Imprensa, fazendo pontaria para as carreiras médicas, o Serviço Nacional de Saúde, a medicina privada, o ensino e a vida associativa.

Amalgamando em determinado trecho do documento apresentado a medicina privada com o SNS, considera a lista «B» que a primeira, quando regulamentada e disciplinada, pode constituir um aliado do Serviço Nacional de Saúde desde que através de um estatuto próprio seja articulada essa colaboração. Acentua também que o SNS é «a única saída profissional válida para milhares de médicos mais jovens» que de outro modo, «ficariam sujeitos à incerteza do pluriemprego», ou mesmo à «contigência do subemprego e do desemprego». Lembra, ainda e a propósito do SNS que a Constituição contempla a sua criação, apontando-o como serviço gratuito, universal e participado para a socialização da medicina. Esse objectivo, todavia, só poderá concretizar-se com a participação dos profissionais da Saúde e das populações.

Na mesma conferência de Imprensa os componentes da lista «B» manifestaram-se contra o «ensino médico livresco», que não mais poderá ter lugar nem espaço com o estabelecimento do SNS. Consideraram também que o Estatuto da Ordem dos Médicos «cria obstáculos sérios a uma participação e vivência democráticas dos associados na orientação e condução da sua estrutura associativa».

AMANHÃ EM VILA REAL

António Arnaut lança unidade piloto do SNS

A fim de tratar de questões relacionadas com a futura implantação, em Vila Real, da primeira unidade piloto do Serviço Nacional de Saúde, o ministro dos Assuntos Sociais, António Arnaut, deslocar-se-á amanhã àquela cidade, onde terá várias reuniões com as autoridades locais.

António Arnaut que se fará acompanhar pelo secretário de Estado da Saúde, Mário Mendes, e pelo director das Construções Hospitalares da Zona Norte, almoçará na redisência do escritor Miguel Torga, em S. Martinho de Anta, devendo ainda visitar as instalações do novo Hospital de S. Pedro, em Lordelo.

RAIVA AVANÇA (E MATA) NA EUROPA

Portugal é um dos países imunes à epidemia

Há cerca de 18 anos que se não verificam casos de raiva em Portugal, um dos poucos países da Europa (juntamente com a Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, Grã-Bretanha e Malta) presentemente imunes à penetração da terrível epidemia, que continua a avançar e a estender-se por todo o continente.

A sua progressão parece, contudo, querer ameaçar o nosso país se atendermos a que os últimos casos para nós alarmantes foram detectados em Cadiz, a poucas centenas das fronteiras alentejana e algarvia. Por outro lado e no seu avanço a raiva já provocou cerca de seiscentos mortos em França, Marrocos e Itália (além de Espanha), nos últimos seis anos, área em que se registaram mais de 93 mil casos daquela epizootia em animais, obrigando cerca de um milhão de pessoas a enfrentarem a urgência de tratamento anti-rábico.

O cerco da raiva a Portugal aperta-se. É possível, no entanto, que não volte mais a instalar-se no nosso país, como admitiu o dr. Oliveira Teixeira (que a propósito proferiu uma conferência nos trabalhos da OMS em Frankfurt) em declarações à ANOP.

CONGRESSO PESSOANO ACABA HOJE

Agustina diz que detesta

PORTO, 5 — Com a leitura das propostas e conclusões, e um jantar oferecido pela Câmara do Porto, encerra hoje o I Congresso Internacional de Estudos Pessoanos que desde segunda-feira se tem estado a realizar em instalações da Fundação eng. António de Almeida.

«Os maiores poetas do mundo? São Francisco de Assis no passado e Fernando Pessoa no presente». Esta frase de Allan Bosquet foi relembrada durante o congresso, que conta com a presença de uma dezena de críticos e investigadores estrangeiros e cerca de vinte portugueses.

A intervenção de Stephen Reckert salientou a importância de interpretar Pessoa «diacronicamente e não heterónimo por heterónimo, como se tem feito». Para o próprio poeta, a existência de heterónimos foi definida como a manifestação de personalidades distintas com estilos próprios.

Projectado há dois anos, o Congresso foi organizado por quatro professores da Faculdade de Letras do Porto, José Augusto Seabra, Maria da Glória Padrão, Maria de Fátima Marcelino e Arnaldo Saraiva, que para isso obtiveram os necessários subsídios, nomeadamente por parte de Gulbenkian, Sociedade Portuguesa de Autores, Fundação eng.º António de Almeida, Associação Portuguesa de Escritores, diversos editores e livreiros.

No discurso inaugural da passada segunda-feira Arnaldo Saraiva afirmou que estudar Pessoa é «mergulhar em toda a problemática do homem português», enquanto Eugénio de Andrade recordou que o encontro com Pessoa foi «o mais fascinante» da sua vida, de tal modo que teve de «escrever sempre de costas para ele». Por último, contra Pessoa ergueu-se a voz de Agustina Bessa Luís, que declarou não gostar do poeta, pois a sua poesia «é uma constante fuga».

Óscar Lopes

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

PORTUGAL

A instituição de crédito francesa BANQUE FRANCO PORTUGAISE publicou, de novo, na imprensa diária, um texto envolvendo o BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO, que induz em erro o público em geral e em particular os nossos clientes residentes em França e seus familiares.

Embora disposto a não voltar a responder a tais textos entende, todavia, o BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO ser necessário esclarecer que os seus serviços de transferências em França se processam não só através da sua Sucursal, sita na Rue Auber, 5/7, em Paris, e Agência de Villiers Sur Marne, Avenue Charles de Gaule n.º 55, como ainda em ligação com Instituições Bancárias Francesas e por utilização dos Postes et Telecommunications («Mandat-Poste»).

GREVE NA FUNÇÃO PÚBLICA

DIA 6 DE ABRIL

Grande concentração às 17.30 em S. Bento no dia da greve

As Direcções dos Sindicatos subscritores da Proposta Reivindicativa Comum (PRC) dos Trabalhadores da Administração Central, Regional e Local reuniram ontem dia 3 para análise global da situação existente após o M.R.A. ter recebido a Comissão Negociadora Sindical no dia 30 de Março.

As Direcções Sindicais entendem que a situação se agravou por dois aspectos que importa salientar:

O primeiro diz respeito a um problema que as Direcções Sindicais entendem dever clarificar desde já.

Nos vários contactos havidos com o sr. ministro Rui Pena, os Sindicatos sempre foram claros de que o principal problema neste diferendo é o **direito à negociação**, entendendo-se este como uma prática concreta e construtiva na procura de soluções de acordo justas e equilibradas para ambas as partes.

Sendo clara esta nossa posição não é mais aceitável que o sr. ministro Rui Pena volte a confundir a opinião pública e os trabalhadores divulgando comunicados oficiais onde é apontado como "papão" que o que os Sindicatos da Função Pública pretendem é a Contratação Colectiva.

O uso da falta de respeito pela verdade, não são atributos dignificantes para quem desempenha cargos de responsabilidade governamental e só servem para a deterioração do clima de entendimento indispensável para a resolução dos grandes problemas existentes na Função Pública.

O segundo aspecto resulta das posições transmitidas pelo M.R.A. na audiência de 30/3/78 com a C.N.S. e que no fundamental traduzem a posição do Governo em impor um aumento salarial (considerado injusto e inaceitável pelos trabalhadores) e recusando frontalmente o exercício do direito à negociação.

Assim podemos afirmar que cerca de 300 000 fizeram greve por melhores condições de vida e o Governo responde inadmissivelmente aumentando apenas os vencimentos mais elevados e mantendo-se intransigente em relação à esmagadora maioria dos trabalhadores (auxiliares, operários, administrativos e técnicos) em situação económica mais difícil.

Cu seja, enquanto propõe um aumento de 5700$00 para o Director-Geral que hoje ganha 19 800$00, aprova um aumento de 1000$00 para o trabalhador que actualmente ganha 5800$00.

Assim:

— Considerando a posição do Governo dada como definitiva quanto aos aumentos salariais injustos que pretende impor aos trabalhadores;

— Considerando que foi reafirmada pelo Governo a decisão de não reconhecer o **DIREITO DE NEGOCIAÇÃO** aos Sindicatos da Função Pública.

As Direcções dos Sindicatos representativos de mais de 95 % dos Trabalhadores da Função Pública da Administração Central, Regional e Local decidem:

— DECRETAR A GREVE NACIONAL NO DIA 6 DE ABRIL.

— REALIZAR UMA GRANDE CONCENTRAÇÃO DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA FRENTE AO PALÁCIO DE S. BENTO NO DIA DA GREVE PELAS 17.30 PARA APOIAR AS DIRECÇÕES SINDICAIS NA ENTREGA AO PRIMEIRO-MINISTRO DAS POSIÇÕES DOS TRABALHADORES SOBRE AS SUAS JUSTAS REIVINDICAÇÕES.

As Direcções Sindicais reunirão em plenário no próximo dia 7 de Abril para análise da situação e decisão sobre o prosseguimento da luta.

Lisboa, 4 de Abril de 1978

Pel'AS DIRECÇÕES SINDICAIS

A Comissão Negociadora Sindical

Aos Trabalhadores da Administração Central, Regional e Local

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A GREVE DO DIA 6

Com o objectivo de se uniformizar a actuação de todos os Trabalhadores no desenvolvimento das formas de luta ora decretadas, a C.N.S. recomenda o cumprimento das presentes instruções de greve:

1.º — A paralisação é total.
2.º — Não marcar nem assinar o ponto dia 6.
3.º — Aconselha-se a comparência nos locais de trabalho com realização de plenários onde for possível.
4.º — Aconselha-se a que os Delegados Sindicais e as Comissões de Greve, constituam e organizem piquetes no sentido de esclarecer os trabalhadores nos termos do artigo 4.º da LEI DA GREVE.

SECTORES ESPECÍFICOS

JUDICIAIS:

— Asseguram-se apenas os casos de réus presos e serviços considerados urgentes pelo código de Processo Civil.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL (Câmaras, Serviços Municipalizados, Federações de Municípios, Juntas de Freguesia):

Assegura-se apenas:

— A abertura e encerramento de mercados (sem cobrança de qualquer taxa);
— Enterramentos, com formalidades reduzidas ao estrictamente essencial;
— Abastecimento de água e electricidade;
— Funcionamento dos transportes colectivos nas horas de ponta (até às 09.30 e entre as 18.00 e 20.00) sem cobrança.

SAÚDE:

— Não serão prejudicados os doentes e utentes nas consultas, urgências e internamentos, assegurando-se os serviços mínimos indispensáveis;

— Os Serviços de Apoio: Secretarias, Contabilidade, Armazéns, Aprovisionamento, Lavandarias e Oficinas, paralisarão o dia inteiro, salvaguardando, apenas, situações de urgência.

ASSISTÊNCIA INFANTIL E À 3.ª IDADE

— Asseguram-se apenas os serviços mínimos indispensáveis.

AVIAÇÃO CIVIL:

— Os serviços de apoio à Aviação Civil nos Aeroportos, paralisarão integralmente das 10 às 12 horas, abrangendo todo o sobrevoo do território nacional, com salvaguarda apenas dos casos de risco de vida humana.

Lisboa, 4 de Abril de 1978

A COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Dos Trabalhadores da Função Pública da Administração Central, Regional e Local

GREVE DIA 6 — A LUTA CONTINUA

Em 10 de Março os T.F.P. paralisaram com o objectivo de verem satisfeitas as suas justas reivindicações face à intransigência do Governo em negociar com os Sindicatos representativos de mais de 95 % dos trabalhadores do sector, com vista à obtenção de acordos relativos às suas condições gerais de prestação de trabalho, tais como:

— Salários justos;
— Segurança e Garantia de Emprego;
— Exercício pleno de Actividade Sindical.

Em 6 de Abril os trabalhadores da Administração Central, Regional e Local vão de novo fazer greve — PORQUÊ?

Porque, o Governo face à grande adesão de Trabalhadores da Função Pública à greve do dia 10 de Março, claramente demonstrativa do seu justo descontentamento, age como se nada se tivesse passado e de forma intransigente e irresponsável, nega-lhes o direito à negociação e aprova uma tabela salarial, que em relação à apresentada aos Sindicatos antes da greve do dia 10 dá ainda aumentos maiores aos vencimentos mais elevados da Função Pública;

Assim,

Cerca de 300 000 fizeram greve por melhores condições de vida e o Governo responde aumentando apenas os vencimentos mais elevados e mantendo-se intransigente em relação à esmagadora maioria dos trabalhadores (auxiliares, administrativos e técnicos) em situação económica mais difícil.

Ou seja, enquanto propõe um aumento de 5700$00 para o Director-Geral que hoje ganha 19 800$00, aprova um aumento de 1000$00 para o trabalhador que actualmente ganha 5800$00.

QUAL O MOTIVO PRINCIPAL DA GREVE DE DIA 6?

O motivo fundamental porque os T.F.P. fazem greve no dia 6 de Abril é, porém, mais profundo do que a divergência salarial.

É que o Governo não só quer impor os salários que bem entende, como pretende ainda recusar-nos o *direito à negociação* das outras condições de trabalho.

O Governo quer assim retirar aos T.F.P. um direito que a Constituição garante a todos os trabalhadores portugueses. Um direito já aceite pelo 1.º Governo Constitucional, reconhecido internacionalmente pela O.I.T. e praticado pelos T.F.P. em inúmeros países da Europa e do Mundo.

Para isso pretende designar-nos como "agentes e funcionários" retirando-nos a denominação de *trabalhadores* da F.P., já consagrada em abundante legislação saída após o 25 de Abril quer da Assembleia da República quer do próprio Governo.

Após a greve do dia 10 os Sindicatos fizeram todos os esforços no sentido de chegarem a uma plataforma de acordo que permitisse solucionar o impasse. Mas o Ministério da Reforma Administrativa que só os recebeu no dia 30, depois de a tal ter sido pressionado pelo gabinete do 1.º Ministro, endureceu ainda as suas posições agravando assim a situação, pela qual é o único responsável.

Os trabalhadores vêem-se por isso uma vez mais obrigados a utilizar como forma de luta em defesa dos seus direitos fundamentais ameaçados e das suas justas reivindicações não satisfeitas.

Os trabalhadores da Função Pública, da Administração Central, Regional e Local, estão seguros de que a População Portuguesa e os demais trabalhadores saberão compreender a sua luta, não deixando de manifestar a mais viva repulsa pelo desprezo com que o Governo os vem tratando.

Apelam pois, à mais ampla solidariedade de todos os trabalhadores portugueses e alertam contra a mentira e as calúnias de que a sua justa luta tem "inconfessáveis fins políticos".

NA NOSSA FIRMEZA E DETERMINAÇÃO A CERTEZA DA NOSSA VITÓRIA!
NÃO QUEREMOS PERDER O QUE CONQUISTÁMOS EM 25 DE ABRIL!
LUTAREMOS PARA QUE OS NOSSOS SINDICATOS EXISTAM COMO TAL!
PELO DIREITO À NEGOCIAÇÃO!
POR MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS!
POR SALÁRIOS JUSTOS E NEGOCIADOS!

OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA
DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, REGIONAL E LOCAL

PELO DIREITO DE NEGOCIAÇÃO

Função Pública em greve amanhã

Os trabalhadores da Função Pública de todo o País entrarão em greve a partir das zero horas de amanhã, durante 24 horas, apoiando deste modo as reivindicações salariais formuladas pelos seus sindicatos e a exigência do direito de negociação colectiva que o Governo pretende negar.

A paralisação será total, com excepção dos serviços públicos de carácter essencial (saúde, fornecimento de água, electricidade, etc.). Os sindicatos aconselham, no entanto, a comparência nos locais de trabalho, com realização de plenários onde for possível. Os trabalhadores são convidados a não marcar nem assinar o «ponto» durante todo o dia.

O recurso à greve surge como forma de superar o impasse suscitado nos contactos que têm sido desenvolvidos pelos sindicatos junto do Governo. Após a greve do dia 10 de Março o ministro da Reforma Administrativa endureceu a sua posição, insistindo, por um lado, em negar o direito de negociação à Função Pública, e por outro, na apresentação de uma tabela salarial que está longe de satisfazer as aspirações da esmagadora maioria dos trabalhadores.

No que respeita à primeira questão, os sindicatos consideram inaceitável que «o sr. ministro Rui Pena volte a confundir a opinião pública e os trabalhadores divulgando comunicados oficiais onde é apontado como papão que o que os Sindicatos da Função Pública pretendem é a contratação colectiva». Para as associações de classe da administração pública « o uso da falta de respeito pela verdade não são atributos dignificantes para quem desempenha cargos de responsabilidade governamental, e só servem para a deterioração do clima de entendimento indispensável para a resolução dos grandes problemas existentes».

Ponto litigioso fundamental é também o aumento salarial ultimamente proposto pelo Governo, que visa beneficiar as letras que já têm vencimentos elevados, contemplando com quantias irrisórias a esmagadora maioria dos trabalhadores em situação económica mais difícil (auxiliares, operários, administrativos e técnicos).

Salvaguardados os serviços essenciais

À semelhança do que se passou na anterior greve, os sindicatos asseguram o funcionamento dos serviços essenciais, pondo em prática actuações específicas que salvaguardem o interesse público.

Deste modo, garante-se o abastecimento de água e electricidade dependente dos serviços municipalizados; a abertura e encerramento de mercados, onde não serão cobradas taxas; os enterros, cujas formalidades são reduzidas ao estritamente essencial; e os transportes colectivos municipais, que funcionarão sem cobrança nas horas de ponta.

Nos serviços de saúde não serão prejudicados os doentes, bem como os doentes nas consultas, as urgências e os internamentos, assegurando-se os serviços mínimos indispensáveis. Os serviços de apoio paralisam durante todo o dia, com excepção de situações de urgência, incluindo secretarias, contabilidade, armazéns, aprovisionamento, lavandarias e oficinas.

No sector judicial apenas serão processados os casos respeitantes a réus presos, e os serviços considerados de urgência pela lei processual civil.

Quanto aos serviços de assistência infantil e de apoio à terceira idade garantem-se apenas as actividades mínimas indispensáveis.

A greve será acompanhada de concentrações a realizar em alguns pontos do País. Em Lisboa prevê-se uma manifestação em frente do Palácio de S. Bento, pelas 17 e 30, para apoiar as direcções sindicais na entrega ao Primeiro-Ministro de um documento sobre o conflito e as reivindicações em causa.

ENFERMEIROS

Na zona sul os enfermeiros apenas paralisam durante uma hora, à excepção dos que trabalham nas escolas de enfermagem que se manterão inactivos durante todo dia. Naturalmente, serão salvaguardados os casos urgentes ou de resolução inadiável.

Nos locais de trabalho não contínuo, como os centros de saúde, e nos restantes, para o turno da manhã, o período de paralisação será entre as 11 e as 12 horas. Para o turno da tarde, esse período é entre as 20 e as 21 horas; para o dá noite, entre as zero e a uma hora.

De qualquer modo, em nenhum dos turnos será assinado o livro de ponto.

REGISTOS E NOTARIADO

Recorde-se que esta greve é apoiada pelos 23 sindicatos da Administração Pública, representando cerca de 95 por cento dos trabalhadores do sector, e conta ainda com a adesão do Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado, que se não solidarizara com a anterior paralisação por falta de esclarecimento adequado sobre o andamento do processo.

Entre as vozes discordantes contam-se a da Associação dos Oficiais de Justiça, que se não consideram funcionários públicos, pois têm estatuto próprio. No entanto, a greve terá reflexos nos tribunais, pois é expressamente apoiada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Judiciais.

Também o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado — organização de escassa representatividade, já que a grande maioria dos funcionários que visa abranger se encontram filiados nos Sindicatos Verticais da Função Pública — se marginaliza do processo, por considerar que não estão reunidos os pressupostos para a greve.

PSD E UEDS TAMBÉM APOIAM

A tentativa de conotação politicopartidária desta greve, por parte do Governo e de forças acentuadamente reaccionárias, choca-se cada vez mais com o carácter de independência patente na acção sindical da Função Pública e com os próprios apoios políticos de carácter muito diverso, que abarcam um leque político que vai do PSD/PPD à UEDS e à UDP.

Assim o núcleo de «trabalhadores sociais-democratas da Função Pública» divulgou um comunicado em que realça a justeza dos motivos da greve, afirmando-se disposto a defender as linhas programáticas de base adoptadas pelos sindicatos da Administração Pública.

«Nenhuns outros trabalhadores aguardaram tanto tempo pelo começo de formas de luta, e por isso refutamos as afirmações do Governo de que esta greve é apenas política», afirmam. «A greve é fundamentalmente a luta a que temos direito, quando a entidade patronal (Governo) se recusa a negociar».

Por seu turno, a União da Esquerda para a Democracia Socialista tornou público um comunicado em que revela a sua oposição «a que sejam tratados separadamente os problemas relacionados com a tabela salarial e os relativos à Lei de Bases, à abolição do estatuto disciplinar fascista e ao direito à negociação colectiva». Apoiando declaradamente a greve, a UEDS alerta para o perigo de «manobras» desmobilizadoras e para a necessidade de um trabalho de mobilização e de esclarecimento da opinião pública, no sentido de obstar a que «os principais meios de comunicação social sejam utilizados para tentar deturpar os nossos objectivos de luta».

Director saneado regressa à Ourique

Os trabalhadores da Companhia de Seguros Ourique andam francamente indignados com a reintegração na empresa, por determinação de um membro do anterior Governo, de um ex-director de serviços afastado em 1975 sob as acusações de parasitismo, corrupção, abuso do poder e comportamento repressivo.

Em assembleia geral realizada na semana passada, os trabalhadores insurgiram-se contra essa reintegração, responsabilizando o antigo secretário de Estado do Tesouro, Manuela Morgado, pelo despacho que ordena essa reintegração, proferido quando o I Governo Constitucional se encontrava demissionário. De assinalar que essa decisão contraria o parecer expresso pela Comissão de Saneamento e Reclassificação do Sector dos Seguros, que se mostrou favorável à reintegração mas noutra companhia, ou mesmo noutro sector do Ministério das Finanças.

O director reintegrado recebeu já cerca de 600 contos (líquidos) a título de vencimentos em atraso. Nome do feliz contemplado: Paulo da Silva Garcia.

Trabalhadores de Lisboa vão eleger representantes para o Conselho Municipal

Efectua-se depois de amanhã, dia 7, às 19 e 30, no refeitório da Empresa Pública das Águas de Lisboa, aos Olivais, o plenário da Cidade de Lisboa com a seguinte ordem de trabalhos: formas de organização das CT's na cidade de Lisboa e eleição de representantes das CT's no Conselho Municipal.

A realização do plenário foi divulgada esta manhã em conferência de imprensa, por elementos do Secretariado dos Conselhos de trabalhadores da segunda e sétima zonas de Lisboa.

Os membros do Secretariado divulgaram também um manifesto sobre a constituição e funções do Conselho Municipal, órgão consultivo que deve existir em cada município e que deve ser constituído por representantes dos organismos económicos sociais, culturais e profissionais e dos trabalhadores do município.

O Conselho Municipal tem como funções a elaboração do seu regimento, a formulação, a pedido de outros órgãos municipais e no prazo por eles fixado, de propostas e pareceres relativamente a quaisquer assuntos de interesse para o Município; deve pronunciar-se sobre o plano actual de actividades e sobre o relatório e contas a apresentar pela Câmara à Assembleia Municipal e sobre projectos de postura e regulamentos: deve ainda emitir parecer sobre o plano Director do Município e exercer todos os poderes que lhe sejam conferidos por Lei ou por deliberação da Assembleia Municipal.

No manifesto, os representantes dos trabalhadores de Lisboa frisam que é claro neste momento que as forças de direita tentam reduzir ao mínimo o funcionamento dos órgãos autárquicos reforçando o presidencialismo. Cabe ao MPM empenhar-se na defesa e no funcionamento destes orgãos, defendendo assim as nossas instituições democráticas».

«O Conselho Municipal terá que funcionar e deve reflectir a dinâmica do Movimento Popular a nível de cada concelho pelo que as estruturas do Movimento Popular devem trabalhar rapidamente no sentido de destacarem os seus representantes, contribuindo assim para a institucionalização de todos os órgãos que a nossa Constituição aponta».

Sousa Gomes no Norte

Um convite para se deslocar a Trás-os-Montes, fazendo a viagem de automóvel, acaba de ser formulado ao Ministro das Obras Públicas, eng. Sousa Gomes.

O convite foi formulado pela Associação Comercial e Industrial de Vila Real e é válido para o próximo dia 10.

As autoridades transmontanas pretendem mostrar, assim, ao vivo, em que estado se encontram as estradas do Nordeste e as dificuldades que se oferecem aos transmontanos quando pretendem quebrar o isolamento a que estão votados.

Pub

COMUNICADO

AOS TRABALHADORES DO SAPP

Os trabalhadores do S.A.P.P. (Sede), sentindo-se alertados, com o sucedido na Delegação do Norte (Matosinhos) — paralisação de fornecimentos ao público, cantinas, instituições oficiais, hospitais, etc. na zona do interior primeiramente, e durante o mês de Março paralisação total na área do Porto — solidarizaram-se com a situação dramática que atravessam os trabalhadores daquela delegação e vêm denunciar o seguinte:

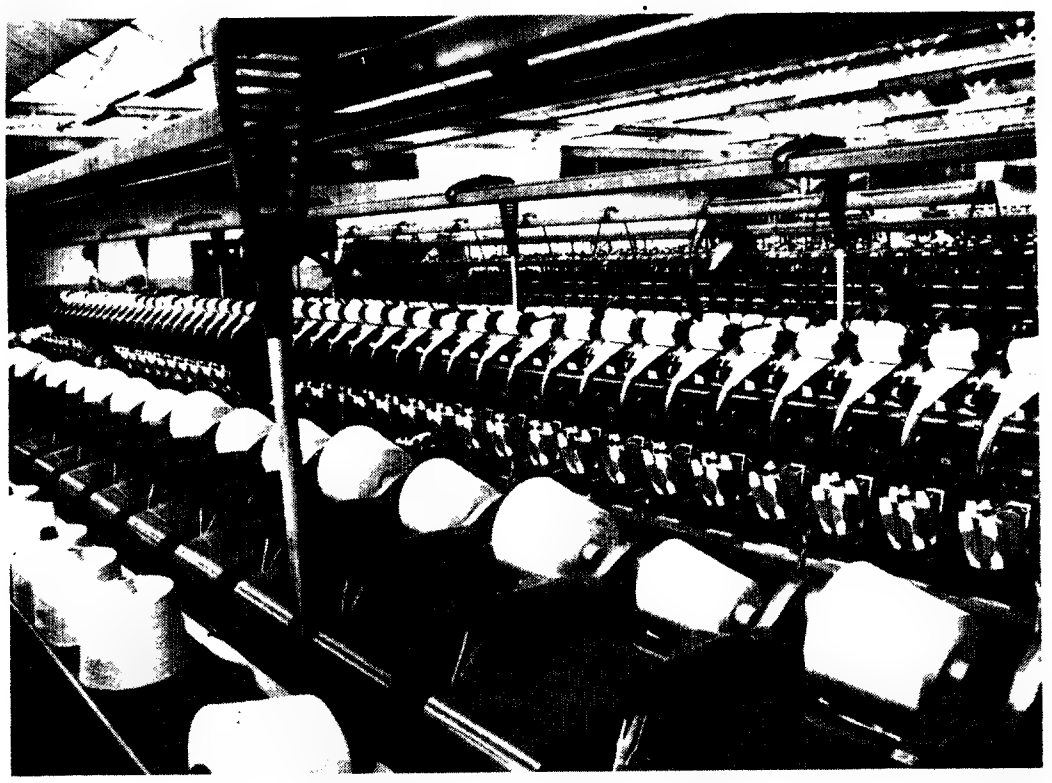
Sem o apoio do Governo — Secretaria de Estado do Comércio Interno — dotando os serviços de meios financeiros indispensáveis ao cumprimento da função social para que o S.A.P.P. foi criado — elemento regulador e moderador de preços — terão os serviços da Sede, dentro de breve espaço de tempo de «cair» na mesma situação dos colegas da Delegação do Norte:

- Os trabalhadores exigem definição acompanhada dos respectivos planos de reestruturação:
- Os trabalhadores exigem que o Governo assegure os postos de trabalho, através de total reestruturação do Serviço, conforme promessa do sr. secretário de Estado dr. Escaja Gonçalves, em Março de 1977, ao Sindicato da Manipulação do Pescado:
- Os trabalhadores têm conhecimento de um projecto, entregue pela actual C.A. há cerca de 8 meses na S.E.C.I. no qual se visava a reestruturação do SAPP, Gel-Mar, Friantárticos e Frigarve (projecto de empresa pública), para a comercialização e distribuição de pescado, sem que até à presente data a S.E.C.I. se tenha pronunciado, apesar de para o arranque desse projecto, se encontrarem cativos 100 mil contos na Caixa Geral de Depósitos:
- Lamentam os trabalhadores do SAPP que através dos seus órgãos representativos (C.T., Delegados Sindicais e Sindicatos) não tenham sido consultados, para elaboração do referido projecto:
- Os trabalhadores do S.A.P.P. chamam a atenção do Governo para a actuação da C.R.C.B. no que se refere à distribuição do pescado congelado, que consideram discriminatório em relação às empresas estatizadas:
- Alertam ainda os trabalhadores que a manutenção dos postos de trabalho só tem sido possível, mercê do seu esforço, quer no que se refere ao progressivo alargamento de vendas, através de conquistas de novos clientes, quer na contenção de despesas — nomeadamente, vivendo de ordenados de 1974, já que em 1976, saíram novos C.C.T. e Portaria, com novas tabelas salariais, que até ao momento não estão a ser cumpridas, tendo os trabalhadores nesta ocasião cerca de 6000 contos de retroactivos a receber. Entendem os trabalhadores, ser esta uma das suas contribuições (e não pequena) para a manutenção dos postos de trabalho e sobrevivência da empresa a qual constitui um pesado sacrifício atendendo ao constante aumento do custo de vida.

Sindicato Vertical dos Trabalhadores Terrestres de Manipulação de Pescado e Afins de Portugal
Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante Aeronavegação e Pesca
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa
Sindicato dos Trabalhadores de Comércio de Lisboa
Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Garagens, Postos de Abastecimento e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

PSICÓLOGO

Organismo Oficial em Lisboa pretende admitir licenciado em psicologia social.
Resposta a este jornal ao n.º 541.



Têxteis: uma crise que se agrava

UMA CRISE QUE SE AGRAVA

Sindicato denunciou oito casos nos têxteis

A situação verdadeiramente grave que se vive no sector têxtil foi esta manhã reforçada com a denúncia da situação que se vive em oito empresas da zona de actuação do Sindicato dos Texteis, Lanifícios e Vestuário do Sul. Nestes casos concretos, trata-se de problemas relacionados com atrasos no pagamento de salários e despedimentos colectivos ou de sindicalistas.

De acordo com o comunicado esta manhã distribuído aos jornalistas, na Levitex, em Almada, uma empresa da Casa Pinheiros (onde também se registam problemas) os trabalhadores estão em greve desde o dia 3. Actualmente o patrão deve cinco meses e meio de salários e nove meses de retroactivos. Às exigências de pagamento, responde que tem falta de dinheiro. Para já, os trabalhadores querem receber pelo menos um mês de salários.

No caso da Oriental, a situação arrasta-se desde a segunda quinzena de Julho de ano passado, altura em que deixaram de ser pagos salários. A empresa, com unidades fabris em Xabregas e em Valongo, tem mais de 150 mil contos de dívidas e um dos credores dispõe-se agora a accionar a declaração de falência.

Na Felix e Ferreira, uma empresa de confecções de Lisboa, há a registar o despedimento colectivo de nove trabalhadores.

Quanto à Têntil Alberto Pombo, do Sabugo, face à tentativa de despedimento de um delegado sindical, os trabalhadores decidiram, em plenário, realizar paralizações de uma hora por turno, no dia 6 de Abril, para impedirem aquela decisão patronal. Em jogo, também, o pagamento, pontualmente, dos salários que lhes são devidos.

Sem salários desde Fevereiro, inclusive, encontram-se os empregados da Naniberna, unidade de confecções em Lisboa. A agravar a situação, os dois principais patrões não aparecem nos escritórios desde há cerca de 15 dias.

Por seu turno, a Soarjs, Correia e Soares está também abandonada pelo patrão, mas há bastante mais tempo. Uma anunciada falência não teve até agora procedimento legal. Os salários **não são pagos desde Novembro do ano passado, nesta fábrica de Moscavide.**

O caso da Ruobel é diferente. Com sede no Estoril e 190 trabalhadores, foi abandonada pela empresa proprietária (Macobel) em 1975. Nessa altura verificava-se uma situação de descapitalização da Ruobel (em consequência de fraudes, segundo o denunciado esta manhã, o que foi verificado pela Inspecção-Geral de Finanças.

Funcionou desde então, com aumento da produção e da produtividade, conquistando novos mercados e pagando pontualmente os salários, até ao regresso do patrão, em Novembro do ano passado.

Desde então, os salários estão atrasados (dois meses) e regista-se uma quase total ausência de matérias-primas, com a consequente paralisação.

A terminar, foi denunciado o caso da Fiação de Tomar, a única grande empresa da zona, com cerca de 800 trabalhadores e intervencionada desde 1975.

Com os empréstimos cortados pela banca desde à algum tempo, está em situação económica difícil e sem que seja nomeada a Comissão Administrativa, indispensável para o recomeço da laboração. A fábrica parou em Novembro passado.

II CONGRESSO

Mobilização prossegue com reunião em Braga

Prossegue a mobilização para o II Congresso dos Têxteis, que se realizará entre 19 e 21 de Maio, na Covilhã.

Nesse sentido, o Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário de Braga vem desenvolvendo no Minho um trabalho de informação e esclarecimento, vinculado especialmente pelos delegados sindicais.

Dentro dessa campanha, e a culminá-la, realiza-se, esta tarde, naquela cidade, uma reunião geral de delegados, para balanço do trabalho desenvolvido pelo sindicato no primeiro trimestre do ano corrente e apresentação e discussão das teses e eleição dos delegados ao Congresso.

Comércio automóvel do Porto também paralisa dias 6 e 7

Reunidos no Porto, os trabalhadores do ramo automóvel integrados nos Sindicatos do Comércio, Escritórios, Técnicos de Vendas, Armazéns, Telefonistas, Cobradores e Portaria-Vigilância e Limpeza, decidiram paralisar amanhã e depois, se entretanto não forem dadas garantias do começo efectivo das negociações do CCTV.

Recorde-se que idêntica atitude foi tomada, no ultimo sábado, pelos trabalhadores do sector de Lisboa e Faro.

Entretanto, hoje, às 21.30, haverá nas instalações do Sindicato do Comércio do Porto, um plenário de todos os trabalhadores abrangidos pelo CCTV do Comércio Automóvel, com a seguinte ordem de trabalhos: últimas informações da C. S. N. e organização das paralisações anunciadas.

Um voto de agradecimentro ao "DL"

Os trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco aprovaram por unanimidade em Assembleia do seu Sindicato, um voto de agradecimento ao «Diário de Lisboa» e a todos os que nele trabalham, pela colaboração deste jornal.

Na Assembleia, realizada no passado dia 30, para análise e aprovação do relatório e contas relativos ao exercício de 1977, foi feita referência à atenção que sempre foi dispensada àquele Sindicato por vários órgãos de Comunicação Social, referência, aliás, expressa no Relatório, no capítulo dedicado à Informação.

Vasco Lourenço despede-se da RM exortando aos "belos ideais de Abr

«Tenho a certeza que nos vossos peitos continuarão a viver e a frutificar os mais justos e belos ideais de Abril e que a Constituição da República encontrará em vós defensores generosos e vigilantes», salienta o general Vasco Lourenço em mensagem ontem dirigida aos oficiais, sargentos e praças da Região Militar de Lisboa, cujo comando vai em breve abandonar.

Nesta mensagem Vasco Lourenço, depois de afirmar que «todos podemos olhar o passado de cabeça bem erguida e sentir uma ponta de orgulho pelo trabalho que juntos realizámos» recorda que, seguidamente aos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 assumira, em conjunto com uma nova equipa de oficiais e sargentos, «a melindrosa mas decisiva missão de reconstruir, moral e físicamente, uma fracção do Exército de primordial importância: a Região Militar de Lisboa».

Numa retrospectiva sobre o trabalho realizado, Vasco Lourenço afirma ter inegavelmente» conseguido os objectivos definidos pelo general Ramalho Eanes, então chefe do Estado-Maior do Exército, quando lhe deu posse como comandante da Região Militar.

Noutra passagem, e referindo-se à sua situação de oficial graduado, o comandante da Região Militar de Lisboa observa: «Não devo, neste momento particular, esquecer que, durante todo este tempo decorrido, eu era um modesto capitão graduado nas pesadas responsabilidades de oficial general, e não quero deixar de, por isso, manifestar o meu apreço, apontando à consideração da Nação e demais camaradas aqueles oficiais generais, coroneis, tenentes-coroneis e majores que aceitaram servir sob as minhas ordens e de quem só houve provas de dignidade de espírito de bem servir. A todos, porém, até ao mais modesto soldado, manifesto a minha confiança de que sabereis manter-vos coesos e disciplinados, firmes no cumprimento da orientação definida pela cadeia hierárquica de comando em cujo topo se encontra o sr. Presidente da República e chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas».

Reiterando os seus agradecimentos pela colaboração recebida, Vasco Lourenço termina a sua mensagem lembrando que «aos militares cumpre estarem prontos a servir na linha das soluções definidas, sem regatear esforços nem ânimo».

Depois de uma reunião anteontem à noite, no Quartel-General, com os comandantes das unidades da RML a quem expressou o seu reconhecimento pelas «provas de estima, lealdade e confiança que

MARCELO CURTO NO PORTO

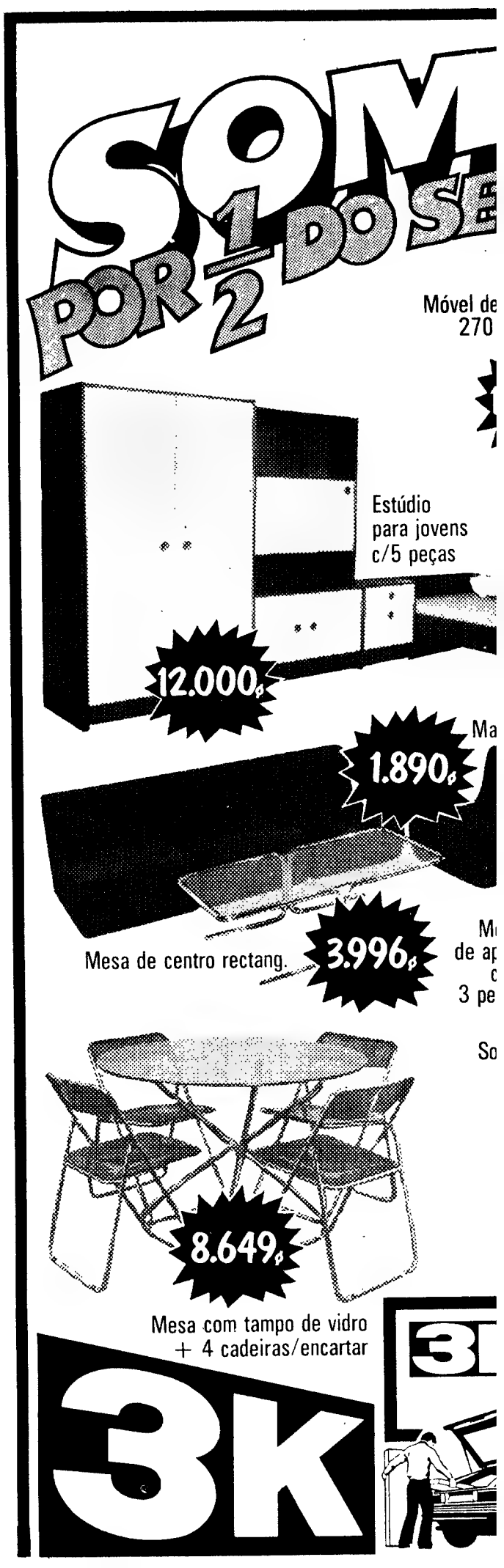
Saudações a Eanes e Vasco Lourenço

«O Partido Socialista saúda a luta que Vasco Lourenço há quatro anos vem desenvolvendo contra as forças de direita, e saúda o Presidente da República, figura central para a consolidação da democracia portuguesa» afirmou o dirigente do PS, Francisco Marcelo Curto, falando ontem no Porto, onde se encontra em missão relacionada com a organização do I Encontro Distrital de Socialistas em Comissões de Trabalhadores.

Explicando as razões da dupla saudação, Carcelo Curto reportou-a a «declarações proferidas por Sá Carneiro», declarações que acrescentou — indiscutivelmente representam uma linha dde direita saudosista de 24 de Abril». Falando de Vasco Lourenço: «É um democrata com imensas provas dadas ao longo destes últimos quatro anos» disse.

No que toca ao I Encontro Distrital de Socialistas em Comissões de Trabalhadores, Marcelo Curto adiantou que ele se realizará este próximo fim-de-semana e que, na sessão de encerramento, usará da palavra o secretário-geral do partido, Mário Soares, que se deslocará ao Porto para o efeito.

O objectivo do encontro é a promoção e a dinamização das comissões de trabalhadores — plano do PS que data de Outubro de 1977 para que, no Encontro Nacional a efectuar em Junho próximo, sejam dadas directrizes concretas aos trabalhadores socialistas, designadamente para a sua actuação nas comissões que integrem.



ML
ril"

de todos recebeu», o general Vasco Lourenço reuniu ontem, num almoço, o pessoal com quem trabalhou cerca de dois anos e meio no Quartel-General da Região Militar de Lisboa.

ALTINO DE MAGALHÃES VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

O general Altino de Magalhães é o novo vice-chefe do Estado Maior do Exército, tendo substituído o general Melo Egídio que foi esta manhã

nomeado adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com funções de coordenador preenchendo a vaga deixada pelo general Oliveira Rodrigues, indicado para comandante da Região Militar de Lisboa.

Entretanto, o brigadeiro Lopes Cavalheiro, actual director do Colégio Militar, está indicado para presidir ao grupo de trabalho que tem a seu cargo montar o chamado Serviço Nacional de Informações (SIR), cargo até agora desempenhado pelo general Pedro Cardoso.

EANES NA POSSE DE PEDRO CARDOSO

Exércitos não são instrumento da conquista do Poder

Transcrevemos a seguir na íntegra o discurso pronunciado pelo Presidente da Republica na cerimonia de posse do novo Chefe do Estado-Maior do Exercito, no qual o general Ramalho Eanes, aborda com grande desenvolvimento, as relações estabelecidas no passado e no presente, entre a instituição militar e a vida política portuguesa:

Certa confusão no plano doutrinário e institucional, tentativas de pretorianismos partidários e nítidos propósitos de actuação psicológico-militar sofisticada, fazem com que este acto não seja ainda um simples render de comandos no Exército da Nação.

A minha intervenção ultrapassa, por isso, os limites que entendo adequados a cerimónias militares desta índole.

Não há regime político que possa existir e subsistir sem exércitos. Há, no entanto, regimes políticos legítimos e regimes políticos ilegítimos. A legitimidade reside na identificação permanentemente fiel e sensível do regime com a Nação, aferida através do sufrágio universal directo e igualitário.

A legitimidade é sinónimo de democracia quando esta significa que, quaisquer que sejam as maiorias, devem ser aceites no poder, quaisquer que sejam as minorias, devem ser respeitadas na oposição; e que as minorias podem tornar-se maiorias mediante o sufrágio.

O regime político legítimo tem o direito e o dever de se fazer obedecer pelas Forças Armadas. Aliás, os exércitos apenas têm sentido quando praticam essa obediência: só assim se assumem como Nação em armas. De outro modo os exércitos não passam de quadros pretorianos, contra a Nação ou contra uma parte dela.

Em regimes políticos legítimos os exércitos servem os interesses permanentes da Nação e não constituem instrumento de conquista ou de distribuição do poder.

Não tem sido assim, infelizmente, em Portugal. E a culpa do facto não cabe, nem inteira, nem sequer privilegiadamente às Forças Armadas.

E não lhes cabe porque, sendo inevitável a conexão das Forças Armadas com os mecanismos político-sociais da Nação, é consequentemente fatal que as Forças Armadas reflitam a situação das forças sociais e políticas.

A comunidade nacional não tem encontrado nas formações políticas e nas forças sociais, que constitui ou alimenta, a maturidade indispensável à institucionalização correcta dos mecanismos sócio-políticos e à sua utilização adequada na relação com as Forças Armadas.

Nunca, nos séculos XIX e XX, foram claras as relações entre o poder político e as Forças Armadas, quer se vivesse em democracia, quer em ditadura.

O poder político ora se dividia equivocamente entre os políticos e os militares, ora era utilizado para partidarizar as Forças Armadas.

A própria oposição nunca conseguiu ultrapassar a relação míope com as Forças Armadas, vendo nelas umas vezes o inimigo a abater, olhando-as outras vezes como somatório de fracções a possuir e a utilizar.

Foi esta fatalidade histórica que nos dois últimos séculos conduziu as Forças Armadas Portuguesas, de garantes da ordem a fautores da desordem.

Para comprová-lo, bastará relembrar como se processou a relação entre o poder político e a força militar durante a 1.ª República. Também a 1.ª República esqueceu que o Exército, enquanto instituição nacional, não tem, nem deve ter em democracia, qualquer ideologia política.

A partidarização dos quartéis e a utilização da força dos chefes militares tornou-se objectivo permanente de políticos débeis — inconsistentes nas suas propostas programáticas, incompetentes nas suas acções.

A sucessão de pronunciamentos, as repetidas ameaças de interferência militar na condução dos assuntos políticos, foram consequências inevitáveis deste equívoco permanente entre um poder político de base democrática e a força militar.

Esse resultado é mais o efeito da incapacidade dos políticos do que a consequência de qualquer vocação específica dos militares para os assuntos da governação.

Mas são os militares que se deixam utilizar por políticos sejam detentores do poder ou estejam na oposição políticos que procuram obter nos exércitos a força que não têm e a autoridade que não sabem conquistar pelos seus programas e pela sua prática política.

E é a incapacidade destes políticos que, por sua vez, propicia as condições favoráveis para a intervenção militar, em resultado da falência das instituições, da crise económica, da alienação da opinião pública e da falta de programas adequados aos problemas concretos.

Porque o poder político não é assumido por quem tem a responsabilidade da representação democrática, porque o poder político e até a sua legitimidade são partilhados com as Forças Armadas, não surpreende que estas acabem por aceitar a missão que lhes é transferida. E que as conduz ao golpe militar de 28 de Maio.

Está aqui definida uma das linhas de tradição do passado histórico de Portugal — uma linha negativa que conduz ao autoritarismo, à impossibilidade de afirmação e de defesa do sistema de valores aos quais devemos o que somos.

Na actual situação de crise e em função da experiência vivida nos últimos anos, repetir as práticas políticas que conduzem a esta tradição de sinal negativo envolve riscos cujas pesadas consequências não são de aceitar.

Em 25 de Abril, a intervenção militar foi a consequência necessária da ilegitimidade e do fracasso dos dirigentes políticos, fracasso provado na sua incapacidade para encontrar solução para os problemas colonial, político e económico, apesar de as Forças Armadas lhes terem assegurado o tempo e o campo de manobra indispensáveis.

E porque não queriam continuar a ser suporte material de um regime ilegítimo e incapaz, as Forças Armadas realizaram uma intervenção militar que visa a instauração de um sistema democrático.

Mas até esse projecto foi desvirtuado, pela incapacidade de alguns militares que, não podendo ou não querendo compreender os seus limites, aceitaram alianças ilegítimas e não souberam resistir à instrumentalização.

A evolução, difícil até à legitimação democrática do poder político, foi assim caracterizada pelas tentativas sistemáticas de conquista política em que os militares eram, maioritariamente, veículos temporários dessas ambições ou, minoritariamente, seus instrumentos conscientes e decididos.

Conseguiu-se neutralizar o objectivo final dessas forças e dessas ambições, mas não sem que ficassem marcas profundas das acções que desencadearam. Marcas visíveis na nossa situação económica, na insegurança das instituições e, sobretudo, nas mentalidades.

O aspecto traumático persistente dessas marcas obriga-nos a continuar firmes e intransigentes contra tudo o que possa conduzir a perturbações da mesma natureza, seja qual for a sua orientação política.

com poderes constituintes quiserem determinar e que aos comandos militares compete traduzir em decisões concretas.

Mal andam pois aqueles que, exacerbados pela ambição do mando e movidos pela impaciência de o conseguir, estão dispostos a sacrificar as vias que a democracia oferece e impõe, procurando impressionar a instituição militar com profecias de desgraça e apelos a novos messias.

O período de transição que ainda se vive, e que foi acordado com os dirigentes partidários como a melhor forma de assegurar a consolidação democrática, tem como razão de ser e como único objectivo legítimo estabelecer as condições para que aquela subordinação da força militar ao poder político democrático se concretize em bases sólidas e definitivas.

Porque assim é, não podem as Forças Armadas hesitar em reprovar e banir os militares que esquecem o seu escopo de sujeição para se servirem da sua posição de militares em benefício de uma ideologia específica ou de uma opção partidária.

O novo chefe do Estado-Maior do Exército ouvindo o Presidente da República

Temos de continuar a defender a dignidade da condição de militar, que impõe a aceitação dos princípios da especificidade e da independência relativa das instituições.

As manifestações de índole política que se associaram ao que deveria ter sido uma transmissão normal de comando militar — fase de um planeamento de recondução à hierarquia do antecedente estudado e decidido —, mostram que existe ainda uma relação demasiado estreita e equívoca entre a vida política e a força militar.

Mostram que ainda não nos emancipámos dos erros de fundo de uma certa tradição histórica, cuja crítica é indispensável para a implantação segura e definitiva do sistema democrático em Portugal.

Mostram, também, que, quando se prossegue uma política de normalização da instituição militar de modo a impedir a sua manipulação, esse próprio facto é usado como motivo de perturbação política por alguns que, se são verdadeiros democratas, mais deveriam atender à separação entre a força militar e o poder político legítimo que, gradualmente, se tem vindo a realizar e que definitivamente se institucionalizará de acordo com os preceitos constitucionais.

Poder político legítimo ao qual competirá fazer cumprir às Forças Armadas o quadro de missões que as assembleias

Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército

Os princípios expostos são simples e são claros.

São, além disso, conhecidos de todos os militares.

Uma minoria há, porém, que só camufladamente os respeita.

Constituem-na os que, através da utilização capciosa de estímulos, veiculados das maneiras mais diversas, tentam empurrar o aparelho militar para a órbita da descrença no regime e mobilizá-lo para a acção autoritária.

Sonham uns com um novo 28 de Maio, outros com um novo e bem diferente 25 de Novembro.

A uns e outros saberão as Forças Armadas dar-lhes a resposta devida, porque sabem para onde vão e como devem ir.

É desejável, também que os políticos atentem nos princípios expostos, de modo a compreendê-los e a aceitá-los. Assim o exigem a democracia e a Nação portuguesa.

Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército

Senhores oficiais

Repetirei, dada a sua actualidade, algumas das palavras que entendi conveniente dirigir, em Julho de 1976, ao brilhante antecessor de V. Ex.ª, quando do seu acto de posse como C.E.M.E.:

Continua na pag. 22

Pub

SINDICATO DOS TELEFONISTAS E OF. COR. DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo da alínea a), ponto 1 do Artigo 18.º e para efeitos da alínea c), ponto 1 do Artigo 16.º dos Estatutos do Sindicato, convoco todos os sócios do Sindicato, no pleno gozo dos seus direitos sindicais, para uma **Assembleia Geral Extraordinária, a realizar no dia 20 de Abril de 1978, pelas 18 horas, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UNICO: Discutir e deliberar sobre a alteração dos **ESTATUTOS DO SINDICATO**

NOTA: Encontram-se projectos de Estatutos na Sede do Sindicato ao dispôr dos Associados.

Lisboa, 5 de Abril de 1978

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Manuel Ferreira Fernandes

Pub

SINDICATO DOS METALURGICOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

TRAMAGAL

ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

CONVOCATÓRIA

Em conformidade com os artigos 31, alínea a) e 32 dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Eleitoral, para o dia 29 de Maio de 1978 com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO:

Eleição dos Corpos Gerentes para o Triénio 1978/80.

O Presidente da Mesa da
Assembleia Geral

(Fernando de Oliveira Amante)

Tramagal, 10/4/78

NOTA: Oportunamente serão indicados os locais onde funcionarão as mesas de voto e o horário respectivo.

CP — CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, E. P.

NOVAS MELHORIAS DE SERVIÇOS PARA ALGARVE

Desde 1976 os tempos de viagem do Barreiro para o Algarve foram reduzidos de 70 e 40 minutos nos comboios directos.

A partir de 27 de Maio serão reduzidos mais 39, 52 e 31 minutos, respectivamente para o Directo da Tarde, Directo da Manhã e Sotavento.

Novas durações das viagens:

Do Barreiro	Para Albufeira	Para Faro
C.º Directo da Tarde	3.54	4.25 (5.05)
C.º Directo da Manhã	3.42	4.13 (5.04)
SOTAVENTO	3.19	3.50 (4.21)

(Entre parêntesis indicam-se os tempos de viagem actuais)

Antes de viajar para o Algarve, pense nestes serviços, na sua segurança e na tarifa familiar.

Poupe Combustível — Poupe-se a Si Próprio
Não corra riscos

PODER LOCAL

O homem da pastorícia: uma presença, uma canção

Vinhais: "Ó Aidinha, ora dá-la dou!"

Nós vamos para a Europa com uma canção que nada diz da nossa realidade: «Dai-li-dai-li-dou...». Ora bem: manda-nos um leitor de uma autarquia distante, Vinhais, Trás-os-Montes, uma canção entoada pelos homens da pastorícia e tão cheia de verdade, tão cheia da nossa riqueza e malícia, que melhor fora que ela nos representasse além-fronteiras.

Ouçamo-la, tal qual foi recolhida pelo folclorista padre Firmino Augusto Martins. É assim:

Ó Aidinha,
queridinha, Maria, ou!
P'ra onde vais amanhã?
Ora dá-la dou!

Ó Aidinha...
queridinho el, Manoel, ou!
Vou p'ra ribeira,
ora dá-la dou!

E ó ai zinha,
e eu também vou, e ou!
Vai tu também,
Ora dá-la dou!

E ó ai e eiros,
quantos cordeiros tens, e ou?
Tenho vinte e quatro,
ora dá-la dou!

E ó ai dada...
quando fazemos a merenda, e ou?
É no domingo, ora dá-la dou!
E ó ai dingo, até domingo, e ou!
que nos juntemos, ora dá-la dou!
E ó ai dora, vamo-nos embora, e ou!
que vai sendo noite, ora dá-la dou!

E ó ai aza, vai p'ra minha casa, e ou!
que fazemos fiadeiro, ora dá-la dou!
E ó ai, sai-me onde à fonte, e ou!
quero falar contigo, ora dá-la dou!
E ó ai, osso, olha que não posso, e ou!
Ralha minha mãe, ora dá-la dou!
E ó ai ia, queridinha Maria, e ou!
Eu quero-te muito, ora dá-la dou!

Estamos em crer que o leitor já tem no ouvido esta canção de pastorícia. Porque esta canção é uma canção de verdade. É nossa: está dentro da nossa língua. E a língua é que faz com que um país seja independente — e ande com os outros ombro a ombro.

APOIO À REFORMA AGRÁRIA

O Conselho de Moradores do Barreiro criou uma Comissão de Apoio à Reforma Agrária (CRARA), Comissão que desenvolveu um trabalho muito significativo no sector: venda directa dos produtos da Reforma Agrária ao público consumidor. No aspecto político, o Conselho de Moradores marcou pontos ao trazer todas as sextas-feiras às ruas do Barreiro as provas concretas de que a Reforma Agrária existe e funciona. Convivem os trabalhadores do campo com os citadinos, ganhos para a Revolução através do exemplo. É o contacto directo entre o homem da cidade que lida com as máquinas e a poluição e o homem do campo que cava a terra e produz os alimentos. Aqui não há lugar para o intermediário parasita que se aproveita do trabalho de um e da necessidade do outro.

A acção do Conselho de Moradores ganhou corpo, impôs-se no terreno. Eis os números: de 1 de Maio de 1976 até Dezembro do mesmo ano comercializaram-se, no mercado popular, produtos no valor de 2132 contos; de Janeiro a Dezembro de 77, movimentaram-se nas vendas semanais 5475 contos, correspondendo a um total aproximado de 445 toneladas de produtos. Devido aos preços praticados, os produtos foram valorizados, em média, em mais de 40 por cento, do que se tivessem sido transaccionados via intermediários.

Ganharam os trabalhadores das UCP's e cooperativas. Igualmente lucrou o público consumidor. Por um preço bastante mais baixo, os trabalhadores da cidade puderam adquirir toneladas de queijos, bolos, laranjas, pêros, batatas, hortaliças, feijão. E ainda alguns milhares de litros de vinho, vinho que não é feito «a martelo». A média mensal das vendas, por mercado e por semana, rendeu uma verba de 456 contos.

Apesar de tudo, o Conselho de Moradores do Barreiro considera o ano de 1977 como «mau ano para a Reforma Agrária». E explica porquê: por um lado, as constantes ofensivas inconstitucionais do Governo contra os trabalhadores da Reforma Agrária; e por outro as condições climatéricas adversas que prejudicaram grandemente as culturas.

«Através da calúnia e da provocação, ou da fraseologia pseudo-revolucionária, o inimigo ensaiou várias penetrações no trabalho da nossa Comissão que, atenta a vigilante, continua a neutralizar todas as suas acções», sublinha o Conselho de Moradores do Barreiro.

Também os intermediários tentaram a sua oportunidade ao praticarem um preço ruinoso com o objectivo de «impopularizarem os camaradas das cooperativas e a Reforma Agrária». Neste momento talvez essas forças já tenham perdido as esperanças, pois foram isoladas e desmascaradas.

HISTÓRIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA...

Almada: no decurso da recente reunião da Assembleia Municipal foram apresentados o Relatório e Contas do Exercício de 77 e o Relatório dos Serviços Municipalizados.

Este último Relatório foi aprovado por unanimidade pela FEPU e pelo PS. Não se encontravam presentes, embora previamente avisados, os representantes do CDS, do PPD e dos GDUP's.

Quanto ao Relatório e Contas de 77...

Contando: posto o documento à discussão, os elementos do PS solicitaram que o Relatório não fosse votado com as Contas. Aprovariam estas, mas não aprovariam aquele...

«O regimento não contempla esse método de votação», esclareceu a mesa.

Os socialistas, então, procederam à leitura de uma declaração de voto, na qual se afirmava que o Relatório era político e... não contabilístico.

«Contabilísticas são as contas...», disse a mesa.

Palavra daqui, palavra dacolá, a declaração de voto acabaria por não ser aceite.

Resultado: o documento (Relatório e Contas) foi aprovado pela FEPU, abstendo-se o PS.

Mais alguma coisa, no entanto, sucedeu.

E foi que quatro elementos do PS pediram a suspensão do mandato, alegando razões de vária ordem (doença, motivos profissionais, etc.). Entretanto, outro elemento do PS foi afastado por ter faltado a várias sessões.

Assim vai a ausência de certos elementos da Assembleia Municipal de Almada...

TEMA DE COLÓQUIOS EM LISBOA

A economia soviética nos mercados ocidentais

Por iniciativa da representação da Câmara do Comércio e Indústria da URSS em Portugal e da Associaço Industrial Portuguesa (AIP), realizou-se ontem à tarde, nas instalações do Hotel Penta, em Lisboa, um colóquio subordinado ao tema «A Economia Soviética e as suas Relações com as economias ocidentais».

No decurso da sessão, que foi presidida por Viacheslav Teleguin, chefe daquela representação soviética, tiveram lugar duas intervenções, a primeira intitulada «O Desenvolvimento Económico da URSS e as suas Perspectivas», feita por Boris Chiogolev, director-geral adjunto do Comité Estatal de Planeamento da URSS, e a segunda, a cargo de Viacheslev Teleguin, sobre «As Relações Comerciais da URSS com as rconomias ocidentais.

Na mesa encontravam-se o vice-presidente do Comércio da URSS no nosso país e elementos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Externo e da AIP, enquanto entre a assistência se viam representantes de diversas empresas portuguesas ligadas à exportação, de bancos e de diversos organismos oficiais do sector económico.

ESPANHA

Adolfo Suárez no Parlamento e um dia de greve nacional

MADRID, 5 (Especial para o «DL» por José Luís López)

O dia de hoje será uma jornada especial na vida política espanhola. A tensão e o interesse políticos alcançaram em Espanha a sua cota mais alta desde a celebração das passadas eleições.

Por um lado o presidente do Governo e líder da UCD-União do Centro Democrático terá de comparecer ante o Parlamento para explicar as últimas alterações ministeriais, qualificadas pela Oposição como uma viragem à direita: por outro os mini-sindicatos convocaram uma hora de paralisação em todo o país na sequência do apelo feito pela CES-Confederação Europeia de Sindicatos.

Que o presidente do Governo, Adolfo Suarez, tenha de explicar ao Parlamento a actuação do seu gabinete, é a consequência de ter perdido há dias a primeira votação parlamentar. Todos os partidos da oposição ali representados, à direita e à esquerda se juntaram para pedir explicações ao actual Governo.

Todavia, o que em princípio ia ser uma luta de «todos» contra o Governo converteu-se numa sessão para medir a força de que ainda dispõe o primeiro-ministro Adolfo Suárez e analisar a situação política do país.

Nenhum grupo parlamentar se propõe censurar o Governo Suárez, que nos últimos meses, segundo o inquérito realizado por uma importante revista, perdeu pontos e popularidade entre o eleitorado espanhol.

No fundo há alguma coisa que pulsa com insistência na vida política do país a reestruturação da direita. Como já foi dito no «DL», o rei Juan Carlos é o primeiro interessado na criação de uma «nova direita» que não se apoie tão só no prestígio do actual chefe do Governo.

Assim, recentemente Juan Carlos I avistou-se com um dos líderes da Aliança Popular, partido à direita da governamental União do Centro Democrático, que nos últimos tempos tem vindo a fazer uma agressiva campanha para que o eleitorado espanhol esqueça a sua origem franquista.

A análise dos «Pactos de Moncloa», firmados por todos os partidos parlamentares, também será motivo de discussão no plenário parlamentar desta tarde. O PCE criticou insistentemente ao Governo o não-cumprimento destes acordos, classificados como «compromisso histórico» e primeiro passo, segundo o PCE, para um Governo de concentração com a sua presença.

Coincidindo com este dia de alto interesse parlamentar, as Centrais que ficaram maioritárias nas recentes eleições sindicais UGT-União Geral de Trabalhadores, inspirada pelos socialistas, e «Comisiones Obreras», de inspiração PCE, convocaram uma hora de greve em todo o país para lutar contra a paralisação e as reivindicações particulares dos trabalhadores espanhóis.

Os sindicatos maioritários querem demonstrar, com esta jornada a que se juntou o resto das centrais sindicais, a sua força e a sua implantação entre os trabalhadores. Por seu turno as organizações patronais qualificaram a paralisação de hoje como «incoerente».

Comunistas catalães recusam abandono do "leninismo"

. Graves divergências se adivinham para o próximo Congresso do Partido Comunista Espanhol, que se realizará dentro de dias em Madrid. No cerne da questão está a famosa «tese número 15», na qual se propõe que o Partido deixe de ser leninista para se definir como «marxista, democrático e revolucionário».

Até agora, e apesar de as votações nas várias conferências regionais terem mostrado que existem muitas reservas entre os militantes quanto ao abandono do «leninismo», a direcção do Partido parecia ter esperanças de que no Congresso a sua tese vingaria sem grandes problemas. Porém, na Catalunha, registou-se aquilo a que os observadores chamam uma derrota de Santiago Carrillo, quando numa segunda votação os leninistas ganharam por 97 votos a favor contra 81 e sete abstenções.

Já se celebraram conferências regionais preparatórias do Congresso em Madrid, Andaluzia, Asturias Murcia e Catalunha. Em todas elas se registaram grandes divisões de votos, mas onde a tese não passou mesmo foi na Catalunha. Recorde-se, aliás, que o PSUC (Partido Socialista Unificado da Catalunha), o «braço catalão» do PCE no Congresso que celebrou em fins do ano passado, se definiu como partido marxista e leninista.

Ultimamente têm vindo a lume notícias de abandonos colectivos do Partido por parte de militantes, descontentes com a orientação imprimida pela actual Direcção, suspeita de tentar conduzir o PCE para teses sociais-democratas.

Defendendo-se dessas acusações, o secretário-geral do PCE, Santiago Carrillo, tem insistido em que não propugna o abandono puro e simples do leninismo, mas sim uma reformulação de conceitos, com vista (segundo diz) a adaptá-los ao tempo e ao espaço actuais.

Face a esta situação, prevê-se que o próximo Congresso seja muito renhido, e que a Direcção do Partido se veja confrontada com uma vasta contestação. No entanto, não é de supor que as teses (até agora aprovadas nas diversas conferências excepto na da Catalunha) venham a ser rejeitadas pelo Congresso.

TELEX TELEX TELEX TELEX

TRIBUNAL RUSSELL — O Tribunal Russell disse hoje considerar que o impedimento à entrada de radicais no funcionalismo é incompatível com os direitos humanos. No fim de um julgamento de uma semana, presidido pelo professor de história jugoslavo, Vladimir Dedijer, o júri de vinte membros declarou que «a extensão das violações dos direitos humanos por tal forma pode ser considerada extremamente grave». Numa declaração lida aos jornalistas, Dedijer criticou o modo por que as autoridades alemãs exercem discriminação, no que ele considerou acontecer cada vez mais em acções políticas legais.

CONDENAÇÃO — Dois pistoleiros palestinianos foram hoje condenados à morte pelo assassínio do jornalista egípcio Yussef El-Sebai, ocorrido em 18 de Fevereiro, em Nicosia.

GANA — Cinco dias após o referendo de 30 de Março, que lhe deu a vitória, o general Kutu Acheampong, chefe do Estado do Gana, aproveitou a circunstância para proibir os três principais partidos da oposição.

VIOLÊNCIA — Um surto de violência eclodiu ontem na região suíça do Jura, agravando os confrontos existentes entre os grupos separatistas de expressão francesa e os anti-separatistas de expressão alemã. A região do Jura, no Noroeste da Confederação Helvética, é tradicionalmente francófona e os seus habitantes querem separar-se do cantão de Berna, de expressão alemã,

GREVE — Enfermeiras, auxiliares de enfermagem e pessoal da cozinha entraram ontem em greve em 72 clínicas municipais de Nova Iorque. Cerca de 18.000 doentes são afectados pela paralisação e quase um terço deles foi transferido para hospitais ou levado para as residências de amigos e parentes. Voluntários cuidavam dos restantes pacientes. Médicos das clínicas não são afectados pela greve, declarada após se malograrem conversações sobre um contrato de trabalho por causa de uma disputa sobre salários.

CIA — O antigo secretario da Defesa, Clark Clifford, opôs-se à proibição específica de certas acções incluindo assassínios — numa nova legislação que regulamenta as operações secretas americanas no estrangeiro. Clifford, que ajudou a criar a Agência Central de Informações (CIA) depois da segunda guerra mundial, depunha numa comissão de serviços secretos do senado durante um inquérito sobre uma nova Carta da CIA, elaborada após a revelação de numerosos abusos cometidos pela agência, incluindo planos para assassinar dirigentes estrangeiros.

RODÉSIA — O secretário de estado americano, Cyrus Vance e o secretário britânico do Foreign Office, David Owen, vão começar uma série de negociações com os dirigentes nacionalistas da «Frente Patriótica» da Rodésia na capital da Tanzania, segundo se soube hoje de fonte governamental.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

Pub

TRABALHADORES DO COMÉRCIO AUTOMÓVEL EM LUTA

PELA REVISÃO DO CCTV

NOVAS PARALISAÇÕES PREVISTAS PARA 6 E 7 DE ABRIL

A revisão do nosso CCT já deveria estar concluída, publicada e em vigor. No entanto, decorridos 8 meses após a apresentação da proposta ao patronato, qual é a situação que se nos depara? NEM UMA ÚNICA CLÁUSULA ESTÁ ACORDADA!

Com o seu sistemático boicote às negociações, o patronato já conseguiu que as tabelas salariais entrassem no terceiro ano de vigência (as anteriores começaram a vigorar em 1/1/76) apesar de terem sido acordadas para vigorar durante um ano. Por aqui se começa a ver claramente quais os propósitos que animam os senhores da ACAP.

QUE PRETENDE A ACAP?

Pura e simplesmente restringir o âmbito que o nosso CCT sempre teve. Pretendem que o CCT se passe a aplicar apenas às empresas estritamente comerciais e aos trabalhadores que laboram esclusivamente no sector comercial das empresas polivalentes (empresas com sector de comércio, de oficinas e/ou montagem). É nesta restrição quanto às empresas polivalentes que reside o cerne do conflito. Na verdade, os trabalhadores destas empresas que simultânea e indiferenciadamente laboram para mais do que um sector (comercial e oficinal por exemplo), como é o caso dos empregados de escritório (a maioria) e de alguns caixeiros (que tanto servem o público como as oficinas) sempre estiveram abrangidos pelo CCT do Comércio Automóvel e, pela proposta última da ACAP, ficariam excluídos deste CCT.

Os objectivos são evidentes: dividir os trabalhadores, enfraquecer o CCT, retardar a revisão.

QUE PRETENDEM OS SINDICATOS?

Tão somente manter o âmbito do actual CCT. À razão dos sindicatos, acresce o facto da cláusula do âmbito não ter sido denunciada por nenhuma das partes no período legal de denúncia, pelo que a sua vigência renovou-se automaticamente. Como é óbvio, ao patronato só interessa a legalidade quando esta serve os seus desígnios...

A GREVE DO DIA 21/3

Frustradas as fases de negociação directa e de conciliação — onde o Ministério do Trabalho teve um papel discreto e passivo que serve às mil maravilhas o patronato — não restou aos trabalhadores outra solução que o recorrer à greve. Antes de o fazer, porém, deram um prazo superior a 15 dias para a ACAP repensar a sua atitude, mas a resposta desta foi uma autêntica provocação aos trabalhadores.

Apesar de algumas insuficiências de organização em certos distritos e das costumeiras manobras do patronato em aumentar os trabalhadores visando a sua desmobilização da luta, esta primeira greve-aviso teve uma adesão significativa, particularmente nos centros urbanos, onde se concentram as maiores empresas e o maior número de trabalhadores.

NOVAS PARALISAÇÕES EM 6 E 7 DE ABRIL

Reunidos em 23/3, os sindicatos outorgantes depois de analisarem a situação e constatarem a continuação do impasse patronal, deliberaram propor o endurecimento da luta, tendo aprovado a seguinte proposta:

PROPOSTA

Considerando que a ACAP continua teimosamente a recusar a revisão do CCT, com o âmbito actualmente em vigor;

considerando que a sua resposta à paralisação decretada pelos sindicatos foi uma autêntica e baixa provocação, reveladora da sua intenção de boicote às negociações;

considerando que o alto grau de adesão dos trabalhadores à jornada de luta do dia 21 demonstrou a sua elevada consciência de clase e a sua determinação em prosseguir a luta até à vitória;

os sindicatos outorgantes, reunidos em plenário no dia 23/3/78 deliberam:

1) saudar todos os trabalhadores do sector pela manifestação de luta e unidade do dia 21;

2) repudiar energicamente o boicote da ACAP e responsabilizá-la por todas as consequências da forma de luta já adoptada e das que se venham a adoptar;

3) denunciar o silêncio cúmplice do Ministério do Trabalho, cuja passividade só aproveita ao patronato e faz prolongar o impasse;

4) propor novas paralisações para os dias 6 e 7 de Abril, se até ao dia 3 não forem dadas à CSN garantias do começo efectivo das negociações;

5) que se realizem por todo o país plenários de trabalhadores para ratificação destas novas formas de luta e para preparar a sua organização;

6) que a CSN estabeleça contactos com o Ministério do Trabalho e Ministério do Comércio, com vista a desbloquear este conflito.

Do teor desta proposta deve ser dado conhecimento à ACAP, Ministério do Trabalho, Ministério do Comércio, Assembleia da República, Gabinete do I Ministro e Imprensa em geral.

Para que o patronato recue e se disponha a negociar, é indispensável que os trabalhadores do sector adiram massivamente às novas formas de luta.

CONTACTA O TEU SINDICATO ESCLARECE OS TEUS CAMARADAS DE TRABALHO, PARTICIPA NOS PIQUETES DE GREVE CONTRA O BOICOTE DA ACAP!
PELA REVISÃO DO C.C.T.V.!.

A Comissão Sindical Negociadora

As FAPLA, segundo notícias oficiais e não oficiais, estariam envolvidas em luta com forças da Unita e da FNLA

PENA DE MORTE EM ANGOLA

Ofensiva das FAPLA sobre FNLA e UNITA

Angola introduziu a pena de morte para civis considerados culpados de minarem a segurança do povo, do Estado e do MPLA-Partido do Trabalho — anunciou a agência noticiosa ANGOP.

Numa mensagem enviada por «telex» para a Agência Reuter, a ANGOP acrescenta que tais contra-revolucionários e criminosos serão executados por pelotão de fuzilamento.

Recorde-se que em Julho de 76, quatro mercenários brancos (dois ingleses, um americano e um cipriota) foram executados pelas autoridades angolanas no âmbito da lei militar. O julgamento que precedeu as execuções foi aberto a toda a Imprensa mundial.

Entretanto, em Londres, Jeremias Chitunda, secretário da UNITA para a Informação, declarou que forças daquela organização «estão a desencadear uma ofensiva de grandes proporções na província angolana de Cuando-Cubango». Como constantemente tem sido divulgado, a UNITA é um dos movimentos que tem merecido o apoio das forças que apostam na desestabilização da República Popular de Angola. «A RPA (como disse Agostinho Neto) é uma opção política que certos interesses ocidentais não aceitam».

Segundo Chitunda, na referida ofensiva «estão envolvidos vários milhares de homens, face às tropas do Governo de Luanda, apoiadas por soldados cubanos».

Para além destas declarações de Chitunda (que as agências dão sob reserva), afirma a ANOP, apoiando-se em informações vindas de Londres, que notícias oficiais e não oficiais continuam a chegar ao Foreign Office indicando que violentos combates se continuam a registar em Angola, nas regiões norte e sul do país. No norte, actuariam as forças da FNLA, de Holden Roberto, e no sul a luta estaria a ser conduzida pela UNITA, de Jonas Savimbi.

Se estas informações londrinas tiverem como fonte «The Sunday Telegraph», jornal conservador, não merecem grande confiança. Há três dias ainda, o noticiário angolano nele inserto foi desmentido em Bruxelas por Luís de Almeida, embaixador da RPA na Bélgica e um dos seus jornalistas, Bruce Lowdon, por notícias desestabilizadoras, foi convidado a sair de Portugal após o 25 de Abril.

SEGUNDO "THE NEW YORK TIMES"

Carter pressionado para autorizar fabrico da bomba de neutrões

O presidente Carter dos EUA, que em princípio, estaria disposto a anunciar esta semana a sua decisão de mandar suspender o fabrico da bomba de neutrões, não resistiu às pressões contrárias e vai reexaminar a questão. Segundo o jornal «The New York Times» (que cita fontes oficiais da Administração) Carter tinha decidio já suspender o fabrico da bomba N e iria anunciar tal decisão ainda esta semana. Porém, as críticas violentas que tal notícia causou no Pentágono, no Departamento de Estado, no Congresso e em certos aliados europeus, em especial na RFA, levaram Carter a modificar a sua posição.

Carter avistar-se-á hoje com dirigentes do Congresso, e depois terá uma reunião com a Comissão das Relações Externas do Senado. O ministro oeste-alemão dos Negócios Estrangeiros, Genscher, que se encontra de visita aos EUA, terá pedido ontem no seu encontro com Carter, que fosse mantida em aberto a eventual colocação da bomba N na Europa. Segundo parece, Genscher correu apressadamente a Washington, depois de ter tido conhecimento de que Carter estava decidido a suspender o fabrico da bomba N. Esta interpretação parece ser confirmada pela Embaixada da RFA em Washington, a qual esclareceu que a bomba de neutrões foi a única razão que levou Genscher aos EUA.

Oficialmente Washington afirma que Carter nada decidiu ainda sobre o assunto, tese ontem retomada pelo secretário de Estado Cyrus Vance, o qual prometeu que dentro em breve haveria um anúncio formal sobre a última decisão de Washington. É muito provável que a decisão seja tomada apenas depois da visita de oito dias que o secretário da Defesa Harold Brown, empreenderá a Europa Ocidental, nas vésperas da reunião (marcada para dia 18 em Copenhague) do grupo de planeamento nuclear da NATO.

Fontes do Departamento do Estado anunciaram, por outro lado, que Cyrus Vance irá a Moscovo este mês numa tentativa de retomar o diálogo SALT II.

Não se vê muito bem que êxito possa ter essa viagem de Vance, se entretanto, já estiver decidida a continuação do fabrico da bomba de neutrões. Na verdade, a URSS tem contestado violentamente a produção dessa arma, que vai ao requinte de poupar os bens materiais e liquidar as vidas humanas. Ainda ontem, falando em Helsínquia, nas comemorações do 30.º aniversário do tratado de cooperação fino-soviético, Andrei Gromyko, ministro soviético dos NE, salientava que a bomba de neutroes não é assunto privado de um país, mas sim da Humanidade no eu todo». Cromuko disse ainda que a URSS esperava uma atitude responsável dos EUA e dos seus aliados e advertiu que a produção desta arma conduzirá a corrida aos armamentos a um nível mais dispendioso e perigoso, considerando extremamente alarmantes as notícias segundo as quais a RFA aceita a «bárbara bomba de neutrões».

Também o primeiro-ministro britânico, James Callaghan, mostrou sérias reservas quanto à bomba. Tornou claro que os aliados da NATO têm ainda de decidir se aceitam a colocação da bomba na Europa e reafirmou a importância vital deste assunto para as relações Leste-Oeste. Por fim, disse «O governo tem de colocar numa balança, num lado, as substanciais desvantagens políticas de iniciar a produção de tal arma, no outro, as possíveis (se existentes) vantagens militares».

NOVOS CHEFES MILITARES

O presidente Carter nomeou novos chefes do Estado-Maior da Força Aérea e da Marinha, e nomeou o general David Jones para novo presidente dos Estado-Maior conjunto. O general Jones, de 56 anos, o anterior chefe do Estado-Maior da Força Aérea, substituirá o general George Brown no mais alto cargo militar da América.

Para substituir o general Jones, no comando da Força Aérea, o presidente Carter nomeou ontem o general Law Allen, de 52 anos, que havia sido nomeado vice-chefe do Estado-Maior da Força Aérea apenas há quatro dias. O presidente nomeou também para novo chefe das operações navais o almirante Thomas Hayward, de 53 anos, comandante da frota americana no Pacífico. Substituirá James Holloway, que deverá reformar-se em 1 de Julho.

Todas as nomeações são por quatro anos.

FRANÇA

Novo Governo esta noite

Individualidades sem filiação partidária serão integradas no novo gabinete francês, chefiado por Raymond Barre, cuja constituição deverá ser tornada pública esta noite. Os contactos do primeiro-ministro (que Giscard encarregou de formar novo governo) têm decorrido sob o signo da discreção. Supõe-se que na medida do possível este governo traduza os anseios de «coabitação razoável» entre a esquerda e a direita, expressos pelo presidente Giscard na sua intervenção, após a segunda volta das eleições.

Recorde-se que Giscard contactou com os principais dirigentes partidários (da esquerda e da direita) e com os secretários-gerais das principais organizações sindicais, inaugurando assim um tipo de diálogo até agora desconhecido na V República. Contudo o governo terá de se submeter, na sua composição, à maioria existente na Assembleia Nacional, pois não há, por agora, uma maioria que a possa substituir. Não é, no entanto, impensável a longo prazo um realinhamento das forças políticas. Na verdade, a eleição de Chaban-Delmas para a presidência da Assembleia Nacional veio pôr a nu as grandes divergências existentes entre gaullistas e giscardianos, e mesmo no seio dos gaullistas.

Para os comentaristas, a eleição de Chaban-Delmas foi mais uma vitória de Giscard. Os gaullistas correm agora o perigo de se fraccionarem e de perderem o peso político que as eleições aparentemente lhes tinham conferido.

Este governo será um gabinete de transição. As verdadeiras opções do Presidente serão conhecidas mais tarde, quando todos os contactos estiverem feitos e quando a luta no seio da maioria se tiver definido com maior clareza.

Até a extrema direita quer o fim de Pinochet

No seu comentário habitual no diário «La Tercera de La Hora», Pablo Rodriguez, dirigente de um grupo de extrema-direita que se destacou na oposição ao presidente Allende e ao governo da Unidade Popular, escreve que «a dissolução da Junta Militar é o passo essencial para o processo de normalização institucional do país».

Acrescenta que «a Junta terminou a sua missão histórica» e que a sua permanência no Governo se transformará num obstáculo intransponível para a institucionalização. Por outro lado, sectores militares finalmente admitem o isolamento a que o Chile está votado a nível mundial, principalmente por parte dos Estados Unidos e de potências da Europa Ocidental. Referências a esse isolamento já foram feitas, inclusive por dois membros da Junta, o almirante José Toribio Merino (CEMA) e o general Gustavo Leigh (CEMFA). Resta saber se, entretanto, ambos apenas desejam derrubar o sombrio presidente da Junta, que contestam desde o desmascarado «referendo» do fim do ano passado, para assumirem as rédeas do Poder e tudo permanecer na mesma, sem Pinochet, que já está demasiadamente «queimado». Aliás, Toribio e Leigh nada ficam a dever a Pinochet quanto aos «métodos» de governo e de actuação.

Por fim, regista-se o regresso a Santiago do antigo presidente do Partido Democrata-Cristão, Jaime Castillo, que estava exilado na Venezuela há 19 meses, por ser um perigo à segurança do Estado». Volta sem condições e com autorização da Junta.

BRASIL: BISPO NOVAMENTE AMEAÇADO

Entretanto, em Brasília, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil revelou que D. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, que há menos de dois anos foi raptado e torturado por uma «Aliança Anticomunista Brasileira», foi novamente ameaçado de sofrer novas violências. A CNBB denuncia que «desconhecidos» ameaçaram D. Hipólito com «castigos tão violentos que ele poderia passar alguns meses no hospital», ao mesmo tempo em que diziam: «Parece que da primeira vez ele não aprendeu a lição». Recorde-se que D. Hipólito teve o carro destruído por uma bomba e após o rapto e as sevícias, que sofreu em 23 de Setembro de 1976, foi abandonado num terreno baldio, nu e pintado de vermelho. Na altura, a polícia prometeu investigar» mas, como era de se esperar, até hoje não se sabe a que resultados chegou. D. Adriano Hipólito é conhecido pelo seu trabalho junto dos pobres e pelas intransigentes posições que toma na defesa dos menos favorecidos.

LÍBANO

Palestinianos ameaçam "capacetes azuis"

As duas mais importantes organizações palestinianas ameaçaram ontem os «capacetes azuis» das tropas de paz da ONU estacionadas no Líbano que, segundo afirmam, estariam a tomar posições que ainda podem dar muito que falar. As advertências partiram de Salah Khalaf, dirigente da «Al Fath», braço armado da OLP de Yasser Arafat e de Abu Nidal, apontado como um dos «cérebros» das últimas operações guerrilheiras e co-fundador da Frente Popular para a Libertação da Palestina — FPLP, de George Habash.

Enquanto Khalaf, o segundo homem da OLP acusa as tropas da ONU de estarem a exigir posições que não foram invadidas pelos sionistas, como a cidade de Tiro e as pontes sobre o rio Litani, e que, portanto, não lhes compete ocupar, Nidal vai mais longe e faz uma séria acusação: «A coberto da ONU os Estados Unidos levam a que se constitua uma força francesa muito importante, talvez 10 000 homens, que policiará o Sul do Líbano reprimido os palestinianos e os libaneses progressistas».

Pelo seu lado, Khalaf (Al Fatah) mais moderado, diz que as suas forças lutarão contra as forças das Nações Unidas no Líbano caso estas tentassem «refreá-los». Em tom mais agressivo, Nidal (FPLP) afirma que «as nossas forças vão atacar grupos de «capacetes azuis» de origem bem determinada, pois já temos uma longa experiência sobre eles». Essas «origens bem determinadas» poderiam ser os contingentes franceses, mencionados na sua acusação.

Talvez como confirmação dessas ameaças palestinas, ontem teriam sido disparadas oito granadas de morteiros de 82 milímetros contra tropas norueguesas às ordens da ONU que no passado domingo se instalaram na ponte Khardali, sobre o rio Litani, a 25 quilómetros da fronteira com Israel. A fonte da notícia é a rádio do exército de Israel, daí as reservas com que pode ser encarada. Não se registaram vítimas neste alegado e rápido bombardeamento.

"ESTOU ABANDONADO"

Nova carta de Aldo Moro e nova recusa de Andreotti

Dizendo que se sente um pouco abandonado» e que «moralmente sois vós que estais na minha situação, mas fisicamente sou eu», o presidente da DC italiana, Aldo Moro, sequestrado pelas Brigadas Vermelhas, há 20 dias enviou uma nova carta às autoridades do seu país pedindo «aos amigos no campo político» que o libertem do cativeiro e aceitem a troca proposta pela organização que o raptou. Entretanto, rapidamente, o primeiro ministro Giulio Andreotti rejeitou categoricamente qualquer hipótese de troca de Moro por presos políticos das BV. Os círculos políticos italianos notam, ao mesmo tempo, que é muitíssimo improvável que o Governo mude de ideias a esse respeito, pois conta inclusive com o apoio do influente PCI na recusa em negociar com os sequestradores.

Na sua patética carta Moro diz: «sou um preso político que se acha numa posição insustentável devido à vossa decisão brusca de cessarem qualquer diálogo acerca de outras pessoas também detidas: Acrescenta em tom de aviso e apelo urgente: «O tempo passa depressa e infelizmente já não resta muit».

O Partido Democrata-Cristão sugeriu que o antigo primeiro ministro foi forçado a escrever o texto, de cuja autenticidade restam quase nenhumas dúvidas: «Moralmente a carta não pode ser atribuída ao sr. Moro», diz o Partido num comunicado publicado pelo seu jornal «Il Popolo».

Fotocópias da carta, acompanhadas por um comunicado das Brigadas Vermelhas, foram também recebidas em Milão, Génova, e Nápoles, enquanto surgem as mais desencontradas notícias a respeito de possíveis «negociações secretas» que estariam a ser efectuadas com as BV, não só pelo poder como pela família de Aldo Moro. Descarta-se entretanto a hipótese de que as Brigadas Vermelhas poderiam aceitar dinheiro para soltar o dirigente democrata-cristão.

Canal da Crítica

AI VINHO, VINHINHO, AI VINHO VINHÃO

MÁRIO CASTRIM

O alcoolismo é um caso sério. Não só para o nosso país, mas para uma porção doutros. Percorre-nos um calafrio de espanto e de medo quando ouvimos referir o número de bêbados «profissionais» existentes neste à beira-mar: qualquer coisa aí como 600 mil deles...

Uma vez mais, em breve período, a televisão portuguesa tratou do caso. Há duas semanas, foi o alcoolismo no trânsito, agora o alcoolismo em geral, com incidência nos aspectos da recuperação dos doentes.

Reportagem extensa, desenvolvida, talvez alongada desnecessariamente. Em televisão, como no vinho, é preciso saber parar a tempo. Uma gota mais e pode fazer cambalear um trabalho produzido com honestidade.

Por outro lado, é preciso resistir à tentação da originalidade. Ficará mais vivo, fica de certeza, o programa com o ex-alcoólico em acção. Mais vivo e mais eficaz: eis ali uma alma arrancada ao inferno a cumprir tarefa responsável como a de guarda-freios de eléctrico. Mas não está estabelecido, não se acusa de moralmente responsável pelos acidentes quem conversa com o guarda-freios? Até se compreende, pois enquanto se capa não se assobia. A televisão faltou à regra e andou mal. Dessem o nosso homem a cirandar pela cidade, atento às manobras, a cumprimentar conhecidos e amigos, tudo com molho de voz **off**, e ficava o problema resolvido.

Voltemos ao alcoolismo (salvo seja, é claro). Certamente é dever da sociedade recuperar os alcoólicos. A dúvida reside só na eficácia dos três centros de recuperação existentes no país. Não invalida a utilidade das conversas havidas com médicos e enfermeiros do Centro de Recuperação de Coimbra, muito embora os técnicos da saúde se devessem mentalizar para a urgência de abandonarem o calão do ofício quando se dirigem às pessoas simples como nós.

A campanha contra o alcoolismo é uma tarefa social com urgente apoio de uma reestruturação da sociedade em novas bases. As crianças alimentadas a sopas de cavalo cansado, os trabalhadores a beber do tinto para terem mais força, a ausência de locais saudáveis de convívio (substituídos por 300 mil tabernas...) os problemas de toda a ordem amontoados diariamente, tudo isso e muito mais, não pode ser resolvido com um, nem com muitos programas de televisão bem intencionados. Programas de uma televisão incapaz de seguir linhas de conduta bem firmes: ora lhe dá para bradar contra o alcoolismo, ora lhe dá para fazer a propaganda do vinho, dos homens de barba rija advogados dele e contra o leite, como por lá se ouviu no fado cantado por um tal Rodrigo, fadista bem-amado da reacção. Por êstas e por outras, por estes preconceitos não combatidos nem esclarecidos, cada português consome em média por ano 130 litros de vinho e cerca de 15 litros de leite...

Nem só de vinho se falou ontem. Os telespectadores tiveram o prazer de assistir a mais um episódio do **Baretta**. Por aí, e mais uma vez, pressentiram o pavor de uma sociedade como a americana, onde jovens são contratados para a droga e para o crime. E o pobre do Baretta, missionário enxertado de polícia, o pobre do Baretta perplexo: **«Não sei como lidar com os jovens: ou estão na choça duas semanas e vêm logo cá para fora, ou apanham uma talhada e saem de lá a saber manejar uma metralhadora»**.

Claro, os delinquentes são em geral porto-riquenhos, ou gregos, ou — como no caso de ontem — italianos. Assim fica salva a honra do convento.

Mas a verdade rebenta as costuras. O telejornal, a propósito do aniversário do assassinato de Luther King, referiu alguns casos de discriminação racial existentes nos Estados Unidos. Bom, não aprofundou, não desenvolveu a observação, foi uma informação cor-de-rosa, apenas se focou o caso da minoria negra. Mas pelo dado lamiré se deixou perceber da falsidade, da insinceridade com que Carter e seus amigos falam dos **direitos humanos**.

Onde estão esses direitos humanos, quando milhões e milhões de pessoas (e não somente negros...) são discriminados em todos os domínios, particularmente na educação, no trabalho, na saúde?

Pudesse eu dispor de todo o espaço do «Diário de Lisboa» e contaria aos leitores algumas coisas impressionantes sobre a mentira da prosperidade americana, sobre a mentira da liberdade, da justiça americanas. Essa tarefa de esclarecimento competiria naturalmente, num regime democrático, à televisão portuguesa, para mostrar ao nosso povo, qual será a sorte de quem permanece na órbita ianque. Tal não acontece. A posição trivial da televisão portuguesa, face ao imperialismo, é a de lambe-botas.

Lamentavelmente. Será ainda a consequência de uma bebedeira reaccionária de quase 50 anos...

Hoje

Ada de Castro que hoje canta fados na TV

I PROGRAMA

18.07 Telejornal - 2.ª edição
18.10 Volta ao Mundo das Fábulas
18.30 Corrida ao Ouro - Último episódio com Andrew Hawthorn, Ernie Stanley, Roger Oaklay, Scott Taylor, Ilona Rogers. Realização de Tom Parkinson.
19.00 Tempo de Desporto - «Homens e jogos das Terras Transmontanas»
19.30 Vamos Jogar no Totobola
19.40 Telejornal Regional
20.00 Telejornal - 3.ª edição
20.25 O Casarão Uma produção da Central Globo de Televisão. Hoje o episódio no.º 68.
21.05 Boletim Meteorológico
21.10 31 de Boca - Concurso (Sessão experimental)
22.05 Dentro da Cidade - «O Outono da Cidade»
22.30 Fados Por Ada de Castro, acompanhada à guitarra por António Chainho e Manuel Domingos e à viola por José Maria Nóbrega e Mário Pacheco. Prod. Mello Pereira. Realiz. Luis Miranda.
22.50 Telejornal - 4.ª edição
23.05 Fecho.

II PROGRAMA

19.00 Ano Propedêutico
22.00 Telejornal
22.20 Escrava Isaura (Repetição do episódio n.º 30)
22.55 Fecho.

Amanhã

I PROGRAMA

09.15: Ano Propedêutico; **Hora do Almoço**; **12.10**: Entrevista; **12.20**: Música para o almoço Fados por Natércia Maria; **12.40**: Escrava Isaura (episódio n.º 34); **13.15**: Telejornal - 1.ª edição; **13.30**: Ciclo Preparatório TV; **18.07**: Telejornal - 2.ª edição; **18.10**: Ideias e mãos-Impressão; **19.10**: Onde nasce o Nilo; **19.10**: Telejornal Regional; **19.30**: Eurovisão - Final da Taça dos Clubes Campeões Europeus em basquetebol entre as equipas do Real Madrid e do Mobilgirgi de Varesi; **21.15**: Boletim Meteorológico; **22.00**: Casarão - episódio n.º 69; **22.30**: Caixa Alta; **23.05**: Telejornal - 3.ª edição; **23.15**: Fecho.

II PROGRAMA

19: Ano Propedêutico; **22.00**: Telejornal; **22.20**: Escrava Isaura (Repetição do episódio n.º «); **22.50**: Fecho.

MARIA VITÓRIA
TEATRO ★ Telf. 361740
Às 20.30 e 22.45 h.
Aos DOMINGOS: «Matinées», às 16 h.
Às 2.as fei., Descanso
Um Grande Elenco:
SALVADOR
HENR. SANTANA
DELFINA CRUZ
JOEL BRANCO
VERÓNICA
A Atracção Nacional
CIDÁLIA MOREIRA
IGOR SAMPAIO ● LUÍS MÁRIO ● MARIANO FRANCO
UM CORPO DE BAILE INTERNACIONAL
AIDA GOUVEIA ● GINA MARQUES ● VANDA LIMA ● NUCHA PIRES
AGORA EM 8.º MÊS DE ÊXITO!
A Sensacional REVISTA
ALTO E PÁRA O BAILE!...
UM SUCESSO!
ATENÇÃO, PORTO!
BREVEMENTE
«ALTO E PÁRA O BAILE!...
no Teatro Sá da Bandeira
A melhor REVISTA dos Últimos Anos!

• TRINDADE •
– INATEL –
APRESENTA
6.ª feira, às 21.30 h,
e só até ao dia 13
O Grupo de Teatro Amador da CEL-CAT com o riginal de **Georg Büchner**.
«WOYZECK»
PREÇO ÚNICO, 15$00
para os sócios do Inatel, dos Ccds., Capts. e Sindicatos.
(Não ac. a m. 13 anos)

TEATRO DO NOSSO TEMPO
P. José Fontana, 12-B
Tel. 574037-573831
RTX 78/24
António Gedeão
Encenação de Delfim Braz e Inês Palma.
Todos os dias às 21.30
M/13 anos Sub. Sec.

ANDAR
PORTELA DE SACAVÉM
4/5 assoalhadas
1.500 contos
Tel. 578231

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

GRUNDIG
QUALIDADE EM TODA A LINHA
DESTAQUES
I PROGRAMA
Fados por Ada de Castro
(22.30)
II PROGRAMA
«A Escrava Isaura»
(22.20)

TV MARCELO
SERVIÇO PERMANENTE
(INCLUINDO SÁBADOS E DOMINGOS)
Repara em sua casa até às 24 horas todas as marcas com garantia
LISBOA E ARREDORES
TELEFONE JÁ!
644097-643525-641202-659118/9 0

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE ESTADO E CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL
TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS
OROUESTRA DO TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS
Concursos para Violinos-Tutti
Aberto concurso-provas públicas — pára o preenchimento de vagas de Violinos-Tutti. Os candidatos, de idade não superior a 45 anos à data de inscrição, deverão inscrever-se nos Serviços de Orquestra deste Teatro Nacional de 10 a 30 do mês em curso-Abril —. O Concurso realizar-se-á 60 dias após o fecho de inscrição. As provas constarão de uma obra imposta — 1.º andamento de concerto para Violino de Mendelssohn — uma obra à escolha do candidato de duração mínima de 10 minutos e uma prova de leitura à primeira vista.
As demais informações serão fornecidas pelos Serviços de Orquestra todos, os dias uteis, das 14 às 19 horas.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

FILME DE QUALIDADE
COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE ESPECTÁCULOS

Premiado no FESTIVAL de TEERÃO

O primeiro filme dramático de WOODY ALLEN

Uma produção MARTIN RITT · JACK ROLLINS · CHARLES H. JOFFE

WOODY ALLEN
O TESTA DE FERRO

com ZERO MOSTEL HERSCHEL BERNARDI
MICHAEL MURPHY, ANDREA MARCOVICCI
Escrito por: WALTER BERNSTEIN · Produtor executivo CHARLES H. JOFFE
Produzido e Realizado por MARTIN RITT · Execução de PERSKY-BRIGHT/DEVON
um filme de MARTIN RITT

CASTIL
AMANHÃ
ESTREIA
Às 21.30 — 21.00 23.00 no
quarteto

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

O GRANDE MAGNATE
— THE LAST TYCOON —

com
ROBERT De NIRO
TONY CURTIS · ROBERT MITCHUM
JEANNE MOREAU INGRID BOULTING
DONALD PLEASENCE JACK NICHOLSON
RAY MILLAND · DANA ANDREWS
Argumento de HAROLD PINTER Produção de SAM SPIEGEL
Realização de ELIA KAZAN Música de MAURICE JARRE
Baseado na novela de F. SCOTT FITZGERALD
não aconselhável a menores de 13 anos
Paramount Cinema International Corporation

HOJE ESTREIA AS 21.30
TIVOLI

Jim Capaldi e 'The Contenders' no Coliseu dos Recreios

Nos próximos dias 7 e 8 do corrente, Jim Capaldi e o conjunto musical «The Contenders» exibir-se-ão no Coliseu de Lisboa.

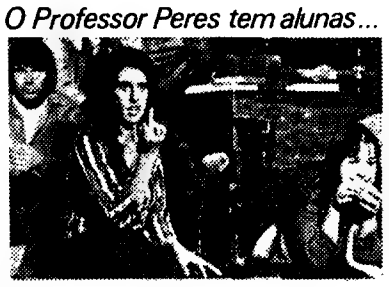
Com efeito, após uma longa «tournée» através da RFA, França e Espanha, Jim Capaldi, cujo apogeu foi alcançado quando intergrado no já lendário grupo «Traffic» de Stevie Winwood, vem a Portugal pela primeira vez a fim de realizar dois espectáculos ansiosamente esperados pelos seus inúmeros «fans».

O autor de «If you think you know how to love me» far-se-á acompanhar nos dois espectáculos a realizar no Coliseu de Lisboa pelo grupo «The Contenders», grupo esse composto de uma elite dos mais experimentados «session-musicians» britânicos do momento. Dele fazem parte, e para além de Jim Capaldi, Alan Spenner (baixo) Phil Capaldi (canto e percurssão), Ray Allen (saxofone), Peter Bonas (viola), Chris Parren (keyboards) e Trevor Morais (baterista).

Diga-se, e para quem desconhece Jim Capaldi, que o mesmo é não só dotado de uma voz excelente mas também um especialista da percussão e do «keyboards». Foram esses atributos, aliás, que o guindaram ao plano de relevo em que se encontra, constituindo a sua discografia «tesouro» raro para os amantes de «Soul» e do «Rythm and Blues».

no filme de STANLEY KRAMER
("A NAVE DOS LOUCOS" "ADIVINHA QUEM VEM JANTAR")
a maior interpretação de
ANTHONY QUINN

O Professor Peres tem alunas...



... e alunas.

R.P.M.*
REVOLUÇÕES POR MINUTO
ANTHONY QUINN · ANN-MARGRET · GARY LOCKWOOD
musica de BARRY DE VORZON e PERRY BOTKIN, JR.
canções por MELANIE
cine-estudio erminal Telef. 371573
6.ª feira ESTREIA NO
NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

CATHERINE SPAAK · SUZY KENDAL · ELEONORA GIORGI

HISTÓRIA de uma FREIRA de CLAUSURA
UMA HISTÓRIA AUTENTICA DO SÉCULO XVII
HOJE ÀS 21.30
ESTREIA NO
ODEON

DISTRIBUIDO A MAIORES DE 13 ANOS INTERDITO a menores de 18 anos

A GRANDE EMOÇÃO DO ANO!

Suspiria

O filme que tem batido recordes de frequência em Inglaterra, França, Itália, Japão, Suíça, Estados Unidos, Alemanha, etc., etc., etc..

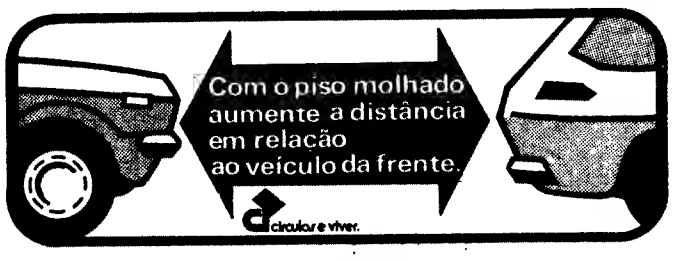
Suspiria

Algo de novo em espectáculo de «suspense» não perca...

Suspiria

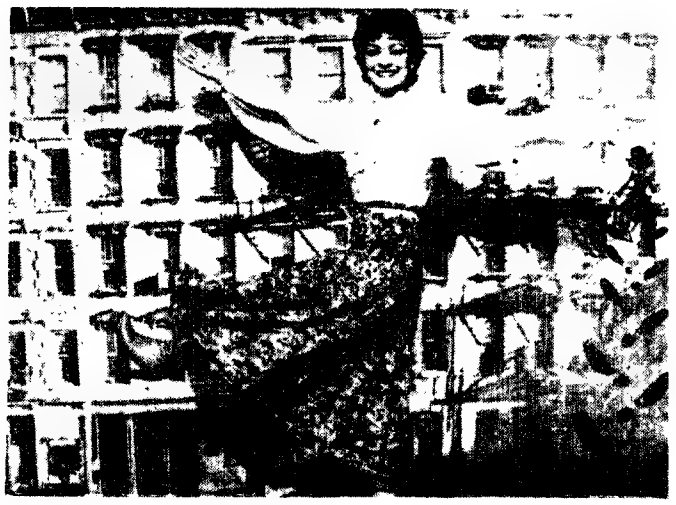
Realização de DARIO ARGENTO
JESSICA HARPER · STEFANIA CASINI · ALIDA VALLI · JOAN BENNETT
TECHNICOLOR
AMANHÃ GRANDE ESTREIA
STAR E CITY

LIVROS TÉCNICOS ESTRANGEIROS
SALDOS
Telf. 77 53 95
Av. Igreja, lote 1 278 - Lisboa 5
(junto do Centro Comercial)
diTEC



EUROVISÃO -78

Licenciada em Arqueologia será a representante da Grécia



Sakis Tsilikis e Yannis Xanthoulis são os autores, música e letra respectivamente, da canção «Charlie Chaplin» com que a TV grega se apresentará este ano, em Paris, no Concurso da Eurovisão.

«Charlie Chaplin» será interpretada pela cantora helénica Tania Tsanaclidou (na foto) que tem a particularidade de ser formada pela Universidade de Atenas em Arqueologia.

Austríacos apresentam Mrs Caroline Robinson"

O conjunto «Springtime» será o representante da TV austríaca no próximo Concurso Eurovisão da Canção que decorrerá em Paris no próximo dia 22 de Abril.

O grupo tornou-se, em 1977, o mais popular do país após os irmãos Walter e Gerhard Markel se terem revelado com duas canções-sucesso: «Season of Harmony» e «Rainbow in the Sky». Mais tarde, mudaram de discografia e chamaram a si a colaboração de Norbert Niedermayer, chegando, assim, ao topo do «hit-parade» austríaco com a canção «Jingle me, jingle you».

No festival deste ano, que terá lugar no Palácio dos Congressos da capital francesa, os «Springtime» apresentarão uma composição que se intitulará «Mrs. Caroline Robinson».

NA S.P.A.

Como a revista enfrentou o fascismo nas palavras de Fernando Ávila

Integrada no ciclo sobre a história da revista portuguesa organizado pela Sociedade Portuguesa de Autores, o antigo revisteiro e antigo crítico Fernando Ávila, evocou as revistas estreadas em Lisboa e no Porto desde o ano da desgraça de 1926 até ao início da Segunda Guerra Mundial, em 1939. Conhecendo profundamente esse período por ter sido co-autor de alguns dos textos das revistas então estreadas, Fernando Ávila, pôde, assim, analisar a evolução sofrida por esse tipo de espectáculo, revelando as condições sombrias que começaram a vigorar após a implantação do regime fascista. Se a censura não exerceu logo a sua acção (caso da revista «Às de Espadas», estreada em 1926, em que se criticava o 28 de Maio), não tardou que se abatesse, com toda a sua enorme estupidez, sobre as criações dos nossos artistas. De início (imagine-se) eram os próprios espectadores (esbirros) que denunciavam às autoridades o que devia ser cortado, até que surgiram os funcionários censórios, totalmente ignorantes e que, por isso, cortavam a torto e a direito, obrigando os autores a uma grande ginástica de imaginação.

Em 1931, estreou-se no Coliseu uma revista intitulada «Viva Portugal» cuja cortina reproduzia a bandeira portuguesa, peça republicaníssima, nas palavras de Fernando Ávila, em que imperava o verde e o encarnado e arrancava vivas do público. Um dos seus quadros reproduzia com a maior perfeição a estação do Rossio. A revista foi proibida ao fim de 15 dias. Em 1932 é de salientar a revista «Sapegato», em que passou um quadro altamente político e perfeitamente actual como pudemos verificar na interpretação de José Viana e Henrique Santana.

Em 1933, fundou-se a primeira cooperativa do teatro português que logo estreou uma revista, em que surgiram Hermínia Silva, Barroso Lopes e Teresa Gomes. Dois números que tinham passado à censura, foram cortados uma semana depois da estreia.

Nessa altura, era certa nas estreias a figura sinistra do capitão Laje da GNR que tomava nota de tudo o que devia ser cortado. Na revista «O Arraial» pela primeira vez duas discípulas aparecem com os seios à mostra que a censura deixou passar com a condição delas não se mexerem!

Foi ainda nesse ano que Amélia Rey Colaço e Robles Monteiro estrearam a revista «Nobre Povo», exaltação do colonialismo.

Em 1934, estreia-se na revista Mirita Casimira, que viera de Viseu para se transformar num dos grandes cartazes do género. Outros nomes evocados e que fazem crescer a água na boca: António Silva, Beatriz Costa (imagine-se uma revista com ela e Maria Matos!), Corina Freire, Dina Teresa, Teresa Gomes, Luísa Satanela, Estêvão Amarante, Nascimento Fernandes, Vasco Santana. Nos textos: Aníbal Nazaré, que se estreou em 1930 com um grupo de amadores, Silva Tavares, Acúrsio Pereira, Chianca de Garcia, Thomás Colaço, Luís de Oliveira Guimarães. Na música: Frederico de Freitas, Raul Ferrão, Jaime Mendes, Raul Portela, Alves Coelho. Na coreografia: Francis. Na cenografia: Pinto Coelho, que se estreou em 1932 com uma cortina da revista «Viva, o Jazz», Stuart, Sara Afonso, Jorge Barradas.

Além do número citado, José Viana interpretou, como só ele sabe, um número de sátira a Salazar da revista «Balancé», de 1937, acompanhado por Henrique Santos. A cantora Fernanda Dâmaso cantou muito bem alguns dos êxitos que fizeram época e ainda permanecem nos nossos ouvidos «As Carvoeiras», «O Cochicho» (criação de Beatriz Costa), «O Burrié», «Teodoro não Vás ao Sonoro» (com José Viana), «Camélias»; «Dona Chica e sr. Pires» (também com Viana).

Em 1936, passou por Lisboa um grupo de ciganos que fugiam da guerra civil de Espanha. Entre eles estava Carmen Amaya que cantou e dançou integrada na revista «Feira de Agosto», com extraordinário êxito. É ainda de lembrar que a Sociedade Portuguesa de Autores, que então se chamava Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais, interveio pela primeira vez junto do governo para protestar contra a acção da censura em 1935, a propósito dos cortes de que foi vítima a revista «Café com Leite».

C.P.

"Ora vê lá tu" em 3.º mês

Entrou em terceiro mês de exibição a última revista do «Adóque», «Ora vê lá tu», espectáculo da autoria de Nicholson, Gonçalves Preto e Henrique Viana (texto), Braga Santos e Joaquim Luís Gomes (música), que proporciona condições especiais para sindicatos, comissões de trabalhadores e de moradores e outras organizações congéneres.

No elenco, «Ora vê lá tu!...» conta com Francisco Nicholson, Henrique Viana, Fátima Veloso, Magda Cardoso, Maria Tavares, Carlos Queirós e Maria N'Zambi. A encenação é de Francisco Nicholson; a coreografia, de Fernando Lima; a cenografia, de Maria Helena Reis, e os figurinos de Madalena Fernandes.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

Temporada de Inverno de 1978

— 4.ª feira 5 de Abril, às 21.00 horas
— 6.ª feira 7 de Abril, às 21.00 horas
— Domingo 9 de Abril, às 16.00 horas

A Ópera em 4 Actos de G. VERDI
"O TROVADOR"

Elenco: Vincenzo Bello, Mara Zampieri, Fiorenza Cossotto, Piero Cappuccilli. Ivo Vinco, Lia Altavilla, Alcino Vaz, Alberto Silveira, Manuel Almeida

Direcção Musical: Francesco Molinari-Pradelli
Encenação, Cenários e Figurinos: Ferruccio Villagrossi

ORQUESTRA DO TEATRO DE S. CARLOS
CORO DO TEATRO DE S. CARLOS
Lotações Esgotadas

— 5.ª feira 6 de Abril, às 18.30 horas

NO SALÃO NOBRE DO 3.º ANDAR

"TRAGÉDIA E MELODRAMA EM VERDI"

Conferência por JOÃO PAES com ilustrações musicais

ENTRADA LIVRE

— 3.ª feira 11 de Abril, às 21.00 horas
Última récita da ópera de G. VERDI

"O TROVADOR"

Bilhetes à venda na Bilheteira do Coliseu

— 5.ª feira 6 de Abril, às 13.00 horas

Abertura da Bilheteira para venda avulsa da próxima TEMPORADA DA PRIMAVERA

comuna
teatro de pesquisa
HOJE ÀS 21.30H
A MÃE
DE BRECHT
DOMINGO ÀS 18H
2ª FEIRA DESCANSO
·3º MÊS·
PRAÇA DE ESPANHA
METRO: PALHAVÃ
TELEF. 762624
Subsidio da S.E.C.
SÓ ATÉ 30 ABRIL

teatro do bairro alto
R. Ten. Raúl Cascais, 1 A
Sala MANUELA PORTO
CARTAS DE SOROR MARIANA
Um espectáculo de José Cunha e Teresa Madruga
SÓ ATÉ SÁBADO
3.ª a 6.ª às 21e45
Sáb. às 18 e 21e45

PORTO
O.T.C OFICINA DE TEATRO E COMUNICAÇÃO
A NAVALHA NA CARNE
de P. NO MARCOS
NOS "MODESTOS"
às 21.30h
Domingo às 18.30
2ª-feira descanso
NÃO ACONS. M/18 ANOS

QUINTA NA ASSEICEIRA

VENDE-SE

8 hectares, casa de habitação com 16 divisões, terras de amanho, vacaria instalações para porcas de criação. 5 poços, furo para 5 mil litros água/hora. — Trata 578231.

BOM PREÇO

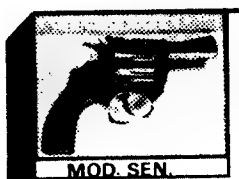
BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS

PARA HOMEM E SENHORA

TINTURARIA GUANABARA ' Dep de confecções

Av. João XXI, 5 D Rua Infantaria 16 55 C LISBOA



MOD. SEN.

PARA SUA DEFESA

APENAS POR 250$00

Pode comprar um dos modelos que lhe oferemos, em liga metálica, c/ 1 caixa de munições gratis

NÃO PRECISAM LICENÇA

PEDIDOS A COBRANÇA · 30$00 P/PORTES, A:

ISABEL ALVES - Apartado 1233 – LISBOA 1

ACESSORIOS:

• munições { Sen: cx 48 = 50$00 CB: cx 25 = 25$00

• coldres c/ sovaqueira em cabedal (só SEN) = 495$00

MOD. C.B.

AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO

"BARBOSA" LDA

Vila Nova de Tázem e Viseu

EXCURSÕES LISBOA — VISEU — VILA NOVA DE TASEM, todas as Segundas, Terças, Quintas e Sábados, saindo às 9 horas da Rua CARVALHO ARAUJO (Ao Chile) e passando por Vila Franca de Xira, Batalha, Leiria, Coimbra, Buçaco, VISEU, Sátão, Aguiar da Beira, Trancoso, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, VILAR FORMOSO e Vila Nova de Tasém.

PREÇO...225$00

RN

EXCURSÕES AO ESTRANGEIRO

Você que organiza excursões conte connosco.

O AUTOCARRO é o mais económico e versátil meio de transporte para viagens de grupo.

Damos-lhe a oportunidade de conhecer o estrangeiro com os seus amigos pondo à sua disposição a maior e melhor frota do País

RESERVE JÁ O SEU AUTO-PULLMAN

INFORMAÇÕES E RESERVAS:

CEP 10 - RN.

Av. Casal Ribeiro, 18-B 5.º piso

Tel. 57 06 56/57 77 15

Política condenada na Conferência dos Ministros Europeus do Desporto

O ministro britânico dos Desportos Denis Howell, condenou a interferência política no desporto na inauguração da segunda conferência de ministros europeus do Desporto em Londres.

Não é tarefa dos governos dirigir o desporto — declarou o ministro, acrescentando que, em vez disso, os governos tem a responsabilidade de garantir a independência das federações desportivas.

Howell acusou alguns países que tentam manipular as federações desportivas, enchendo-as de políticos que nada têm a ver com o desporto. **Alguns países aderem deliberadamente a federações, controlando desportos, em que não tem competidores, simplesmente para ganharem poder político.**

O ministro britânico condenou os abandonos de competições internacionais, e salientou que os países devem decidir se pretendem competir antes das provas ou durante as mesmas.

Demasiado frequentemente nos últimos anos, a arena desportiva tem sido usada para manifestações políticas, afirmou o ministro na conferência (que durará quatro dias) e individualizou a recusa da China em defrontar Israel, nos campeonatos mundiais de ténis de mesa, em 1977, na Inglaterra.

Howell condenou o «apartheid», que classificou de **uma abominação, que (prosseguiu) constitui grave interferência no desporto.**

Reafirmando o compromisso britânico para com o acordo de Gleneagles, de 1977, de «líderes» da comunidade britânica, disse não ser suficiente a África do Sul juntar equipas nacionais multirraciais. O desporto sustentou, tem de ser integrado a todos os níveis antes de a África do Sul ser readmitida nas federações desportivas mundiais.

Howell apelou para o termo do excessivo nacionalismo no desporto internacional, e sugeriu que, nos Jogos Olímpicos, as bandeiras e hinos nacionais sejam substituídos por emblemas olímpicos internacionais.

Embora tenha elogiado maiores consultas entre Governos e autoridades desportivas, Howell rejeitou a ideia de dar à UNESCO o controlo geral sobre o desporto. Segundo destacou, a palavra de ordem **democratização do desporto** é com demasiada frequência encobrimento para ambições de controlo político. Acrescentou que a UNESCO devia concentrar os seus esforços na educação e desenvolvimento desportivos, em países do Terceiro Mundo.

EM RISCO A COBERTURA DO "MUNDIAL"

Jornalistas franceses alertam para situação na Argentina

A União Sindical dos Jornalistas Desportivos de França decidiu encarregar o ministro dos Negócios Estrangeiros, o secretariado de Estado da Juventude e Desportos e a Federação Internacional de Futebol **de estudarem os problemas e** os riscos que podem vir a correr os enviados especiais franceses ao «mundial» de futebol, que se disputa em Junho, na Argentina.

Em comunicado difundido pelo seu comité directivo, a União Sindical dos Jornalistas considera «inaceitáveis» as afirmações do contra-almirante Carlos Alberto Lacoste que, em nome do comité organizador argentino, declarou recentemente (em Madrid) que os jornalistas estrangeiros **«não serão vítimas de nenhuma represália na Argentina, desde que sejam objectivos e respeitem a lei».**

«A União Sindical dos Jornalistas Desportivos Franceses não pode tolerar quaisquer condições ou limites, deixados à apreciação das autoridades argentinas, e insiste para que estas dêem todas as garantias, pelo que decide alertar a FIFA e as autoridades governamentais francesas sobre tão grave problema», afirma o comunicado.

O comité directivo da União Sindical recorda a moção aprovada em Janeiro, pelo seu congresso nacional, em que se pedia ao governo argentino que se comprometesse publicamente em garantir as liberdades fundamentais dos jornalistas durante o «mundial» ou seja: livre acesso às fontes de informação, liberdade de trabalho e de transmissão e garantias de segurança.

Violência escolhe nova arma: o dardo

Os dardos comuns, em dimensões naturalmente reduzidas, constituem a nova arma utilizada pelos adeptos britânicos nos campos de futebol, segundo uma recente informação da Federação Nacional deste desporto. No passado fim-de-semana, mais de 20 pessoas tiveram de ser assistidas em diversos centros médicos do país, em consequência das feridas produzidas pelo lançamento de dardos.

A mais grave dessas lesões ocorreu num encontro da 2.ª divisão (entre o Burnley e o Oldham) quando um desconhecido lançou um dardo contra uma jovem de 14 anos, introduzindo-lhe a arma no crânio. A jovem vítima ingressou no hospital, em condições muito graves, e os médicos diagnosticaram perfuração cerebral de prognóstico reservado.

A falta de latas de cerveja e outras bebidas engarrafadas, cuja venda foi proibida nos campos ingleses, os adeptos mais violentos decidiram utilizar outro tipo de armas.

Nos encontros das 1.ª e 2.ª divisões, do último fim-de-semana, foram feitas mais de 100 prisões, só na área de Londres, entre espectadores que levavam nos seus bolsos um verdadeiro arsenal de dardos.

Como medida urgente para combater este tipo de violência, a Federação propõe o aumento do tempo de detenção para duas semanas ou um mês, para todos os adeptos que utilizem os dardos.

Madeira: desporto ganha asas

Cerca de 1500 pessoas, de diversas idades, praticam desporto amador nos três principais clubes funchalenses: Marítimo, União e Nacional. Atletismo, andebol, basquetebol, natação, voleibol e hóquei em patins são as modalidades que mais adeptos têm, depois, naturalmente, do futebol.

Acerca da política de fomento desportivo, o presidente do Clube Sport Marítimo (José Miguel Mendonça) afirmou que «A massificação da prática desportiva é desejável e indispensável no preenchimento das horas de lazer, cabendo às entidades governamentais uma estreita colaboração com os clubes».

O presidente do Marítimo, referindo-se ao apoio dado ao desporto amador pela delegação no Funchal da Direcção-Geral dos Desportos, frisou que ele (apoio) é «insuficiente», acrescentando que aquele órgão «não tem poder de decisão», «pelo que se impõe uma descentralização dos serviços».

Por seu turno, um dirigente do Clube de Futebol União (Luís Sotero Gomes) falando das dificuldades com que se debate o seu clube no fomento e prática do desporto amador, referiu a falta de orientadores técnicos e recintos desportivos, nomeadamente, piscinas, pavilhões gimnodesportivos e pistas de atletismo».

O presidente do Clube Desportivo Nacional (Nélio Ferraz de Mendonça) afirmou que «a prática desportiva deve ser efectuada nas escolas, cabendo aos clubes o aproveitamento das élites para a prática do desporto de competição.

No que concerne ao desporto amador, Nélio Mendonça sublinhou que «são poucos os apoios a nível oficial», e que, por isso, o «desporto amador vive das receitas do futebol».

Na sua agenda

MINIBASQUETEBOL

A DGD está a planificar a «Operação Minibasquete»: os interessados ainda podem fazer as suas inscrições.

OLIMPISMO

Duas senhoras (dr.ª Maria Emília Azinhais e prof.ª Maria Eduarda Andrelina de Azevedo Robalo Gouveia) vão representar o Comité Olímpico Português nas sessões da Academia Olímpica, entre 6 e 23 de Julho, na Grécia.

Para galardões internacionais, o COP propôs: Ginásio Clube Português (para a Taça Olímpica 77), cor. D. Domingos de Sousa Coutinho («mérito olímpico»), Francisco Xavier de Araújo e eng.º Júlio Rendeiro («Prémio Pierre de Coubertin», de «fair play»).

Remo prepara ida a Vichy

Realizou-se na sede da Federação de Remo, uma reunião da «Comissão de Técnicos», constituída há cerca de um ano com funções consultivas em relação à direcção federativa para os aspectos da competição e da formação e informação dos quadros técnicos.

Nesta reunião, além de ter sido feito um balanço da forma como decorreram os cursos de treinadores (organizados em Lisboa e no Porto) procedeu-se, também à remodelação interna da referida Comissão, cuja composição e distribuição de funções passou a ser a seguinte: Fernando Estima, Manuel Lima e Manuel Páscoa (competição), Jorge Taborda e Félix Ribeiro (formação) e João Oliveira (informação).

A «Comissão de Técnicos» debruçou-se ainda sobre a prevista participação de tripulações representativas da FPR nos próximos «Campeonatos Internacionais de França» que se disputarão em Vichy, nos dias 20 e 21 de Maio. Assim, e após um «ponto da situação» ter mostrado a possibilidade de, após um adequado trabalho de selecção e preparação de remadores, se constituírem equipas capazes de virem a obter classificação interessante, foi elaborado um calendário das sessões de observação, escolha e treino de atletas, que começou a ser cumprido e marca, para estágio preparatório final o período entre 5 a 15 de Maio, provavelmente na Lagoa de Óbidos.

As provas de observação decorrerão em «Skiff» e «Shell de dois» com e sem timoneiro, estando a selecção a cargo dos técnicos Estima, Páscoa e Taborda.

Em relação às categorias e tipos de barcos definidos há meses como de provável participação, houve que abdicar do «quatro sem timoneiro» (que não existe em Portugal, e cuja construção, ao contrário do que se previa, não será possível a tempo), substituído pelo «quatro com timoneiro». As provas em que Portugal se poderá fazer representar são as seguintes: «pesos-ligeiros»: «skiff» «pesados»: «skiff», «dois sem timoneiro» e «quatro com timoneiro».

A federação considera que os esforços para a participação nestes «Campeonatos Internacionais de França» se enquadram em todo o conjunto de acções que tem vindo a desenvolver no sentido de uma maior divulgação da modalidade, entendendo que a presença de suas equipas em provas internacionais poderá contribuir, não só para a melhoria do nível de remadores e técnicos, mas também para a captação de um número crescente de jovens para a prática do Remo.

Na palavra ou na escrita

Conceição Pereira, 16 anos, praticante de atletismo. Alinhou pelo Olivais, transferiu-se depois para o Sporting. Declara publicamente:

Nem estudo, nem trabalho. Não tenho cabeça para estudar e ainda não arranjei emprego.

Esta omnipotente TV

Portugal é um dos poucos países europeus que, esta noite, não espreitam (via TV) o jogo Alemanha Federal-Brasil, a disputar em Hamburgo. À transmissão aderiram 23 países: desde a Tunísia à Argélia, de Marrocos à Venezuela. Alegando medidas de restrição financeira, a RTP não comprou os direitos de transmissão. Provavelmente, as divisas de que pode dispor são poucas para os belíssimos programas que costuma impingir à força da clientela, desde alguns «musicais» que ficaram célebres às longas «injecções» de folhetins, qual deles mais piroso ou entediante.

Enfim: resta-nos a certeza de que continuará a haver mais um (bom) punhado de transmissões de jogos de râguebi, modalidade que, como toda a gente sabe, é de franco agrado popular, concitando as atenções de milhares e milhares de adeptos, de Norte a Sul deste país submerso aos caprichos de quem pode e manda.

N. de S.

Escândalo na Polónia: Tomaszewski derruba treinador

Os meios futebolísticos polacos encontram-se em ebulição, em consequência das atitudes do famoso guarda-redes Jan Tomaszewski, que se envolveu em conflito com o treinador do seu clube, Leszek Jezierski.

O litígio, que já algum tempo vinha fazendo tremer os alicerces de um dos melhores clubes da 1.ª divisão (o LKS Lodz) acaba de se saldar pelo afastamento, puro e simples, do treinador, o que provocou enorme escândalo nas colunas da Imprensa desportiva.

Jezierski, especialista altamente qualificado, como o provam os seus dois títulos de melhor treinador polaco, atribuídos em 1974 e 1976, fora para o «LKS» quando o clube lutava pela sobrevivência na 1.ª divisão. Sob seu comando, o «desastre» da descida de divisão poude ser evitado e os jogadores, conduzidos pela mão de mestre do treinador, encontraram rapidamente lugar entre a élite do futebol, o que fez com que o ciube vivesse momentos de autêntica euforia.

Contudo, esta «lua de mel» estava destinada a ser de curta duração: as relações entre o treinador e o «capitão» da equipa, Tomaszewski, degradaram-se subitamente e, aquela máquina perfeitamente oleada de produzir bom futebol começou a «gripar».

As derrotas começaram a amontoar-se, enquanto a animosidade entre jogador e treinador, que já apenas se falavam por intermédio de terceiros, longe de se atenuar, aprofundou-se. Torna-se impossível descobrir as causas reais do caso, embora as màs-línguas insinuem que o guarda-redes desejaria tentar a experiência de jogador-treinador.

Tomaszewski, conhecido pelas suas variações de humor e pela crueza das suas opiniões, não hesitava, segundo alguns jornais, em chamar publicamente o treinador por «cretino» e «incompetente». Outros, acusam-no (igualmente) de ter tentado intimidar os colegas de equipa, a fim de os envolver na sua guerra aberta contra Jezierski.

Contudo, o conflito viria a assumir o màximo das proporções e consequências quando o treinador, que até então mostrara bastante tacto e paciência, acabou por pedir a suspensão disciplinar do guarda-redes, acusando-o de indisciplina durante um estágio.

Surpreendentemente, porém, a direcção do clube decidiu pôr-se do lado do jogador, contra o treinador, decisão «incompreensível» que lhe valeu duras críticas da Imprensa desportiva, a qual considera o caso como verdadeiro escândalo e, unanimemente, em nome dos «supremos interesses do desporto», tomou a defesa do treinador.

O conflito é sintomático, segundo os comentadores desportivos, do mal endémico que corrói o desporto-rei onde, inúmeras vezes, as «vedetas» ditam leis e os treinadores acabam por não passar de «bodes expiatórios», sujeitos a incessante saltitar de clube para clube. Eis, pelo menos, a opinião da influente revista desportiva polaca «Przeglad Sportowy», que escreve: «o conflito é típico e reflecte perfeitamente todas as discórdias que reinam no seio de numerosos clubes, durante estes dez últimos anos. O treinador foi vencido, a «estrela» venceu... como sempre», conclui o jornal.

Faleceu o professor Celestino Marques Pereira

Está de luto a ginástica portuguesa: faleceu o coronel prof. dr. Celestino Bernardo Feliciano Marques Pereira.

Nascido há 68 anos (em Nova Goa) o prof. Celestino Marques Pereira exerceu funções docentes, foi coronel de Infantaria e responsável por muitas obras de divulgação desportiva mormente no campo da Ginástica.

Na antiga Emissora Nacional, a sua voz quase funcionava como toque de despertar: anos a fio manteve ali um programa de ginástica que o tornou bastante popular.

Doutorou-se em Educação Física na Faculdade de Medicina de Bruxelas, em 1954, e em 1958, a convite da Fundação Calouste Gulbenkian, efectuou uma série de conferências sobre problemas daquela especialidade. Em 1952, 1954, 1956 e 1958 deslocou-se a Angola e Moçambique, a fim de colaborar na organização da Educação Física naquelas antigas colónias portuguesas onde, igualmente, realizou cursos sobre a mesma especialidade.

O prof. Celestino Marques Pereira, era pai da dr.ª D. Bérengere Louise France Govaerts Marques Pereira Michaux e do dr. Jaime Alberto Feliciano Gowaerts Marques Pereira. O funeral, a cargo da Agência Salgado, da Rua da Rosa, realiza-se hoje às 15.30 da igreja de S. Jorge de Arroios para o cemitério do Alto de S. João.

REFLEXO DA AGRESSÃO AO TREINADOR

Direcção do Belenenses apoia António Medeiros

Há quem queira perturbar o trabalho da turma belenense que disputa o nacional futebolístico de primeira água: um simples acidente de percurso, que (aliás) nem fugia às cogitações prèvias do apostador totobolista, serviu para extravasar de baixos sentimentos de alguns energúmenos que, como noticiàmos nas nossas edições de segunda-feira passada, esperaram o final do jogo entre os «azuis» e o Estoril para agredirem, cobarde e selvaticamente o treinador António Medeiros, ao mesmo tempo que (vocalmente) dirigiam toda a sorte de vexames à direcção do clube do Restelo.

A tomada de posição directiva não podia tardar: unanimemente, todo o elenco que comanda os destinos do Belenenses resolveu pedir demissão dos seus cargos, colocando-os à disposição da massa associativa do clube que, em assembleia geral prevista para 14 do corrente, terá de tomar uma atitude firme de repúdio aos agressores de Medeiros.

Agostinho Carolas, presidente do Belenenses, afirma:

— Honro-me de ter à frente da equipa de futebol um homem sério e trabalhador, honestíssimo, como é o António Medeiros, e, até por isso, nunca me passou pela cabeça que aquilo pudesse acontecer, pois trata-se de uma flagrante injustiça.

Também eu me sinto tanto ou mais ofendido que António Medeiros. Os verdadeiros sócios do clube têm o direito de saber quais os responsáveis pela agressão e alguém terá de responder por isso.

Acrescenta:

— Não identifico os agressores com os verdadeiros belenenses. Para mim, tudo aquilo foi obra de meia dúzia de vadios infiltrados na massa associativa do clube e que urge desmascarar o mais rapidamente possível, se quisermos evitar que, qualquer dia, se instale uma guerra civil dentro da colectividade.

Por seu lado, todos os jogadores do bloco belenenses estiveram ontem reunidos com o presidente Agostinho Carolas. Conclusão: os profissionais «azuis» só alinharão perante o Feirense, no próximo dia 15, se na vèspera a assembleia geral da colectividade do Restelo exprimir, num voto de confiança aos dirigentes e técnico, o respeito pelo trabalho que tem sido feito e permitiu já, para além de muitas outras realizações, a chegada ao 4.º lugar no campeonato nacional de futebol, numa inequívoca prova de que o rumo que percorrem é o mais correcto e produtivo.

António Medeiros, que tem estado em tratamento médico, chegou a apresentar pedido de demissão das suas funções, no que foi imediatamente demovido por todos os dirigentes e jogadores que estão a seu lado. Mas o problema persiste: ou a massa associativa «azul» proporciona aos directivos, ao técnico e aos jogadores um clima de calma e serenidade para o trabalho, ou não há Belenenses-Feirense. Declaram os jogadores: **os vândalos que agrediram António Medeiros, que calcem botas e joguem por nós. A gente e o treinador não pomos os pés no Restelo, nesse dia.**

Resta esperar que a assembleia geral do Belenenseslenenses, em peso e por unanimidade, tome a coerente atitude de que se impõe: o clube é grande demais para estar ao dispor de mei dúzia de antidesportistas.

Mais um brasileiro para o Marítimo: este dá pelo nome de «Fico» e foi cedido, a título de empréstimo, pela Portuguesa de São Paulo

NACIONAL DE JÚNIORES

Para esta tarde (18 horas) estão indicados dois jogos do nacional de juniores: Porto-Oliveirense e Bucelenses-Benfica.

FAFE EM CAUSA

O Conselho Jurisdicional da Federação negou provimento ao recurso apresentado pelo Fafe, respeitante ao seu jogo com o Vila Real, a 26 de Fevereiro.

LEIXÕES INQUIRIDO

As conclusões do inquérito movido ao Leixões por factos registados no jogo com o Penafiel, são hoje analisadas pelo Conselho de Disciplina federativo.

BARREIRENSE RECRUTA

Mais um cufista que se transfere para o Barreirense: o defesa Frederico ingressa no «team» dirigido por Manuel de Oliveira.

ATENÇÃO, SACAVENENSES

Para os assòciados do Sacavenense é Dia de Clube, no próximo domingo. Quem quiser ver o jogo com «O Elvas» terá de adquirir bilhete especial.

RESERVAS

Esta noite (21 horas) joga-se para o campeonato lisboeta de reservas: Olivais-Casa Pia e Loures-Vitória, ambos para o torneio da 3.ª divisão.

INICIADOS EM ACÇÃO

Para uma competição de iniciados, há hoje vários jogos: Olivais Sul-Económicos (19 horas), Mouros-Casa Pia (20 e 30), em Pina Manique, Domingos Sávio B-Palmense (19) e Império do Cruzeiro-Boa Hora (19 horas, no Boa Hora).

DISCIPLINA

A Comissão Disciplinar da UEFA (União Europeia de Futebol) suspendeu quatro jogadores pertencentes a equipas que disputarão as meias-finais das taças europeias, todos por terem sido punidos com uma segunda advertência. Trata-se de André Guesdon (Bastia), Kurt Becker (Grasshopers), Johan Neeskens (Barcelona) e Danny de Cubber (FC Bruges).

PORTO REFORÇA-SE MAIS

Depois de Lima Pereira e Marco Aurélio (Varzim), Frasco (Leixões), Óscar (Estoril) e Costa (Acadèmico), o FC do Porto (que já possui o mais completo «plantel» de clubes portugueses) acaba de contratar o defesa Vieira (do Estoril). O filho do treinador Vieirinha firmou compromisso com os nortenhos por duas temporadas.

INTERNACIONAIS PARTICULARES

Jogos internacionais de características particulares, ontem efectuados: Suíça, 0-Áustria, 1 e RDA, 0-Suècia, 1.

SIMÕES TREINADOR

O «internacional» António Simões, deputado à Assembleia da República (pelo CDS) aceitou o convite para treinar o União de Tomar.

DI STEFANO: O MAIOR

O jogador hispano-argentino, Alfredo Di Stefano, foi homenageado em Madrid, como **«o melhor jogador de todos os tempos»**. O motivo desta homenagem assentou numa futura escola de futebol que irá ser inaugurada em toda a Espanha, pedindo os directores desta nova organização que Di Stefano seja o director-geral e professor da mesma.

Di Stefano afirmou, na altura: **«só posso agradecer-vos por se lembrarem de mim nestes momentos»**.

O grande «la saeta rubia» (como era conhecido) recebeu uma estatueta acompanhada de uma placa, recordando que foi «o melhor jogador de todos os tempos».

Hora e meia antes da agressão: sorridente, encaixando a graça, António Medeiros mostra o chuveiro que o Estoril Praia lhe ofereceu, como réplica aos seus comentários a respeito das instalações desportivas do clube que serviu. No final do Belenenses-Estoril, o empate sem golos despoletou meia dúzia de energúmenos que agrediram o treinador «azul»

MODALIDADES EM DESFILE

XADREZ

Fernando Silva levou de vencido Joaquim Durão e revalidou o título nacional de xadrez.

BOXE

Os pugilistas João Miguel e João Magalhães foram derrotados na 1.ª jornada do torneio internacional de boxe «Boxam 78», a disputar-se em Santa Cruz de Tenerife (Espanha). Em combate da categoria de «mínimos», João Miguel perdeu aos pontos com o espanhol Llata, enquanto na categoria de «meios-leves» João Magalhães foi derrotado, por inferioridade, ao 3.º «assalto», pelo venezuelano António Esparragosa.

TÉNIS DE MESA

Em 8 e 9 de Abril decorrerá o Congresso Extraordinário da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa nas instalações do ISEF.

NOTARIADO PORTUGUÊS
1.º Cartório Notarial de Lisboa

Certifico para efeitos de publicação que por escritura de sete do corrente mês, exarada desde folhas setenta e uma, verso, a setenta e três, do livro número A-duzentos e vinte e seis, de escrituras deste Cartório, Arminda da Conceição Lourenço deixou de fazer parte da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma «Arminda e Alice, Limitada», com sede e estabelecimento em Lisboa, na Rua Entre Campos números catorze-D e catorze-E e autorizou que o seu nome continuasse a figurar na firma social.

Está conforme ao original e declara-se que na parte omitida, nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

Lisboa, vinte e nove de Março de mil novecentos e setenta e oito.

O Ajudan
(assinatura ilegíve

NOTARIADO PORTUGUÊS
Cartório Notarial de Mafra a cargo da licenciada em Direito Maria José Pimentel Pigueira e Silva

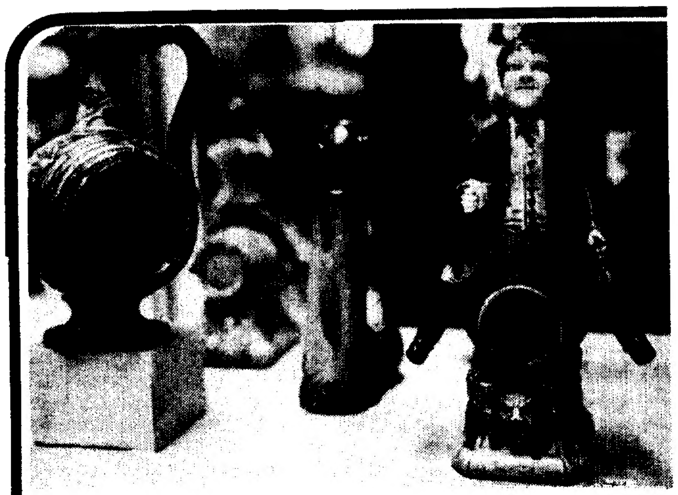
Certifico para efeitos de publicação que no dia 22 de Março corrente, de fls. 52 a fls. 53 v.º, do livro C-25, para «escrituras diversas», deste Cartório, foi lavrada uma escritura de Justificação Notorial, na qual Leonel Soares Pereira e mulher Maria do Rosário Ferreira Pereira, casados no regime de comunhão geral de bens, naturais da freguesia do Milharado, deste concelho, onde residem no lugar de Asseiceira Grande, justificaram que, com exclusão de outrem, são donos e legítimos possuidores do seguinte imóvel: Prédio urbano, sito no indicado lugar da Asseiceira Grande: inscrito, na respectiva matriz urbana, sob o artigo 1836, com o rendimento colectável de 1.404$00, de que resulta o valor matricial atribuído de 28.080$00. Que o referido prédio encontra-se omisso na competente Conservatória do Registo Predial e, conquanto, não haja documento que permita fazer a prova do direito de propriedade nem registo do respectivo título ou de mera posse, a verdade é que os outorgantes Leonel Soares Pereira e mulher possuem o referido imóvel há mais de 20 anos, com exclusão de outrem e de boa-fé, pelo que o adquiriram por usucapião.

E CERTIDÃO NARRATIVA PARCIAL, que fiz extrair, a qual vai conforme o original quanto à parte transcrita, e, certifico que na parte omitida da referida escritura, nada há em contrário ou além do que fiz transcrever.

Mafra, 22 de Março de 1978

O Ajudante
(Maria Manuela Beirão Climaco Delgado)

Roteiro Cultural



Algumas das peças que figuram na exposição de cerâmica das Caldas

Hoje

O acontecimento do dia é a Exposição de Cerâmica das Caldas, ontem inaugurada no Museu de Arte Antiga. Perder esta Exposição é perder uma oportunidade rara, que poderá não voltar a repetir-se senão daqui a muitos anos, de estudar a obra cerâmica de Bordalo, dos seus contemporâneos e dos seus continuadores. Trata-se de um autêntico acontecimento cultural que ninguém, minimamente interessado na cultura portuguesa, pode perder.

Bresson continua no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian. O «Ciclo de Cinema Robert Bresson» prossegue hoje com a exibição do filme «Les Anges du Peché» (1943-44). Os bilhetes custam 10$00 e estão à venda na Fundação. O espectáculo começa às 21 e 30.

Música em Setúbal. O flautista Jeffrey Cohan e o cravista John Whitelaw dão um concerto em Setúbal na Academia de Música. Este concerto é patrocinado pela Secretaria de Estado da Cultura e pelo Serviço de Imprensa e Cultura da Embaixada dos Estados Unidos da América.

Em Santarém, o «Domingo» chega à quarta-feira. Integrado na «Quinzena do Cinema Português», e hoje exibido em Santarém o filme «Domingo à tarde» de António Macedo. A exibição tem lugar no Teatro Rosa Damasceno às 21 e 15. Quem vive em Santarém e gosta de cinema não deve perder este festival de cinema português que se deve à iniciativa de um cineclube merecedor do apoio de todos.

O «ballet» da Fundação Gulbenkian está em Espinho. Hoje, às 21 e 30, quem vive em Espinho tem a oportunidade de ver o «ballet» da Fundação Gulbenkian no Teatro S. Pedro. Trata-se de um acontecimento artístico que não pode deixar de atrair quantos se interessam por «ballet». O Teatro S. Pedro irá esgotar a lotação?

Sol, mar e música. Se vive no Algarve ou se está em férias nessa província, não deixe de ir hoje, às 21 e 30, à Igreja Matriz de Albufeira ouvir o guitarrista Piñero Naguy. O concerto integra-se na «Semana de Música da Primavera», uma iniciativa da Comissão Regional de Turismo do Algarve que tem o apoio da Secretaria de Estado da Cultura e da Fundação Gulbenkian. Esta Comissão Regional de Turismo bem pode classificar-se de incansável...

Se está interessado em saber o que Gina Pane fez entre 1968 e 1978 vá hoje à Galeria Quadrum onde esta artista falará sobre o assunto e projectará «slides». A Galeria Quadrum é no Palácio dos Coruchéus.

Judeus e cristãos novos é o tema de uma conferência que Jorge Borges de Macedo profere hoje, às 21 e 30, na Fundação António de Almeida do Porto.

Fernando Pessoa continua na ordem do dia. Encerra hoje, no Porto, o I Congresso Internacional de Estudos Pessoanos com uma sessão de encerramento em que serão lidas comunicações feitas ao longo das sessões e, ainda as conclusões do mesmo. Sabe, a propósito, que em 1976, se venderam 12 432 volumes das obras de Pessoa? Para lhe dar uma ideia da popularidade deste poeta, basta dizer que durante os vinte dias da Feira do Livro se venderam em 1977, 1200 livros seus (700 em 1975 e 1000 em 1976).

Encerra hoje o ciclo de três sessões do **Encontro sobre o Ensino Superior Artístico** levado a cabo pelo Departamento de Belas-Artes e «design» da Escola Superior de Belas-Artes. Intervêm, entre outros, os pintores Rogério Ribeiro e Rocha e Sousa, bem como Rui Mário Gonçalves e João de Freitas Branco.

Se vive, ou está, em Braga, vá esta noite à Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian (anexa ao Hospital de S. Marcos) ver a peça «Décima turista», de Mendes de Carvalho, posta em cena pelo Grupo de Teatro Amador de Braga.

Atenção: o recital de Maria João Pires marcado para hoje foi adiado «sine die» por esta pianista se encontrar doente. Pelo mesmo motivo, Maria João Pires não actuará no Concerto da Orquestra Gulbenkian marcado para o dia 19, em que seria solista.

Maria João Pires

Amanhã

O grandioso barroco e o grandioso rococó são os temas do «Curso de História de Arte» que Manuel Rio de Carvalho dirige na Fundação Gulbenkian. Para hoje, uma lição intitulada «As Artes Decorativas nos Séculos XVII e XVIII».

«As esculturas da catedral de Estrasburgo» serão o tema de uma conferência que o professor dr. Otto von Simson profere, às 18 e 30, no Instituto Alemão.

«Metais de Lisboa» é o nome do grupo musical que actuará amanhã na Igreja Matriz de Portimão. Trata-se de outro concerto integrado na «Semana de Música da Primavera» do Algarve.

Eanes

Continuação da pág. 13

«Cabe a V. Ex.ª e a todo o Exército, muito em especial ao seu Quadro Permanente — oficiais, sargentos e praças — constituir-se em equipa disciplinada e coesa capaz de regular o Exército, no sentido de o tornar apto a cumprir as missões que constitucionalmente lhe são cometidas, com um mínimo de despesa e um máximo de oportunidade e eficiência.

Trabalho difícil, mas à altura de V. Ex.ª e dos seus colaboradores, desde que resistam à tentação de admitir ou aceitar compromissos, de aplicar ou deixar adoptar meias medidas, que são, em matéria militar, sempre medidas erradas».

As qualidades repetidamente afirmadas por V. Ex.ª no decorrer de uma já longa carreira militar, são penhor e garantia da acção que irá desenvolver, resolvendo sem soluções de continuidade os problemas que o seu antecessor, coronel Rocha Vieira, com tanta competência, dedicação e inteligência equacionou ou conduziu a situações de opção.

Não pretendo enumerar os objectivos principais da missão que ora lhe é atribuída, não posso deixar de salientar a prioridade de actuação na instrução, na administração do pessoal e na reorganização territorial.

Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército

Estou certo de que V. Ex.ª saberá responder à dimensão histórica da missão que a Nação lhe confia: fazer do Exército uma instituição verdadeira e correctamente nacional, para bem de Portugal e dos portugueses.»

MULHERES CONTRA O CUSTO DE VIDA

Manifestação dia 14 junto do MCT

As mulheres vão manifestar-se em 14 do corrente contra o aumento do custo de vida, defronte do Ministério do Comércio. A iniciativa, ontem anunciada em reunião com os jornalistas, pertence ao departamento respectivo da USL, ao MDM e à Comissão Unitária das Mulheres contra a alta do custo de vida do distrito de Lisboa. Entretanto em paralelo as militantes das três organizações desenvolverão nos seus locais de trabalho, e através dos órgãos do Poder Local, uma mobilização das mulheres contra as «medidas de austeridade» contidas no «Pacote 3» que o Governo se apresta para comunicar.

Na conferência as promotoras da concentração chamaram a atenção das mulheres para a necessidade de «pôr um travão a esta política do Governo, porquanto as medidas agora tomadas não nos vão libertar da crise», mas pelo contrário agravá-la.

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO ÀS 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado, o vento era fraco caíam aguaceiros nas regiões do Sul e havia neblina nos do Norte e Centro.

TEMPERATURAS DO AR

VIANA DO CASTELO	11.º
BRAGANÇA	6º
VILA REAL	8º
PORTO	12º
PENHAS DOURADAS	1º
COIMBRA	10º
PORTALEGRE	8º
LISBOA	9º
ÉVORA	10º
SINES	13º
BEJA	11º
SAGRES	13º
FARO	13º
PONTA DELGADA	13º
FUNCHAL	15º

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima 18,2º

PENHAS DA SAÚDE

Mínima 0º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
1.17	3,9 m	7.11	0,9 m
13.46	3,9	19.20	0,9 m
Dia 6			
2.04	4,1 m	7.54	0,8 m
14.30	4.0 m	20.10	0.8 m
Dia 7			
2.48	4,2 m	8.32	0,8 m
15.10	4,1 m	20.48	0,8 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Períodos de céu muito nublado; vento em geral fraco predominando de noroeste; aguaceiros pouco frequentes a sul do Tejo; neblinas matinais durante a madrugada e princípio da manhã nas regiões do Norte e Centro; melhoria gradual do estado do tempo nas regiões de norte do Mondego.

— AMANHÃ —

NASCER AS 7.15
OCASO AS 20.05

DIA 7 DIA 15 DIA 23 DIA 29

rádio

1.º Programa: **18.00** Música portuguesa, **18.30** Temas de saúde — música portuguesa; **19.00**: Orquestras, **19.15** «O Mundo é a nossa casa» — música variada, **20.00** Jornal da noite; **20.30**: Melodias, **21.00** 8.º episódio do folhetim «Eusébio Macários», de Camilo Castelo Branco, numa adaptação de Natália Gonçalves, **21.14** «Contraponto», **24.00** «Último jornal», **00.20** Música Portuguesa, **01.00** «Música na noite»,

2.º Programa: **17.00** Sinfonia n.º 8 em mi bemol maior (Sinfonia dos mil), de Gustav Mahler, **18.25** Música de Câmara: — Sonata n.º 8 em sol menor, de Tartini, — Sonata p/violino e piano n.º 1 em Fá menor op. 80, de Prokofieff, — Quarteto de Cordas n.º 5 (1934), de Bela Bartok, **19.35** Música de Vanguarda: — «Kanon» para orquestra e fita magnética, de Krzysztof Penderecki, — «Solitaire», Barbara Klob, **20.00** Música de Piano: — Sonata em si bemol maior, K. 281, de Mozart, — Peças de Fantasia, op. 12, de Schumann, **21.00** Ópera comentada por Maria Helena de Freitas, **23.00** «Intercâmbio musical»: «Dias Mundias de Música 1976 — uma organização da Sociedade Internacional de Música Contemporânea (gravações cedidas pela National Public Radio (EUA) — Quarteto de cordas (1975), de Tadeas Salva (Checoslováquia), — Sonata p/piano, de René Koering (França).

3.º Programa-Nacional e Regional (290 m): **18.00** Vertical, **18.20** Prevenção e saúde, pelo dr. José Matildes, **18.50** Temperaturas do ar, **19.05** Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa, **20.15** A lei em que vivemos, pelo dr. Ruy Moura Guedes, **21.30** «Quando o telefone toca», **22.00** «Suplementos», **22.05** «Quando o telefone toca».

3.º Programa-Loc. 1 (187,5 m): **16.00** «Convite», **18.00** «Compasso», **18.15** Sal e pimenta (repetição), **18.30** Ídolos do cinema, **20.10** «Hoje convidámos...», **20.40** Serviço de Agenda.

4.º Programa-Emissão Total em Estereofonia: **16.00** «Gong» Música popular do Brasil — «Os cantores do Rádio» (repetição), **19.00** «Em órbita», **20.00** «Forum» — Realização de Jorge Lopes, **22.00** «Auditório» **22.05** A RDA divulga jazz com a colaboração do Hot Clube de Portugal, **00.00** «Prisma» — Realização de Fernando Quinas, **02.00** Fecho

RADIO RENASCENÇA

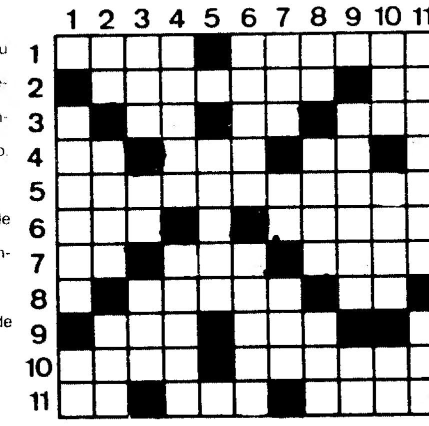
19.00 Programa da Liga dos Amigos de RR, **20.00** Objectivo, **20.53** Apelos, **21.05** Pentagrama, **21.30** Som da Noite, **22.00** Quando o telefone toca, **22.30** Temas Vivos, **23.30** Textos e Pretextos, **23.55** Meditando.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 12008

HORIZONTAIS:

1 Pronome indefinido. Sujara ou molhara com baba.
2 Fazei aparecer. Sufixo que designa abundância.
3 Apelido. Artigo indefinido. Grande quantidade.
4 Batráquio. Víscera dupla. Cério (s.q.)
5 Concluíram.
6 Consta. Desmonta.
7 Césio (s.q.). Possui. Serra de Portugal.
8 Artigo definido. Educam. Pertences
9 Pronome relativo. Lista
10 Transpiram. Enterrar
11 Pronome pessoal. Espaço de doze meses. Acervo.



VERTICAIS:

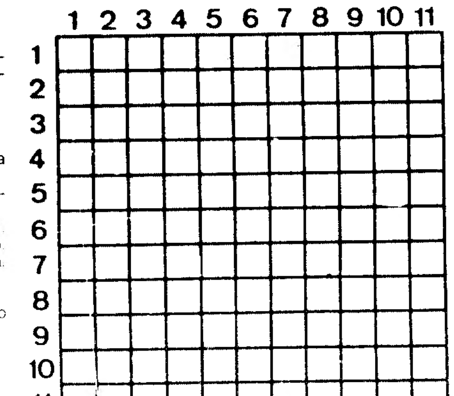
1 Vaso, geralmente de boca estreita e destinado a líquidos. Sua Majestade.
2 Preposição latina que designa movimento. Anéis. Alguma coisa.
3 Ofereças. Rádio (s.q.). Planta apocinácia, cujo suco é empregado para envenenar as frechas dos Mandingas
4 Afie. Sinal de dierese.
5 Solucei.
6 Nevoeiro. Nome de mês
7 Medidas de líquidos da Holanda, Alemanha e Suíça. Basta. Maior.
8 Bismuto (s.q.). Cobertura. A família.
9 É digno de. Seis em romano
10 Rate. EScudeiros. Amónio (s.q.).
11 Ordenar. Agora

Resolveu completamente este problema?
Procure agora, em segundo passatempo, o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 8068

HORIZONTAIS:

1 Doutoras. Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria.
2 Intimidai.
3 Baús. Página
4 Item. Escolher. Zombara.
5 Libertas inteiramente de uma obrigação.
6 Vai pelo ar com grande velocidade. Prendo.
7 Pertences. Artéria. Ouro. (s.q.).
8 Preposição e artigo definido. Ruim. Nome de Buda na China.
9 Cruel. Época
10 Nome de pássaros
11 Figura que simboliza o povo americano. Irmã.



VERTICAIS:

1 Cidade de Portugal. Reis.
2 Rádio (s.q.). Irmãos do pai. Filtra.
3 Deseja. Bário (s.q.). Arão.
4 Presta bom ofício. Grande médico francês discípulo de Pasteur.
5 Aguçou. Idem.
6 Escavara. Assim seja.
7 Conjunção. Quinto filho de Jacob. Anéis.
8 Suspiro. Rói. Escudeiro.
9 Trilhou. Senhor.
10 Peso indiano. Crença.
11 Aeriforme. Bromo (s.q.)

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 12007

HORIZONTAIS:
1 Aaram. LOBOS
2 Falua. Arara
3 Saturais
4 Na. Rara
5 Ag. Ien. Pa
6 Or. Ana. Bo
7 Ios. Lavo
8 Parar. Pi. Ou
9 Ar. Ras. Ocar
10 Ras. NAO. Do
11 Amarias. Sos

VERTICAIS:
1 Fa. SAO. PARA
2 Tas. Criaram
3 Ulano. Or. Sa
4 Aura. Asar
5 Mal. Ir. Rani
6 Ireis. Saa.
7 Latana. Os
8 Orar. Lio.
9 Bara. Ba
10 Ora. POVOADO
11 Sassa. Ouros.

Provérbio: LOBOS NÃO SAO PARA O POVOADO

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8067

HORIZONTAIS:
1 Pora. Gramar
2 Alao. Rabu
3 Ras. [illegible]
4 Rios. Soter
5 As. Ar. Ar
6 Clama. Ano
7 Pompeia. Ar
8 Ar. Oar. Sau
9 Sar. Na
10 Eterais. Mao
11 Sa. Ar. Amaço

VERTICAIS:
1 [illegible]
2 [illegible]
3 Rase. Or. Re
4 [illegible]
5 [illegible]
6 Gras. Meigo.
7 [illegible]
8 [illegible]
9 [illegible]
10 [illegible]
11 Res. Moldado

farmácias

Lisboa

TURNO 3

Até às 22 horas

ALENTEJO — Av. da Igreja, 28-B. Tel. 892682. **ALGARVE** — Pr. de Roma, 7-B. Tel. 801478. **ASCENSO** — Praça Norte, 11-A (B.° da Encarnação). Tels. 311216-310172. **BAIRRO AZUL** — Av. Ressano Garcia, 7-A. Tel. 571451. **BARRAL** — R. Augusta, 225. Tels. 361534-361535. **BENFICA** — Estr. de Benfica, 678-E. Tel. 702532. **CAMPO PEQUENO** — Av. Júlio Dinis, 10. Tel. 771661. **CENTRAL DE CAMPOLIDE** — R. General Taborda, 17. Tel. 680303. **CENTRAL DO LUMIAR** — R. do Lumiar, 77. Tel. 790480. **CONFIANÇA** — Av. Almirante Reis. Tel. 821653. **CRUZ NUNES** — Pr. Duque de Saldanha, 14. Tel. 41845. **FERNANDES BORGES** — Rua C. Benguela, Lote 30. Tel. 311091. **GRIJÓ** — Rua do Grilo, 25. Tel. 385264. **LARANJEIRA** — R. Filipe da Mata, 160-162. Tel. 761035. **LOBEL** — Rua Infantaria 16, 98-B. Tel. 688807. **MARLUZ** — C. da Picheleira, 140-B-C. Tels. 720703-728395. **MODELAR** — L. Dr. Antônio Macedo, 7-A. Tel. 608896. **NOVA LISBOA** — R. Guilhermina Suggia, 12. Tel. 727721. **S. NUNES SIMÕES** — Rua do Quelhas, 1. Tel. 661275. **REMISIO** — Rua dos Jerónimos, 14-C. Tel. 631699. **ROSA & VIEGAS** — Rua de S. Vicente, 31. Tel. 864351. **S. JORGE** — Largo do Leão, 3-A-B. Tel. 534027. **SEPOL** — C. da Boa-Hora, 94-a. Tel. 631958. **SILMAR** — Rua de S. Lázaro, 128. Telef. 42829. **VIEIRA BORGES** — R. Alexandre Herculano, 28-30. Tel. 40536. **VITEX** — E. de Benfica, 373-B. Tel. 780548.

Permanente

ALGARVE — Av. de Roma, 7-B. Tel. 801478. **BARRAL** — Rua Augusta, 225. Tel. 361534-361535. **BENFICA** — Estr. de Benfica, 678-E. Tel. 702532. **CENTRAL DO LUMIAR** — Rua do Lumiar, 77. Tel. 790480. **CONFIANÇA** — Av. Almirante Reis, 46-B. Telef. 821653. **CRUZ NUNES** — Pr. Duque de Saldanha, 14. Tel. 41845. **S. NUNES SIMOES, SUCR.** — Rua do Quelhas, 1. Tel. 661275. **REMISIO** — R. dos Jerónimos, 14-C. Tel. 631275. **LOBEL** — R. Infantaria 16, 98-B. Tel. 688807.

NOTA — As farmácias que não estão de serviço permanente encerram das 13 às 15 horas para almoço.

Outra Banda

ALMADA — Magalhães — R. Capitão Leitão, 8-B. Tel. 2750242. **COVA DA PIEDADE — Rainha Santa** — Est. das Barrocas, 50-A. Tel. 2494182. **LARANJEIRO — A. Araújo** — Laranjeiro de Fora. **COSTA DA CAPARICA — Higiénica** — Av. da República, 23. Telef. 2400020. **SESIMBRA — Leão** — Av. da Liberdade, 13. Tel. 2233471. **BARREIRO — Pimenta** — Rua Cons. Joaquim Ant. de Aguiar, 259. Tel. 2073012. **SEIXAL — Soromenho** — R. Paiva Coelho, 38. Tel. 2218560. **MONTIJO — Montepio** — R. Almirante Reis, 93. Telef. 22310035. **MOITA — União Moitense** — Av. Dr. Teófilo Braga. Tel. 239025. **ALHOS VEDROS — Gusmão** — Rua Cândido dos Reis, 30. Tel. 204020. **ALCOCHETE — Nunes** — L. Coronel Ramos da Costa, 10. Tel. 234137

Linha de Cascais

ALGÉS — Almeida Nifo — Av. Comb. G. Guerra, 64. Tel. 2112070. **ALCABIDECHE — Carvalho** — Até às 21 horas. **PORTO SALVO — Ferreira Bastos** — Até às 21 horas. **CARCAVELOS — Central** — Até às 24 e das 0 às 9 horas. **Vilar** — Até às 22 horas. **S. DOMINGOS DE RANA — Godinho da Silveira** — Av. se Saboia, 29-B. Tel. 260085. **PAÇO DE ARCOS — Trindade Brás** — Rua Costa Pinto, 184. Tel. 2432034. Até às 22 horas. **OEIRAS — Godinho** — Rua Cândido dos Reis, 98. Tel. 2430090. Até às 24 e das 0 às 9 horas. **NOVA OEIRAS — Leal** — Até às 21 horas. **PAREDE — Brandão** — Av. da República, 77-C. Tel. 2471054. Até às 24 e das 0 às 9 horas. **Junqueiro Mendes** — Até às 21 horas. **AMOREIRA — Amoreira** — Tels. 262313-267314. Até as 22 horas. **MONTE ESTORIL — Ostende** — R. de Espinho, 1. Tel. 260391. Até às 21 horas. **CASCAIS — Nova** — Estr. de Alvide — Fontainhas. Tel. 281044. Até às 21 horas. **Marginal** — Av. Marginal. Tel. 280078. Até às 24 e das 0 às 9 horas.

Linha de Sintra

AMADORA — Amadora — Rua 28 de Maio, 3-A. Tel. 935518. Permanente. **Clabel** — R. António Sardinha, 23-D. Tel. 938551. Até às 22 horas. **DAMAIA — D. João V** — Av. Gurgel do Amaral, 2-A. Tel. 970461. **QUELUZ — André** — Av. Elias Garcia, 151. Tel. 950043. **CAMARATE — Batalha** — R. Avelino S. Oliveira, 6. Tel. 2518669. **CACÉM — Guerra Rico** — Entre Lotes, 6 e 7. Freixo Capitão. Tel. 2944002. **MEM MARTINS — Quimia** — Estr. de Mem Martins, 289. Tel. 2910012. Permanente. **AGUALVA-CACÉM — Nova Sintra — P. N. Torre,** 310. Até às 2030 horas. **MERCÊS — Claro Russo** — Até às 21.30 horas. **RIO DE MOURO — Riomouro** — Av. Óscar Mont. Torres, 8. Tel. 296094. **SINTRA — Misericórdia** — Vila. Tel. 2930391. Permanente.

Porto

(De dia e só até às 22 horas)

FOZ — R. Senhora da Luz, 380. Foz. Tel. 680127. **ALÍRIO DE BARROS** — Rua de Costa Cabral, 240. Tel. 480593. **MAGALHÃES** — Rua de Serralves, 566. Tel. 63561. **NOVA DE MONSANTO** — Rua de Monsanto, 148. Tel. 490889. **CORREIA** — Pr. Mouzinho de Albuquerque, 78. Tel. 60869. **CORUJEIRA** — R. de s. roque da Lameira, 1473. Telef. 51928. **COUTO** — Largo de S. Domingos, 106. Tel. 25963-311965. **LUSO-FRANCESA** — Rua Sá da Bandeira, 140. Tel. 26134.

(De dia e toda a noite)

LAPA — Rua Antero de Quental, 211. Tel. 480697. **GOMES CARNEIRO** — R. de Cedofeita, 348. Tel. 23420. **CENTRAL** — Rua de Santo António, 203. Tel. 21684.

Coimbra

(Das 9 às 9 horas do dia seguinte)

NAZARÉ — Rua Ferreira Borges, 135-139. Tel. 22605. **CRUZ & COSTA** — Rua A. Vasconcelos, 71-71-A. Telef. 22715.

cartaz de cinemas e teatros

abCINE 803055
14.30, 16.30, 18.30, 21.30 e 23.30 h.
Não acons. a menores de 18 anos
BRANNIGAN
Com John Wayne
Sala B — Não acons. men. 13 anos
15.17.00, 19.00, 21.30 e 23.30 h.
ANNIE HALL

ALVALADE 897480
Av. Roma
Às 15.15 e 21.30
Uma história de Amor e Justiça
O CAMINHO DA VERDADE
com Dharmendra, Hema Malini e Shatrughan Sinha
Não acons. a men. 13 anos

APOLO 763319
Av. Júlio Dinis, 10-A
Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30 e 21.30
4.ª SEMANA
AS FÉRIAS DO SR. HULOT
PARA TODOS
Hoje às 23.30 (18 anos)
A MANSÃO DA LOUCURA
Interd. a men. 18 anos

AVIS 547163
Av. Duque D'Ávila, 45
14, 16.30, 19 e 21.30 h.
Com policias destes ninguém está seguro!
A SUPERPATRULHA
com Terence Hill e Bud Spencer (Crime Busters)
4.ª Semana
Não acons. a men. 13 anos

BERNA 776098
Av. Marquês de Tomar
14, 16.30, 19 e 21.30
7.ª Semana
Richard Harris, Charlotte Rampling, Will Sampsom em
ORCA, A FÚRIA DOS MARES
um filme de Michael Anderson
Technicolor
Interd. a men. de 13 anos

CALEIDOSCÓPIO 795093
Campo Grande
14.00, 16.30, 19.00, 21.30
6.ª Semana
FUGA NO SÉCULO 23
com Michael York, Jenny Agutter, Peter Ustinov
Não acons. a men. 13 anos

CASTIL 530194
Rua Castilho
Às 15.30, 18.00 e 21.30 h.
Não acons. a men. 13 anos
Ninguém o conhecia. Ninguém. Só ela!
Al Pacino e Marthe Keller, em
UM MOMENTO... UMA VIDA
Um filme de Sydney Pollack
5.ª Semana

CINE CITY
Rua Tomás Ribeiro, 34
14.30, 16.45, 19, 21.30, 23.45
Para todos
A maior gargalhada do cinema francês!
O ANJINHO
com Louis de Funès
2.ª semana

CINEBOLSO 573407
Rua Actor Taborda, 27-B
12.30, 14.30, 16.45, 19, 21.30
SEXO NA SUÉCIA
Às 24 horas
DEUS PERDOA... EU NÃO
Grupo C (M. 14 anos)

CONDES 322523
Av. da Liberdade, 2
Às 14, 16.30, 18.45 e 21.30 h.
VIOLÊNCIA E PAIXÃO
Não acons. a menores de 18 anos
A obra-prima de Luchino Visconti

DOIS MIL 2100055
Av. Bombeiros Voluntários Lote 113 — Algés
Para todos
15.30, 18.00 e 21.30
ORCA, A FÚRIA DOS MARES

EDEN 320768
P. dos Restauradores, 21
14.00, 16.30, 19.00, 21.30
7.ª Semana
ORCA, A FÚRIA DOS MARES
Interdito a menores de 13 anos

ESTÚDIO 555135/5
Al. Afonso Henriques, 35
As 15.30, 18.30 e 21.30 h
Prémio de realização do Festival de Cannes
Nino Manfredi, em
FEIOS, PORCOS E MAUS
7.ª Semana
Considerado pela Comissão de Classificação dos Espectáculos filme de qualidade

ESTÚDIO 444 779095
Av. Defensores de Chaves, 83
Às 15.30, 18.30 e 21.30 h.
Não acons. a men 13 anos
O CASAL
com Jose Wilker (o «Dr. Mundinho») Sonia Braga (a «Gabriela»)

EUROPA 661016
R. Almeida e Sousa, 35
Às 15.15 e 21.30 h.
21.30
Interdito men. 18 anos
ROLETA RUSSA

IMPÉRIO 555134/5
Al. Afonso Henriques, 35
15.15, 18.30 e 21.30 h.
3.ª Semana
Não estamos sós
ENCONTROS IMEDIATOS
do Terceiro Grau. O espectáculo mais deslumbrante de todos os tempos

LONDRES 801313
Av. de Roma, 7-A
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30
Não acons. a men. 18 anos
JULIA
com Jane Fonda
Filme de qualidade

MONUMENTAL 555131
P. Duque de Saldanha
15.15, 18.15 e 21.15
Não acons. men. 13 anos
Em 2.ª semana
A GRANDE AMEAÇA
c/ Burt Lancaster

MUNDIAL 538743
R. Martens Ferrão, 12-A
15.15, 18.30 e 21.30 h.
Não acons. men. 13 anos
MAS QUE GRANDES VIGARISTAS
c/ Sidney Poitier e Bill Conhy
Em 3.ª semana
Não acons. menores 13 anos

NIMAS 574362
Av. 5 de Outubro, 42-B
14.15, 16.45, 19 e 21.30
O VENDEDOR DE SONHOS
de Peter Bodgnnoich
Para todos

NOVOCINE 840678
Av. General Roçadas, 7
A verdade indiana sobre a droga
VIVA RAMA VIVA KRISHNA
com Mumtaz e Dev Anand
Não acons. menores 13 anos

ODEON 326283/4
R. Condes, 12 a 20
Não acons. a men. 18 anos
Estreia às 15.15 e 18.15 h.
HISTÓRIA DE UMA FREIRA DE CLAUSURA

OLYMPIA 325309
Rua Condes, 11 a 23
Sessões contínuas a partir das 14.00 h.
SEX CONCERT
2.ª semana
com cenas eventualmente chocantes
Interdito a menores de 18 anos

PATHÉ 821933
R. Francisco Sanches, 122
14.15, 16.30, 18.45 e 21.30
Não acons. a men. 18 anos
Uma grande história de amor!
JOVENS APAIXONADOS
Com: Rishi Kapoor, Neetu Singh e Rakesh Roshan
3.ª Semana
Em Eastmacolor

POLITEAMA 326305
R. Portas de St.° Antão
Às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h
O ÚLTIMO MUNDO CANIBAL
Interdito a men. 18 anos

QUARTETO 771378
R. Flores de Lima, 16
SALA 1 — 14.30, 16.45, 19, 21, e 23 h.
NÓS POR CÁ TODOS BEM
Não acons. men. 13 anos
SALA 2 — 14.30, 16.45, 19.00, 21.00 e 23.00
CRAZY HORSE DE PARIS
SALA 3 — 15, 17, 19, 21 e 23 horas
OUTLAW BLUES
Não acons. men. 18 anos
SALA 4 — 15.00, 17.00, 19.00, 21.15 e 23.30
VÍCIOS PRIVADOS, PÚBLICAS VIRTUDES
Int. a men. 18 anos

RESTELO 810375
Av. Torre de Belém
Às 21.30 h
A ALCOVA DO BISPO
Não acons. a men. 18 anos

ROMA 887778
Av. de Roma, Lote JRB
Às 15.30, 18.30 e 21.30
Não acons. a men. 13 anos
OS TIGRES NÃO CHORAM
Entre um raptor e um assassino aquele homem estava duplamente condenado
com Anthony Quinn, John Phillip Law e Simon Sabela
Um filme de Peter Collison

ROXY 548560
Av. Almirante Reis, 20
14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 h.
Int. a men. 13 anos
DARLING
c/ Julie Christie e Dirk Bogard

SÃO JORGE 579144 - 579344
Av. da Liberdade, 175
Às 15.15, 18.30 e 21.30
(13 anos)
ANNIE HALL
de Woody Allen
Melhor filme do ano
4 oscares

SATÉLITE 562632
Av. Fontes Pereira de Melo, 61
15, 17, 19 e 21.30 h.
AS AVENTURAS DO IRMÃO MAIS ESPERTO DE SHERLOCK HOLMES
Não acons. men. 13 anos
2.ª semana

STAR 804210
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
7.ª semana
Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30
Não acons. a men. 13 anos
PRESSA DE VIVER

TERMINAL (CINE-ESTÚDIO)
Estação do Rossio
11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30
3.ª Semana
EU SOU O MAIOR
Não acons. men. 13 anos
Cassius Clay é Muhammad Ali

TIVOLI 570595
Av. da Liberdade, 188
Sessões às 15.15, 18.30, e 21.30 h.
Walt Disney Productions apresenta
PINOCHIO
Para todos/Technicolor
Falado em Português
3.ª Semana

VOX 880808
Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879
14.15, 16.30, 19 e 21.30
2.ª semana
Para todos
O ANJINHO
A maior gargalhada do cinema francês

D. JOÃO V 971794
Praça Centro Comercial — Damaia
Amanhã às 21.15 h.
ALFIE DARLING
Não acons. men. 18 anos

PALÁCIO FOZ 367031
P. Restauradores
Cinema Fantástico Moderno
2.ª série
LAÇOS ETERNOS
Maiores 18 anos
Às 15.15, 18.30 e 21.15 h

cinemas

Lisboa

COMUNA — «A Mãe», às 21.30 (13 anos).
VARIEDADES — «Aldeia da Roupa Suja», às 20.30 e 22.45. (18 anos).
TRINDADE — «A Centelha» (13 anos).
MONUMENTAL — «E», 21.15 (13 anos).
TEATRO DO BAIRRO ALTO «Cartas de Soror Mariana», 21.45 (13 anos).
MARIA VITÓRIA «Alto e Pára o Baile» 20.30 e 22.45 (18 anos).
LAURA ALVES «Calcinhas Amarelas» 21.30 (18 anos).
MARIA MATOS «Crime do Padre Amaro», 21.30 (18 anos).
ADOQUE «Ora Vê Lá Tu», 21.30 (18 anos).
TRINDADE «Guerras do Alecrim e Manjerona», 21.30 (13 anos).

OUTROS CINEMAS

Lisboa

CAPITÓLIO — «Paraíso Sexual», às 19.00, 21.00 e 23.00 (18 anos).
CINEARTE — «Os Destemidos da Noite», às 21.30 (18 anos).
NOVO CINE — «Viva Rama Viva Krishna», às 21.15 (13 anos).
PROMOTORA — «O Rei do Karaté», às 21.15 (18 anos).
JARDIM — «A Viúva do Diabo», às 21.15 (18 anos).
MOSCAVIDE — «A Rapariga da Casa Isolada», às 21.15 (18 anos).
PARIS — «Funeral para um assassino», às 21.30 (13 anos).
ROYAL — «Cabaret — Adeus Berlim», as 21.30 (18 anos).
LUMIAR — «O Mestre do Kung Fu», às 21.30 (18 anos).

Linha de Sintra

AMADORA — Lido — «O Caminho da Felicidade», às 21.15 (13 anos).
AMADORA — Cinestúdio — «A Honra Perdida de Katharina Blue» (13 anos).

Outra Banda

ALMADA — Incrível — «A história de um fotografo», às 21.15 (18 anos).

Linha de Cascais

ESTORIL — Palácio — «Meu Filho Meu Amor», às 21.15 (18 anos).
CASCAIS — Oxford — «Doces Penetrações», às 21.30 (18 aos).
ALGÉS — Stadium — «Chegou a hora da vingança», às 21.30 (13 anos).
PAÇO DE ARCOS — Chaplin — «É preciso viver perigosamente», às 21.15 (18 anos).
CASCAIS — S. José — «Sol Vermelho», às 21.15 (18 anos).

Porto

ESTUDIO «Homens do Diabo», 21.30 (18 anos).
AGUIA DE OURO — «Vale tudo, até isso», às 21.30 (18 anos).
SA DA BANDEIRA — «Paraíso Sexual», às 21.30 (18 anos).
CAHPLIN «Meu Deus ao que eu chequei», 21.30 (18 anos).
JULIO DINIS — «Convem fazer bem o amor», às 21.30 (18 anos).
CARLOS ALBERTO — «Nem Guerra nem Paz», às 21.30 (13 anos).
BATALHA — «A alcova do bispo), às 21.30 (18 anos).
OLIMPIA — «Aventuras Eróticas de Zorro», às 21.30 (18 anos).
S. JOÃO — «A Mais Louca Aventura de Beau Geste», às 21.30 (13 anos).
TRINDADE — «Encontros imediatos do 3.° grau», às 21.30 (13 anos).
SALA BEBÉ — «Um Momento... uma vida», às 21.05 (13 anos).
PASSOS MANUEL — «Inserts» às 21.30 (18 anos).
VALE FORMOSO — «Herbie no Rally de Monte Carlo», às 21.30 (6 anos).
RIVOLI — Orquestra Sinfónica do Porto, às 21.45.
ESTUDIO FOCO «Fuga no Século 23», 21.30 (13 anos).
CHARLOT — «MCQ — Um detective acima da lei», às 21.30 (18 anos).
COLISEU — «Orca, a Fúria dos Mares», às 21.30 (13 anos).

Coimbra

AVENIDA — «Encontros imediatos do 3.° grau», às 21.30 (13 anos).
GIL VICENTE «Golpe de Ancas», 21.30 (13 anos).
TIVOLI — «Odisseia no espaço», às 21.30 (13 anos).
S. TEOTONIO — «Ivan, o Terrível», às 21.30 (18 aos).

INSCREVA OS SEUS MIÚDOS
NO SACO DE NATAL
Fungugé
Brinquedos, jogos, livros, etc...
CONTACTE-NOS
Av. 5 de Outubro, 77-4.° Dt.°
LISBOA Tel. 548369

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO: RUA CASTILHO, 185-1.º
TELEFONES 654531/2/3
REDACÇÃO, PUBLICIDADE E SERVIÇOS TÉCNICOS: RUA LUZ SORIANO, 44
TELEFONES 321154/5, 320271/2/3, 320229, 372781/2
SERVIÇO DE NOITE (DEPOIS DAS 21):
PORTEIRO 321154, PUBLICIDADE 368740
MENSAGENS GRAVADAS 320229
ENDEREÇO TELEGRÁFICO DIBOA, TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

AMANHÃ NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Orçamento e Plano 78: 40 horas para debate

Sobem amanhã à Assembleia da República duas propostas governamentais sobre a lei do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 1978.

Quarenta horas é o tempo total fixado para estes debates, que ocuparão as manhãs e tardes dos dias 6,7,11,12 e 13 deste mês.

O Governo através da coligação PS/CDS, avança com a certeza de fazer passar as suas propostas, já que à partida dispõe de 137 votos, contra 119 da oposição, estes sem qualquer garantia de coincidência nas votações.

Os debates foram divididos em três partes: numa primeira o Governo fará a apresentação e defesa das respectivas propostas, após o que cada grupo parlamentar poderá lançar os primeiros ataques ou solicitar esclarecimentos, tudo isto ao longo de 188 minutos distribuídos numa segunda parte proceder-se-á ao debate e votação das propostas na generalidade, estando atribuídos a esta fase um total de 17 horas e 20 minutos; finalmente numa terceira parte, serão discutidas e votadas as propostas do Executivo, na especialidade, para o que os deputados e Governo dispõem de 7 horas e 5 minutos.

Aos deputados independentes foram atribuídos 15 minutos (cada um) para todo o debate (neste momento a Assembleia conta com 6 deputados independentes, 5 dissidentes do PS e um afecto, mas não membro do CDS).

No final dos cinco dias de debates parlamentares este Governo deverá contar certamente com os instrumentos económicos que elaborou e que guiarão a política económica e financeira até 1979. Os dois instrumentos, Plano e Orçamento, foram sujeitos a uma última leitura, e ajustamento no último fim-de-semana, estando agora prontos a assumir a forma com que serão apresentados aos parlamentares, que não a forma final dado que, na votação na especialidade, algumas alterações podem ocorrer.

Plano e Orçamento, que contemplam largamente as «receitas» do FMI, constituirão ainda documentos fundamentais nas negociações que este Governo mantém com os círculos financeiros e económicos internacionais, em especial com a CEE e com o grupo de nações envolvido no chamado «grande empréstimo».

CONSELHO DE MINISTROS

Salário mínimo nacional vai subir

O Conselho de Ministros está reunido esta tarde na residência oficial do Primeiro-Ministro em S. Bento. O plenário está a ser aguardado com grande expectativa, sobretudo a partir desta manhã, por se aguardar que o salário mínimo nacional suba para 5700$00.

Esta medida, e outras, naturalmente a aprovar esta tarde, poderiam ser anunciadas pelo próprio Mário Soares dentro de horas pela Rádio e pela Televisão ao País. Hoje de manhã, em contacto com o Gabinete do Primeiro-Ministro, o «DL» não obteve, entretanto, nenhuma confirmação.

Além do salário mínimo nacional, deverão subir ainda outras retribuições mínimas: casos, por exemplo, do salário dos trabalhadores rurais, que deverá subir para 4600 escudos; do subsídio de desemprego, para 4200; e ainda das pensões de reforma, de que não correm números. Os aumentos falados vêm de facto ao encontro de algumas fundamentais reivindicações constantes das conclusões do plenário nacional da CGTP-IN em 4 de Fevereiro.

Outra resolução assim considerável, e que poderá ter aprovação esta tarde, é a fixação de 12 meses para a vigência mínima das tabelas salariais (que é de 18, actualmente).

Todas estas medidas já deverão estar assentes antes mesmo da reunião desta tarde, que se limitará a aprová-las. Daqui a expectativa suspensa acerca de uma eminente comunicação ao País por Mário Soares

Além dos aumentos sobre os mínimos, em retribuições, o Conselho de Ministros deverá ocupar-se de medidas de austeridade iminentes, e nomeadamente da subida de preços no conteúdo do «Cabaz de Compras» ... que, já se sabe, será reduzido. Aqui os aumentos prevêem-se da ordem dos 20 por cento.

Este assunto é o mais que aqui se prende já foi tema em debate na reunião extraordinária do Conselho de Ministros no último sábado. E foi certamente alguma coisa do que Mário Soares foi ontem a Belém comunicar ao Presidente da República.

É o «Pacote 3» confeccionado, pronto, prestes a que dele se sirva e sustente o descontentamento crescente da generalidade da população portuguesa.

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Anteprojecto vai ser debatido

«Uma velha esperança dos portugueses, para quem a doença representa o espectro do infortúnio e da miséria, começa a tomar corpo e está em véspera de se transformar em realidade. Estas palavras do ministro dos Assuntos Sociais, proferidas em conferência de Imprensa realizada ao fim da manhã preambulam a apresentação do anteprojecto da Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde.

Disse ainda António Arnaut:

«O Governo pensa que um projecto desta natureza e importância deve ser assumido colectivamente pelo povo português, a quem se destina. Por isso, o entregamos hoje ao seu destinatário, para que o discuta nos campos e nas escolas, nas fábricas e nos hospitais. Para que faça dele o seu projecto, a sua esperança, a sua força. Para que o imperativo constitucional se concretize num imperativo nacional...»

Arnaut não esqueceu as críticas, advindas de alguns sectores, ao anteprojecto do SNS. Disse a este respeito:

«Têm sido feitos alguns comentários ao modo como foi designado e desenvolveu a sua actividade o Grupo de Trabalho criado para elaborar as bases gerais do SNS. Esses comentários são inteiramente carecidos de fundamento pois, como tenho dito e repetido, o nosso propósito não era o de apresentar ao País como facto consumado, o diploma legal do SNS, mas sim, e apenas fornecer-lhe um elemento de trabalho e da reflexão para o debate público e dos organismos interessados».

Continuou o ministro dos Assuntos Sociais:

«O Povo português, a classe médica, e em geral, todos os trabalhadores da Saúde, poderão verificar que, ressalvadas muitas imperfeições, o anteprojecto é inspirado pelo desejo sincero de servir o povo, criando um sistema eficaz, de protecção da Saúde, humanizando a Medicina e dignificando os utentes e os trabalhadores do sector.

«Ao povo pedimos compreensão pelas deficiências que, por mais algum tempo, se continuarão a verificar; aos médicos, aos enfermeiros e a todos os que levam a sua vida nos hospitais, nos centros de saúde, e nos postos clínicos, tantas vezes em precárias condições, ao serviço do bem comum, exprimimos a nossa confiança e a nossa gratidão. Trabalhador da saúde, que também sou, por força das circunstâncias, estou com eles, com todos os que acreditam na fraternidade e na solidariedade, com todos os que colocam a sua nobre profissão ao serviço do povo, para, juntos, vencermos esta causa, na qual empenhei a minha honra.»

Não cabe aqui, por carência de espaço e tempo, a abordagem circunstanciada ao anteprojecto das Bases do Serviço Nacional de Saúde. Fixemos apenas a Base I: «É criado o Serviço Nacional de Saúde, pelo qual o Estado assegura o direito à protecção à Saúde, nos termos da Constituição.» Sublinhamos também a Base XII: «Os utentes do SNS têm direito, em termos a regulamentar, às seguintes prestações: cuidados médicos de clínica geral e de especialidades; cuidados de enfermagem; internamento hospitalar; elementos complementares de diagnóstico e tratamentos especializados; suplementos alimentares dietéticos; produtos medicamentosos; próteses, ortóteses e outros aparelhos complementares terapêuticos; serviços de apoio social.»

Denunciado tráfico humano para Iraque e Arábia Saudita

Continuação da pag. 1

Março, dois terços do subsídio de Natal, férias e subsídio de férias, e que, quando chegou, não encontrou dinheiro algum para pagamento, isto com cinco meses e meio de trabalho. A empresa não tinha depositado o dinheiro sequer! Agora a empresa diz que ele deve regressar à Arábia Saudita e permanecer mais dois meses para amortecer a viagem de volta. Um contrato de seis passa a oito meses...

De tudo o que ficou dito, estando já neste momento em tribunal 13 processos por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa, ficou claro que a Luso-Suíça «não respeita o regime estipulado quanto à fixação do prazo, já que faz depender o termo dos contratos do regresso ao lugar de desembarque (...), viola o regime estabelecido na lei quanto ao horário de trabalho para o sector da Construção Civil (...), prevê factos integradores do conceito de justa causa, intocáveis pela entidade patronal, não previstos na legislação portuguesa». Desrespeita, em suma, tudo o que a actual legislação contempla.

Os trabalhadores contratados para o deserto, debatem-se com as maiores carências de convívio, de higiene, de alojamento, de saúde, segurança e bem-estar, constando mesmo situações de discriminação relativamente a quadros técnicos e trabalhadores de outras nacionalidades. «Aquilo mais parece um campo de concentração que de trabalhadores» disse um dos regressados que hoje esteve com a Imprensa na sede do Sindicato da Construção Civil.

Com vista a denunciar esta realidade de exploração feroz e de violação absoluta da legislação portuguesa em matéria de trabalho, a Direcção do Sindicato da Construção Civil enviou já documentação suficiente aos órgãos do poder, nomeadamente ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Presidente da A.R., Primeiro-Ministro, ministro dos Negócios Estrangeiros, secretário de Estado da Emigração, ministro do Trabalho e provedor de Justiça.

Três anos depois PJ prende assassinos e assaltantes

Agentes da 2.ª Secção, 2.ª Brigada, da Polícia Judiciária, descobriram e prenderam, depois de três anos de investigações, os componentes de uma quadrilha de ladrões que, em 14 de Outubro de 1974, assaltou os funcionários das bombas de gasolina da Sacor na Estrada Nacional n.º 1, em Alhandra. Trata-se de cinco indivíduos, três dos quais ciganos, que revelaram, no decorrer do assalto uma violência tida por extraordinária, já que fizeram fogo, inutil e covardemente, sobre dois dos trabalhadores da Sacor, matando um deles, Afonso Maneira e causando ferimentos que provocaram deformidades permanentes no outro, João Miranda.

Os indivíduos agora detidos pelos agentes da PJ são Angelo Ramiro, Arsênio («O Fuja») Isidro Rodriques, José Fuja»), Isidro Rodrigues, José Joaquim e «José da Tarada». Um sexto elemento anda a monte.

As investigações foram particularmente difíceis por os membros da quadrilha não terem deixado pistas e o facto de terem decorrido três anos desde a data em que o crime foi praticado revela que os agentes da PJ incumbidos do caso não desesperaram nem desistiram.

Nota a nota

EFEITOS?

Entre as várias publicações enviadas para bibliotecas das escolas, a Direcção-Geral de Divulgação (da Secretaria de Estado da Comunicação Social) entendeu por «bem» mandar exemplares da revista «Panorama», publicação da extinta SEIT (do Moreira Batista e quejandos). Um dos exemplares aparecidos numa escola de Lisboa tratava nem mais nem menos da viagem de Marcello Caetano, em 1973, a Londres.

Efeitos do Governo de «maioria parlamentar», mais conhecida por coligação PS-CDS?

DROGA

Sr. ministro da Justiça: há cerca de duas semanas a Brigada da Droga da PJ entendeu, igualmente «por bem», libertar quatro dos principais responsáveis pelo tráfico de droga (da pesada, não o «haxixe», mas ao que se julga, muita heroína). As cauções variaram entre 150 a 200 contos, a cada um dos prósperos comerciantes. Com nomes conhecidos: Madeira (muitas viagens pelo Extremo Oriente), Antunes, Mota e Vítor.

Sr. ministro, a pergunta é esta: porque se admitem cauções aos «tubarões» do negócio, enquanto que os pequenos «comerciantes» (vulgo revendedores) tiveram de ficar no «xadrez»? Que moral funciona no meio de tudo isto?

IDA E VOLTA?

Alpoim Calvão, um dos cérebros do ELP/MDLP (organização tida como responsável por grande parte dos atentados terroristas no nosso país nos anos de 1975-76) esteve há dias em Lisboa, passeou-se pelo Estado-Maior da Armada e, de repente, decidiu voltar para Espanha. Não terá ainda as costas bem «quentes»? Ou será que os «pacotes» espanhóis aguentam melhor?

CONCÓRDIA NA PRAÇA

Segundo Rogério Martins, engenheiro e economista, ex-governante com Marcelo Caetano, ex-servidor mal pago dos Melos-CUF, o rei de Espanha não nos visitará porque as indemnizações à Embaixada de Espanha não foram pagas, «sem falar nas indemnizações aos particulares cujos bens o PREC roubou» (sic).

Aqui fica a **novidade**. Esta é a «concórdia na praça» de Rogério Martins.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA NO MÊS DE FEVEREIRO 41.280 exs.
(Hoje 24 páginas)

TEM BOM GOSTO?

Visite a nossa exposição de mobiliário de vários estilos, jogos de maples, lustres, candeeiros, biblots, quadros a óleo e grande variedade de peças decorativas

Galeria Actual – Móveis e Decorações

AVENIDA DA REPÚBLICA, 12 (JUNTO SALDANHA)

MORADIA EM CASCAIS

2 pisos a estrear

2050 contos

Tel. 578231